

Joana Dias Pereira, Ana Sofia Ferreira e Manuel Loff (coord.)

Construção do Estado, Movimentos Sociais e Economia Política

Conferência internacional
(Lisboa, 5 e 6 de dezembro de 2019)



ih INSTITUTO
DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

MONOGRAFIA ENTREVISTAS ATAS
ANTOLOGIA SEMINÁRIOS
DOCUMENTOS RELATÓRIOS
TEXTOS SELECIONADOS FONTES

CONSTRUÇÃO DO ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E ECONOMIA POLÍTICA

Conferência Internacional (Lisboa, 5 e 6 de dezembro de 2019)

Joana Dias Pereira, Ana Sofia Ferreira e Manuel Loff

(Coordenação)

Título: Construção do Estado, Movimentos Sociais e Economia Política

Coordenação: Joana Dias Pereira, Ana Sofia Ferreira e Manuel Loff

Revisão de texto: Pedro Cerejo

Design gráfico original: Ricardo Naito

Coordenador da linha temática IHC: Manuel Loff

[2021]

© Instituto de História Contemporânea

Instituto de História Contemporânea

<https://ihc.fcsh.unl.pt/>

edicoes.ihc@fcsh.unl.pt

Av. de Berna, 26 C

1069-061 Lisboa

ISBN: 978-989-8956-21-7

DOI: <https://doi.org/10.34619/p1fz-emjf>



Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada online e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND 4.0).

O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.



ÍNDICE

Introdução	9
Capítulo 1	
Os forais medievais no Portugal contemporâneo	
Paulo J. C. Sousa Costa	14
Capítulo 2	
Nem Ulisses, tampouco Davi: a luta eleitoral desigual e impossível entre cidadãos votantes e a máquina estatal da monarquia constitucional portuguesa (1842-1851)	
Evaristo Caixeta Pimenta	26
Capítulo 3	
A era dos congressos: reivindicações políticas do movimento associativo na crise do liberalismo	
Joana Dias Pereira	37
Capítulo 4	
A receção da revolução russa em Portugal: o caso da Federação Maximalista	
André Costa Pina	53
Capítulo 5	
Refugiados em Portugal. A construção e a atuação do aparelho de vigilância fronteiriço português no contexto da guerra civil de Espanha (1936-1939)	
Fábio Faria	64

Capítulo 6

Administrar para manter o regime. O Estado Novo e a reforma da administração pública

Ana Carina Azevedo 74

Capítulo 7

«Freedom deferred»: Francesc Cambó and the crisis of Spanish liberalism, 1917-23

Arturo Zoffmann Rodríguez 84

Capítulo 8

Le processus de formation de la société géorgienne (années 60 du xix siècle-années 30 du xx siècle. Plusieurs aspects)

Maia Kvrivishvili 94

Capítulo 9

Reformar la policía: los debates sobre el orden público en las cortes constituyentes de la Segunda República Española, 1931-1933

Sergio Vaquero Martínez 106

Capítulo 10

Merging incompatibilities: social and national diversity in first Yugoslavia

Biljana Stojic 118

Capítulo 11

Movimentos sociais na luta contra opressões de classe, gênero e raça: entre o anarquismo e a formalização institucional

Rafaela Cyrino 129

Capítulo 12

Atuação do movimento social (popular) de moradores na periferia:
dimensões da participação popular em Vitória da Conquista - Ba

Raquel Gomes Valadares e Tomás Antonio Moreira 140

Capítulo 13

Território, classe social e etnia: políticas de acolhimento e resistência
política Mizrahi no estado de Israel

Bruno Alexandre Reis Costa 151

Capítulo 14

Reconstruire un état fort par l'unité et la solidarité en Afrique du Sud

Charly Ndiapi Fopa 166

Capítulo 15

Information et contrôle: étude des mutations du pouvoir contemporain

Julien Chandelier 176

Capítulo 16

Murs, ségrégations et processus d'état. Fiction juridique, dissensus,
bourdieu

Éric Lucy 185

INTRODUÇÃO

No âmbito do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa constituiu-se em 2019 a linha de trabalho Histórias conectadas, construção do Estado, movimentos sociais e economia política. Nela se reúne uma equipa de investigadores/as que, a partir de perspetivas plurais e percorrendo trajetórias muito diferenciadas, vem trabalhando sobre estas três grandes problemáticas partindo de alguns pressupostos essenciais. O primeiro é de que a modernidade foi marcada pela construção de aparelhos de Estado cada vez mais complexos e sofisticados, empenhados em governar territórios e populações, através de uma multiplicidade de redes administrativas, fiscais, policiais e judiciais. O novo Estado contemporâneo, submetido a uma cada vez mais forte reivindicação democrática procurou adaptar-se e controlar novos mecanismos de legitimação do poder, assentes na constituição de uma esfera pública e na disseminação de diferentes modalidades de organização e mobilização coletiva: das associações aos partidos e aos sindicatos, das petições, às manifestações, às greves e aos motins. Finalmente, constituiu-se um novo regime de produção e consumo, sob a forma de uma Economia Política dirigida à criação de mercados, à circulação de bens e à acumulação de capital.

Em dezembro de 2019, a linha organizou em Lisboa a Conferência Internacional Construção do Estado, Movimentos Sociais e Economia Política. Pretendeu-se reunir investigações originais que incidissem sobre estes eixos de investigação. Privilegiaram-se abordagens focando as conexões entre os processos de construção do Estado Contemporâneo e a sua articulação com os movimentos sociais e o desenvolvimento do capitalismo, com o intuito de dar a conhecer estudos recentes que ilustram os mecanismos de legitimação e os usos da violência nos diferentes regimes políticos, as formas de patrimonialização do poder, a evolução dos ordenamentos jurídicos, o impacto dos conflitos armados e as técnicas de governo empregues em

distintos contextos temporais e espaciais. Uma boa parte das comunicações apresentadas centraram-se na natureza, dimensão e impacto dos movimentos sociais, nos diferentes repertórios de intervenção, protesto e conflitualidade social, nas formas de identidade coletiva (classe, género, etnia), nas ruturas e continuidades ao nível das relações de trabalho, e no recurso à ilegalidade e práticas de transgressão por diferentes grupos sociais.

Neste livro reunimos uma parte das comunicações apresentadas na Conferência, abrangendo diferentes temas e um amplo espectro temporal e espacial, que nos mostram a renovação que tem havido nos últimos anos em torno dos estudos sobre estas temáticas. Estes poderão dividir-se em dois conjuntos: aqueles que, numa perspetiva histórica, ilustram a estreita relação entre, por um lado, o processo da construção do Estado, a crescente politização dos movimentos sociais (Tilly, 1977) e a crescente complexificação dos aparelhos repressivos e da violência do Estado; e os que, focando a atualidade, discutem novas interações entre mobilização social (Stohl, Lichbach e Grabosky, 2017) e poder político.

O primeiro núcleo inclui seis textos que, focados em casos de estudo portugueses se debruçam sobre instituições oficiais e não governamentais e as suas interações com movimentos sociais mais ou menos transgressivos. Paulo Sousa Costa recua à transição do Antigo Regime para o liberalismo, descrevendo o longo debate em torno da extinção dos forais, uma instituição multissecular normativa das relações comunitárias e das comunidades com o poder político. Com base nos periódicos oficiais, analisa este processo como sintomático da emergência do Estado Contemporâneo, não deixando de sublinhar que o prolongamento da controvérsia revela a resiliência das antigas instituições nem de relacionar o debate com o conflito político, envolvendo alargados processos de mobilização e politização. Por sua vez, Evaristo Caixeta Pimenta analisa as práticas eleitorais durante a monarquia constitucional, focando as eleições para o congresso de deputados entre 1842 e 1851. Com base nos protestos registados em abaixo-assinados e atas das assembleias paroquiais, argumenta que a resistência contra o clientelismo, a manipulação e a fraude consubstanciava um ato político e um processo de mobilização coletiva, não obstante a inexpugnabilidade da máquina administrativa. Mais uma vez, revela-se aqui a emergência de novos repertórios de ação coletiva centrados no Estado.

Joana Dias Pereira elenca e destaca os principais tópicos de um projeto alternativo para a construção do Estado, protagonizado pelo associativismo operário e outros movimentos sociais, como o higienista, o do livre pensamento ou o feminista. Durante a crise final do liberalismo português (1890-1933), através da articulação translocal e da organização de congressos nacionais, estes atores políticos apresentam e defendem as suas propostas reformistas, incluindo a extensão das funções sociais do Estado.

No quadro da crise do liberalismo, destaca-se o ciclo de agitação global de 1917-1920, incluindo a Revolução Russa, vitoriosa no final desta conjuntura, sob o impacto da qual emergem novos postulados doutrinários e estratégicos que transformam duradouramente os repertórios de ação coletiva a um nível global, assim como, em vários contextos nacionais, a relação entre o poder político e os movimentos sociais. André Costa Pina observa este processo tendo como caso de estudo a Federação Maximalista Portuguesa e a sua repressão, destacando a criação da Polícia de Segurança do Estado como um mecanismo de repressão política de novo tipo, que virá a caracterizar o regime salazarista.

Sobre os instrumentos repressivos dos autodesignados Estados Novos debruça-se ainda Fábio Faria, neste caso numa perspetiva conectada e transnacional, revelando o reforço do aparelho de vigilância fronteiriço, da colaboração interinstitucional e da cooperação entre as autoridades e as forças nacionalistas portuguesas e espanholas na repressão dirigida aos refugiados espanhóis.

Finalmente, Ana Carina Azevedo, ao descrever os projetos e tentativas de reforma administrativa do Estado Novo, demonstra como também a construção de uma Administração Pública eficiente e a melhoria do desempenho do aparelho de Estado se submetiam ao propósito de preservar um Estado ditatorial e colonial.

É de relacionar parte dos últimos textos com os contributos de Arturo Zoffmann Rodríguez e de Sergio Vaquero Martínez, ambos sobre o período de entreguerras em Espanha. O primeiro foca a falência do reformismo e a deriva autoritária dos governos liberais em face da ofensiva dos movimentos sociais, nomeadamente das organizações operárias de inspiração anarcossindicalista, que antecedeu o golpe militar de Primo de Rivera. O segundo analisa os diferentes projetos de reforma das polícias debatidos na II República Espanhola, a par das práticas protagonizadas, quer pelos executivos, quer pelas forças da

ordem, que, em nome da defesa do regime republicano, assumiram como legítima a suspensão dos direitos civis e reprimiram pesadamente as mobilizações populares.

Finalmente, Maia Kvrivishvili analisa a evolução das identidades políticas na Geórgia desde a emergência dos nacionalismos europeus oitocentistas até à queda da União Soviética, avaliando a relação entre os indivíduos e entre estes e o Estado em conexão com os processos identitários de natureza nacional.

Um segundo núcleo de comunicações, centradas especificamente no contexto brasileiro, observa a relação dos movimentos sociais com o Estado num período mais recente, argumentando que esta relação está na origem de diferentes tipologias de ação coletiva. Rafaela Cyrino, baseada em entrevistas com as principais lideranças de diversos segmentos de luta social na cidade de Uberlândia (Minas Gerais) – movimento estudantil, feminista, negro, de luta pela terra ou pela moradia –, procura distinguir os movimentos sociais mais estruturados e institucionalizados que se articulam mais estreitamente com o aparelho de Estado, submetendo-se à intervenção normativa deste, de outros coletivos, de inspiração anarquista, que privilegiam a autonomia face ao Estado.

Raquel Gomes Valadares e Tomás António Moreira, considerando o movimento de moradores de Vitória da Conquista (Bahia), argumentam que, não obstante o enquadramento da participação popular nos textos legais, a relação estabelecida entre estes e o poder executivo e legislativo não potencia, antes inibe, a mobilização popular, devido às dificuldades no diálogo com a população, à desconsideração dos temas sociais mais latentes, a conflitos de interesse entre os gestores públicos e a comunidade, entre outros entraves à participação.

A relação entre Poder e Movimentos Sociais é analisada ainda em outros contextos muito diversos e sob perspetivas consideravelmente distintas, destacando as múltiplas variáveis intervenientes nestes processos e as conexões entre múltiplos atores e repertórios em diferentes escalas. Bruno Alexandre Reis Costa, descreve a evolução da ação coletiva dos judeus mizrahim oriundos do Magrebe e do Médio Oriente, e nomeadamente o surgimento do movimento dos Panteras Negras de Israel, revelando as intersecções entre classe social e etnia em contexto colonial.

Charly Ndiapi Fora refletindo sobre a tentativa de construção de um Estado democrático e multirracial na África do Sul pós-apartheid, destaca os fatores transnacionais, nomeadamente o imperialismo estrutural, fator de exclusão política e de crescimento da pobreza.

Julien Chandelier debruça-se sobre o impacto da evolução tecnológica, as novas formas de vigilância e controlo, mas também de militantismo e ação coletiva, no “espaço digital”, que não deixam, todavia, de se articular com repertórios mais tradicionais no quadro do Estado-Nação. Finalmente Éric Lucy, numa perspetiva teórica sobre o “paradigma do muro” foca como estas fronteiras materializam relações profundamente assimétricas entre os indivíduos e entre estes e o Estado, de dominação e exclusão e integram um aparelho repressivo legitimado de diferentes formas, como a unidade territorial ou identitária, o conflito ou a ameaça.

Uma das finalidades da conferência internacional que deu origem a este livro foi o de abrir espaço à apresentação pública de novas investigações em torno das temáticas construção do Estado, dos movimentos sociais e da economia política, procurando responder ao objetivo da linha de trabalho Histórias conectadas, construção do Estado, movimentos sociais e economia política, de continuar e renovar a tradição de investigação do Instituto de História Contemporânea acerca destes temas. Assim, esperamos que este livro seja um contributo para o relançar de um novo interesse e de novos olhares que poderão resultar na concretização de investigações e trabalhos originais que permitam renovar o interesse historiográfico por estes objetos de estudo.

Os organizadores do colóquio e do livro agradecem os patrocínios e apoios concedidos pelo Instituto de História Contemporânea, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, sem os quais o evento não se poderia ter realizado.

Joana Dias Pereira

Ana Sofia Ferreira

Manuel Loff

OS FORAIS MEDIEVAIS NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO

PAULO J. C. SOUSA COSTA¹

Resumo

Os forais e a enfiteuse foram um instituto jurídico medieval que durou até à reforma constitucional do Estado. A sua permanência arreigada no país espoletou, entre o século XVIII e o século XIX, apaixonado debate académico e político. Debatia-se a sua reforma ou abolição. Pretendo observar todo o debate que ocorreu acerca dos forais medievais, a sua pertinência naquele momento «revolucionário», a projeção nos tempos seguintes como objeto de estudo das ciências jurídicas e histórica, suporte das propostas de reforma administrativa do país e construção do Estado contemporâneo.

Palavras-chave: Forais; Idade Média; Estado; Revolução constitucional.

Os forais e os foros enfiteúticos são exemplos de estruturas de longa duração que, concebidas na Idade Média (século XI),² passaram por uma reestruturação no reinado de D. Manuel I (1495-1521) e perduraram no

¹ Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

² Foral de Leão de 1017, por Afonso V das Astúrias.

século XVIII com os denominados Forais Novíssimos. Do reinado de D. Maria I (1777-1816) até à Revolução Liberal, os forais passaram a ser assunto de discussão permanente, à luz do fisiocratismo, que oscilou entre reduzir os encargos associados ou simplesmente extingui-los.³ Eles constituíam um património acumulado sucessivamente ao longo de mais de seiscentos anos. E mexiam em todos os aspetos da sociedade, da economia e da justiça. Desde fonte do direito consuetudinário, passando pela tributação, a fundamento da relação com o património predial. A prevalência das condições foraleiras onerava o comércio e a agricultura. Na ótica oitocentista, a agricultura era considerada a base de toda a economia, e isso tornava premente a sua reforma, através da abolição dos encargos penosos (direitos banais e foros) que os forais proponham e que tolhiam o desenvolvimento desta atividade económica. Outra questão prendia-se com a definição jurídica do que era de natureza pública e do que era de natureza privada.

O debate historiográfico à volta da «Questão dos Forais» nasceu dos estudos percursos de Albert Silbert, historiador francês que desenvolveu um estudo inovador de História Comparada em 1966, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*,⁴ desenvolvido em 1968 com *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortès libérales (1821-1823)*, assente nos documentos da Comissão das Cortes de Agricultura⁵ que o autor recolheu para o seu trabalho. Em consequência destes dois trabalhos, o autor publicou em português uma coletânea de textos sob o título *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*.⁶ No conjunto destas três obras, o autor desenvolve

³ É deste período a obra de reforma das Ordenações Filipinas, por Melo Freire, em que propunha a extinção urgente dos forais – obra citada em Albert Silbert, «O Feudalismo português e a sua abolição», in *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista* (Lisboa: Livros Horizonte, 1972), 92-93, que cita o artigo «Forais» de Mário Júlio Almeida Costa, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II (Porto: Editorial Figueirinhas, 1979).

⁴ Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, 2.^a Edição [1.^a Edição francesa em 1966] (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978), 3 volumes – para este artigo interessou-nos o primeiro e o terceiro volume. O segundo volume é integralmente dedicado ao estudo que o autor desenvolveu relativamente às regiões da Beira Baixa e do Alentejo.

⁵ Albert Silbert, *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortès libérales (1821-1823). D'après les documents de la Commission de l'Agriculture*, 2^a Édition [1^{ere} Édition, 1968] (Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1985).

⁶ Silbert, *Do Portugal de Antigo Regime*.

com detalhe os antecedentes e as consequências da «Questão dos Forais» no âmbito do processo revolucionário liberal. O tema voltou a ser abordado no colóquio A Revolução Francesa e a Península Ibérica, por Nuno Gonçalo Monteiro no artigo «Revolução liberal e regime senhorial: 'A questão dos Forais' na conjuntura vintista».⁷ O autor pretendia verificar como esta questão se repercutiu no regime senhorial vigente na transição do Antigo Regime para o Liberalismo, desenvolvendo as propostas já ensaiadas pelo anterior autor.⁸

Revisitar esta questão neste encontro científico insere-se no âmbito do nosso projeto de investigação de doutoramento, intitulado «Os forais medievais portugueses: 1096-1325. A construção do senhorio régio».⁹ O nosso enfoque não é tanto examinar a natureza destas questões, mas antes observar como decorreu o debate sobre a «Questão dos Forais»¹⁰ e a sua durabilidade, que feneceu no fim do século XX,¹¹ através da literatura produzida e das notícias publicadas nos órgãos oficiais, e a projeção nos tempos seguintes como objeto de estudo das ciências jurídicas e histórica, suporte justificativo das propostas de reforma administrativa do país e da construção do Estado contemporâneo.

Para conhecer a magnitude desse debate utilizamos como fonte primária os órgãos periódicos oficiais que se publicaram entre 1820 e 1910: a Gazeta de Lisboa, o Diário do Governo, a Crónica Semanário da Terceira, a Crónica Constitucional do Porto, a Gazeta Oficial do

⁷ Nuno Gonçalo Monteiro, «Revolução liberal e regime senhorial: 'A questão dos Forais' na conjuntura vintista», *Revista Portuguesa de História* 23 (1987): 143-82.

⁸ Entre o precursor Albert Silbert e Nuno Gonçalo Monteiro, desenvolveram-se diversos estudos sobre o período oitocentista português, destacando-se os de Miriam Halpern Pereira na área económica. Estudos que até ao presente foram enriquecidos pelas contribuições de muitos investigadores.

⁹ Orientação de Professores-Doutores José Augusto Sottomayor-Pizarro e Paula Pinto Costa.

¹⁰ Foi com este nome que o debate foi batizado e serviu de título a um artigo de Alexandre Herculano, «Sobre a questão dos forais», *Opúsculos*, vol. 2 (Lisboa: Editorial Presença, 1982), 287-89, em reação à Lei de 22 de junho de 1846.

¹¹ A enfiteuse durou até 1976, quando foi extinta, em consequência do 25 de Abril de 1974, na vigência do último e VI.º governo provisório, liderado pelo almirante Pinheiro de Azevedo, pelos Decreto-Lei n.º 195-A/76, de 16 de março, respeitante a prédios rústicos, e Decreto-Lei n.º 233/76, de 2 de abril, relativa a prédios urbanos, que alteraram o Código Civil de 1966 (Decreto-Lei n.º 47 344, publicado no Diário do Governo n.º 274/1966, Série 1.ª, de 25 de novembro de 1966). Em ambos os casos, o enfiteuta ou o subenfiteuta, se fosse o caso, adquiriam a legítima posse do direito dominial.

Governo e o Diário do Governo (a partir de 01/01/1835).¹² No período compreendido, recolhemos 942 registos contendo a palavra «Foraes». Esta quantidade de registos levou-nos a valorizar a sua qualidade e a distinguir se eles se concentravam nos momentos de discussão legislativa ou se havia dispersão pelo tempo. Decidimos utilizar uma metodologia analítica cronológica com a qual observámos cinco períodos: o primeiro à volta da preparação legislativa, 1821-1822, que resultou na lei de 5 de junho de 1822; o segundo, 1822-1832, as ações políticas miguelistas que a revogaram, os trabalhos académicos produzidos pelos principais atores, culminando com a lei produzida em período revolucionário, de 13 de agosto de 1832, no Porto; terceiro período, 1832-1846, o impacto da lei revolucionária e a sua revisão no cabralismo; quarto, 1846-1862, as consequências da lei de junho de 1846, os levantamentos populares e a posição de Alexandre Herculano, nova e última revisão da lei; quinto, 1862-1900, fim do debate político e os forais como objeto de estudo do passado.

O primeiro período ocorreu na vigência das Cortes Constituintes, entre 1821-1822, com a «Discussão do projecto dos Foraes», que resultou na «Lei dos Foraes»,¹³ aprovada pelo decreto de 3 de junho de 1822, publicada em 5 de junho de 1822, revogando o decreto de 8 de agosto de 1821,¹⁴ e que prescreve as regras para substituírem os antigos forais dados às novas terras do Reino no princípio da monarquia.¹⁵ O propósito essencial desta lei era aliviar os encargos que recaíam sobre a agricultura, dar liberdade aos lavradores no uso da terra e instituir a propriedade privada em oposição à propriedade comunal. Não extinguiu os forais propriamente ditos, mas reduziu a metade as rações, rendas parciárias em géneros e as jugadas (art.º 1.º), convertendo-as em rendas certas (art.º 9.º), as pensões estabelecidas nos forais pagas aos senhorios, extinguindo as ltuosas, os direitos banais, os laudémios e a isenção de foro às terras não incluídas nas demarcações estabelecidas nos forais. As

¹² A consulta destes periódicos está disponível em: <https://digigov.cepese.pt/pt/jornais>; página na qual também se pode obter informação sobre o projeto de digitalização dos periódicos oficiais portugueses.

¹³ *Diário do Governo*, n.º 186, de 08/08/1821 – informação da ultimação do decreto preliminar, de 21 de março de 1821.

¹⁴ Decreto que extinguiu os Direitos Banais.

¹⁵ ANTT, *Leis e ordenações*, Leis, mç. 10, n.º 102; publicada com o número 177 na *Collecção das cartas de lei*, 281-87.

Câmaras passaram a ter intervenção de gestão neste processo e a administrar os maninhos e baldios (art.º 8.º, 12.º e 15.º). Permitiu a remissão da pensão pelo lavrador (art.º 18.º) ou coletivamente (art.º 19.º). Este decreto só abrangia os bens da coroa, ficando excluídos os senhorios particulares (sobretudo as corporações religiosas e vínculos aristocratas) que possuíssem diretamente ou em enfiteuse (art.º 23.º).

O efeito da lei durou pouco. As movimentações políticas absolutistas, lideradas por D. Miguel, suspenderam a sua aplicação e abriram novo debate. Entre 1825 e 1828, a *Gazeta de Lisboa* anuncia a retoma dos trabalhos relativos à Questão dos Forais.¹⁶ Alguns dos participantes da feitura da lei e das comissões anteriores¹⁷ manifestam publicamente os seus planos. Além da oposição realista, a natureza complexa do assunto levou à publicação de manuais que auxiliassem e elucidassem a sua aplicação,¹⁸ identificassem os forais,¹⁹ ou propusessem um plano estruturado que conduzisse ao estabelecimento de uma lei mais justa e eficaz.²⁰ Dois protagonistas se destacam: Alberto Carlos de Meneses e Francisco Franklim, diretor do arquivo geral da Torre do Tombo. Ambos trabalharam na identificação dos forais e nas comissões de 1812 e 1815, que visavam reduzir os encargos foraleiros e melhorar a produtividade agrícola. Alberto de Meneses é bastante crítico da legislação de 5 de junho de 1822, enunciando os seus inconvenientes. No seu «Planno», o autor distingue os bens património da coroa, os forais até D. Manuel, os forais das corporações religiosas e os forais particulares. Propõe na parte oitava um projeto de reforma distribuído por 115 artigos, arrumados em forais da coroa, forais de corporações, forais patrimoniais, em que faz a separação de público e privado, conservando a enfiteuse privada.²¹

¹⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 41, de 16/02/1828, p. 6, «Comissão de Projecto Lei n.º 58: Reforma dos Foraes (Secretaria dos Negócios do Reino)».

¹⁷ A 17 de outubro de 1812, por portaria dos governadores do reino, criou-se a Comissão para Exame dos Forais e Melhoramentos da Agricultura, um dos primeiros passos dados para a extinção dos forais.

¹⁸ Francisco Soares Franco, *Explanação à Lei de 5 de junho de 1822* (Lisboa: 1822).

¹⁹ Francisco Nunes Franklim, *Memória para servir de indice dos Foraes das Terras do Reino de Portugal e seus domínios*. 2ª Edição (Lisboa: 1825).

²⁰ Alberto Carlos Meneses, *Planno de reforma de Foraes e direitos bannaes fundado em hum novo systema emphyteutico nos bens da Coroa, de Corporações, e de outros senhorios singulares* (Lisboa: 1825).

²¹ Silbert, *O Feudalismo português*, 96, 99.

Entre 1826, ano da morte de D. João VI, e 1832 os acontecimentos políticos sucedem-se: D. Pedro, imperador do Brasil, abdica na filha, Dona Maria da Glória, e outorga a Carta Constitucional. D. Miguel, que num primeiro momento aceitou as condições propostas pelo irmão, restaura a monarquia absoluta e todas as condições legais anteriores. As forças liberais reorganizam-se sob a liderança de D. Pedro, que abdicou do cetro brasileiro e regressou à Europa, como Duque de Bragança e regente da filha, Maria da Glória. Em 1832, as forças liberais estabelecem-se na ilha Terceira, nos Açores, onde proclamam a Carta Constitucional de 1826. A partir daqui, e governando em ditadura, Mouzinho da Silveira procedeu à elaboração de alguns atos legislativos importantes para a instituição do Estado moderno português.²² Estabelecido no Porto, Mouzinho da Silveira continuou o afã legislativo ao publicar no jornal oficial liberal, a *Crónica Constitucional do Porto*, o Decreto de 13 de agosto sobre a extinção dos forais.²³ Este decreto é mais radical e revolucionário do que o de 1822.²⁴ No art.º 3.º, extingue entre outros «os foraes dados às terras do Reino ou pelos Reis, ou pelos Donatários e os foros, pensões, quotas, rações certas e incertas, laudémios, luctuosas e mais direitos de qualquer denominação que sejam impostas pelos Reis ou pelos Donatários em virtude de suas respectivas doações, ou pelos foraes, ainda que estejam reduzidos a emprazamentos ou subemprazamentos ou censos». No art.º 7.º «ficão extinctos os prazos da Coroa, os Relegos, os Reguengos, os Senhorios das Terras, as Alcaidarias mores, salva a conservação puramente honraria dos

²² O Decreto n.º 13 revogou os tributos que incidiam sobre o comércio interno e externo; no artigo 7.º extinguiu as portagens e todas as leis, regimentos, provisões, *forais*, posturas e licenças de Câmaras sobre o comércio externo. *Crónica Semanário da Terceira* (jornal oficial liberal nos Açores) n.º 39, de 04/05/1832 – Decreto n.º 13 – republicado no Continente, na cidade do Porto, depois do desembarque em Pampelido, no jornal oficial *Crónica Constitucional do Porto*, n.º 2, de 14/07/1832.

²³ Publicado no n.º 32, de 21/08/1832; ANTT, *Leis e ordenações*, Leis, mc. 17, n.º 93.

²⁴ Albert Silbert manifesta a sua perplexidade crítica relativamente à *História de Portugal* de Damião Peres, de 1935, na qual este se limita a indicar a *Lei de 13 de Agosto de 1832*, sem comentar sequer a importância que ela teve na demolição do regime feudal e senhorial, segundo a opinião do autor (Silbert, «O Feudalismo português e a sua abolição», 87-88; o autor socorre-se nesta crítica a Damião Peres de Alexandre Herculano, a sumidade parda da historiografia portuguesa, ao citar o artigo póstumo deste «Da existência ou não existência do feudalismo em Portugal» (*Opúsculos*, tomo 5).

títulos».25 A única exceção é o art.º 17.º, que «exclui os contractos feitos sobre bens patrimoniaes dos particulares». Com este ato extingue toda a base de sustentação da nobreza tradicional assente em senhorios donatários de terras e comendas das Ordens. A própria coroa e o ducado de Bragança foram afetados por esta medida. No entanto, ficaram salvaguardados os forais decorrentes de contratos enfitêuticos.²⁶

Finda a guerra civil e estabelecida a paz em Evoramonte, com o conseqüente exílio de D. Miguel, a regência de D. Pedro haveria de terminar em outubro de 1834 com o seu falecimento. A Questão dos Forais não se extinguiu com o referido decreto revolucionário, como lhe chamou Herculano.²⁷ O processo era de complexa execução, num país em rebuliço revolucionário. Entre 17 de novembro e 6 de dezembro de 1834, a Gazeta Oficial do Governo noticia o debate nas Cortes sobre o Decreto de Extinção dos Forais e a criação de uma Comissão Especial para examinar essa lei. Durante o ano de 1835, o órgão oficial noticia a existência de processos indemnizatórios decorrentes da aplicação dessa lei. A lei salvaguardou, tal como a de 1822, um processo indemnizatório em Bilhetes de Tesouro, que venciam juros, aos detentores daqueles direitos. Em 13 de abril de 1835, foi apresentado na Câmara dos Deputados um projeto de lei que clarificava uma questão importante relativamente aos contratos enfitêuticos, não só dos contratos extintos pelo decreto dos forais, mas, sobretudo, dos bens prediais das corporações religiosas monásticas nacionalizados, explorados em regime enfitêutico. Este projeto abria a possibilidade dos subenfitetas ficarem com o domínio direto, resgatando o foro ao senhorio enfitéuta.²⁸

Entre 1837 e 1839 ocorrem na Câmara dos Deputados várias iniciativas para aclarar o que realmente se extinguiu com o Decreto de

²⁵ Monteiro, «Revolução liberal e regime senhorial», 170-71 – segundo o autor, o decreto aboliu «as prestações foraleiras, censíticas, enfitêuticas e subenfitêuticas em bens da coroa, também não afectou minimamente a enfitéuse em bens patrimoniais. Mas, porque se estendia explicitamente à enfitéuse em bens da coroa, os riscos de contágio eram demasiados para que não suscitasse, também por isso, forte oposição».

²⁶ A *Crónica Constitucional do Porto*, n.º 104, de 26/05/1834, p. 367-68, republicaria este decreto, agora assinado pela rainha e renumerado como Decreto 44, com o título de «Decreto de extinção dos Forais».

²⁷ Herculano classifica deste modo esta lei em dois escritos: um sobre Mouzinho da Silveira, *Opúsculos*, vol. 1, e outro intitulado «Sobre a Questão dos Forais», *Opúsculos*, vol. 2.

²⁸ *Diário do Governo*, n.º 88 de 13/04/1835.

13 de agosto de 1832.²⁹ Também diversos concelhos enviam representações a pedir esclarecimentos. Regressam as discussões para se proceder a alterações ao decreto.³⁰ A resolução desta questão não é pacífica. Entretanto ocorre o Setembrismo, que restaura a Constituição de 1822.

A «Questão dos Forais» divide o movimento liberal. Por exemplo, no ano de 1842, durante um processo eleitoral, o *Diário do Governo*, na sua parte não oficial relata que o jornal *Revolução*³¹ acusa que os forais estão ressuscitados; o jornal *Nacional*, afeto ao governo, retalia, informando que a ressurreição dos forais foi adiada, porque o Governo não quer isso; o Governo rebate a propaganda da oposição, acusando-a de lançar boatos que «buscam apenas fascinar os incautos».³² Reforçando a defesa do governo, que perdeu as eleições, o sindicato de votos de Santarém publica, no órgão oficial, uma proclamação panfletária justificativa dizendo que «os opositoristas espalharam entre os Povos, de que se pretendia restabelecer os dízimos, os foraes, as jugadas e todas as contribuições que antigamente se pagavam, fez grande impressão no espírito do Povo».³³

Entre 1843 e 1844, o assunto constante no órgão oficial é o Projeto de Revisão do Decreto de Extinção dos Forais de 1832 e a receção de representantes das comunidades a pedirem esclarecimentos. Em 1844 contam-se 31 referências ao assunto, que se repetem no ano seguinte, e em 1846 registaram-se 36 referências até junho. A nova Carta de Lei foi publicada em 22 de junho de 1846, pelo chefe do governo, o Duque de Palmela, revogando o decreto revolucionário de 13 de agosto de 1832.³⁴

²⁹ *Diário do Governo*, n.º 281, de 28/11/1837.

³⁰ *Diário do Governo*, n.º 162, de 11/07/1839; n.º 26, de 30/01; n.º 27, de 31/01/1840; e n.º 67, de 19/03/1841.

³¹ Periódico afeto ao Setembrismo.

³² *Diário do Governo*, n.º 114, de 16/05/1842, e n.º 121, de 24/05/1842.

³³ *Diário do Governo*, n.º 138, de 14/06/1842 – esta lei, segundo Miriam Halpern Pereira, na sua obra de 1979 *Revolução, Finanças, Dependência Externa* (Lisboa: Sá da Costa), foi imposta pelos interesses do Antigo Regime, sem especificar quais.

³⁴ *Diário do Governo*, n.º 146, de 22/06/1846 – Herculano demonstraria a sua indignação ao acusar a lei de reacionária no artigo «Sobre a Questão dos Forais», em *Opúsculos*, vol. 2, 287-88, ao abrir a possibilidade de enfiteutas e subenfiteutas poderem remir todos os foros, abrindo-se assim o fim da enfiteuse.

A nova Lei de 22 de junho de 1846 ampliou a anterior e estabeleceu um regulamento que foi publicado no ano seguinte.³⁵

Entre abril de 1846, quando rebentou a revolta da Maria da Fonte, e junho de 1847, quando se celebrou a Convenção de Gramido que pôs fim à Patuleia, o país viveu uma violenta guerra civil.

Entre 1846 até 1877 este assunto foi-se amenizando. No ano de 1853, o assunto recrudescer registando-se 22 referências, para culminar em 1857 na necessidade de rever a Lei de 22 de junho de 1846,³⁶ que veio a ocorrer entre 1857 e 1862. Depois desta data, as referências a esta questão quase se extinguem. Exceto, em 1877, quando o deputado António José Antunes Guerreiro pediu para se rever a citada lei.³⁷ No entanto, os forais passaram a objeto de estudo nos currículos da disciplina de «Geographia e Historia de Portugal» lecionada nas escolas industriais.³⁸

Falta-nos saber até onde a «Questão dos Forais» não influenciou a conflitualidade social e política.

A interpretação produzida sobre o significado dos forais influenciou a abordagem que as gerações de futuros investigadores da área do Direito, da História, da Sociedade e da Economia produziram sobre esta fonte. O lugar cimeiro cabe a Alexandre Herculano,³⁹ que Maria Helena da Cruz Coelho definiu como um indivíduo comprometido com o seu presente.⁴⁰ Na mesma linha institucional

³⁵ No seguimento desta lei, ver Francisco António Fernandes da Silva Ferrão, *Repertorio commentado sobre Foraes e Doações Regias* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1848), em cujo preâmbulo o autor esclarece que pretende auxiliar «os interessados» a perceber, por ordem alfabética, como guia a nova lei; a obra tem um apêndice de 24 documentos com índice.

³⁶ *Diário do Governo*, n.º 95, de 24/04/1857.

³⁷ *Diário do Governo*, n.º 73, de 03/04/1877.

³⁸ *Diário do Governo*, n.º 226, de 06/10/1893; Teófilo Braga utilizou-os como fonte documental nas suas obras «*História do municipalismo em Portugal*» e «*História do Direito Portugues*» (1868)

³⁹ Alexandre Herculano, *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao reinado de Afonso III*, vol. IV (Lisboa: Bertrand, 1981) apresenta os forais como instituidores dos concelhos medievais. «[...] Herculano [...] fez da monarquia medieval uma versão arcaica deste liberalismo conservador, a que procurou dar profundidade histórica», Rui Ramos, (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, 8.ª edição (Lisboa: Esfera dos Livros/Bertrand, 2015), 505.

⁴⁰ Maria Helena da Cruz Coelho, «Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos no século XIX», *Revista Portuguesa de História* 42 (2011): 61-84; Torcato de Sousa Soares aprofundou os estudos de Herculano sobre as origens e o desenvolvimento do poder local medieval (municipalismo).

destaca-se Gama Barros e a sua História da Administração Pública, o «jurista que ‘faz História’» numa linha da «Historiografia ‘Constitucionalista’», como definiu Carvalho Homem.⁴¹ No século XX, Mário Júlio de Almeida Costa,⁴² também jus-historiador, bastante influenciado pelo anterior e por Paulo Merêa, desenvolve uma linha investigativa justificadora do regime jurídico da enfiteuse.

Os forais eram contratos coletivos que se opunham a uma sociedade individual, elitista e liberal, que se realizava pela posse da terra e não somente pelo seu usufruto. Para Alexandre Herculano, a enfiteuse, de sentido mais individual, ao contrário dos forais, coletivistas, era um regime jurídico que estava radicado «nos hábitos nacionais», que perduraria, afirmando «que não corre o perigo de ser abolida». Porque, na sua opinião, «se alguém o tentasse e obtivesse, faria um bem mau serviço ao seu país». O seu fundamento era que «o prazo fateusim hereditário realiza o desejo [...] de que os terrenos que por sucessivas divisões [...] passassem indivisos [...]».⁴³ Herculano defende a ascensão social através da propriedade: «A independência que nasce da propriedade, e que é o mais fértil elemento moral, da paz e da prosperidade pública».⁴⁴ Longe pensava Herculano, que a enfiteuse não sobreviveria a nova revolução. E como conclui Albert Silbert «L’emphytéose [...] ne facilite en aucune manière le développement d’une classe de propriétaires exploitants [...]».⁴⁵

⁴¹ A. L. Carvalho Homem, «Gama Barros e a Historiografia da viragem do século», *Revista Portuguesa de História* 47 (2016): 477-81. O autor faz uma breve biografia e enquadramento da obra de Gama Barris nos estudos atuais medievais, além de incluir uma lista das suas obras e dos autores que sobre tal escreveram.

⁴² Deste autor, ver o artigo «Forais», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Joel Serrão, dir. (Porto: Editorial Figueirinhas, 1979), 55-59.

⁴³ Alexandre Herculano, «Da Instituição das Caixas Económicas», in *Opúsculos*, vol. I (Lisboa: Editorial Presença, 1982), 117, no seu artigo sobre a instituição da *Caixa Económica Montepio Geral*.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, 113.

⁴⁵ Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen*, vol. 3, 1038.

Bibliografia

- Coelho, Maria Helena da Cruz. «Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos no século XIX». *Revista Portuguesa de História* 42 (2011): 61-84.
- Collecção das cartas de lei, decretos, etc. das cortes geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.
- Costa, Mário Júlio Almeida. *Origem da enfiteuse no direito português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957.
- Costa, Mário Júlio Almeida. «Forais». In *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, dirigido por Joel Serrão, 279-81. Porto: Editorial Figueirinhas, 1979.
- Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva. *Repertorio commentado sobre Foraes e Doações Regias*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1848.
- Franco, Francisco Soares. *Explicação à Lei de 5 de Junho de 1822*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1822.
- Franklin, Francisco Nunes. *Memória para servir de indice dos Foraes das Terras do Reino de Portugal e seus domínios*. 2.^a Edição. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1825.
- Herculano, Alexandre. *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao reinado de Afonso III, notas críticas de José Mattoso*, Vol. IV. Lisboa: Bertrand, 1981.
- Herculano, Alexandre. «Da Instituição das Caixas Económicas». In *Opúsculos, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia*, 101-19, Vol. 1. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- Herculano, Alexandre. «Sobre a questão dos forais». In *Opúsculos, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia*, 287-89, Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- Homem, A. L. Carvalho. «Gama Barros e a historiografia da viragem do século». *Revista Portuguesa de História* 47 (2016): 477-81.

- Meneses, Alberto Carlos. Plano de reforma de Foraes e direitos bannaes fundado em hum novo systema emphyteutico nos bens da Coroa, de Corporações, e de outros senhorios singulares. Lisboa: Impressão Régia, 1825.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. «Revolução liberal e regime senhorial: ‘A questão dos Forais’ na conjuntura vintista». *Revista Portuguesa de História* 23 (1987): 143-82.
- Ramos, Rui, coord., Bernardo Vasconcelos Sousa, e Nuno Gonçalo Monteiro. *História de Portugal*. 8.^a Edição. Lisboa: Esfera dos Livros/Bertrand, 2015.
- Silbert, Albert. *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortès libérales (1821-1823). D’après les documents de la Commission de l’Agriculture*. 2^{ème} édition [1^{ère} édition, 1968]. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1985.
- Silbert, Albert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime*. 2.^a edição [1.^a edição francesa em 1966]. 3 vol. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978.
- Silbert, Albert. «O Feudalismo português e a sua abolição». In *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- Soares, Torquato de Souza. *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*. Lisboa: Oficina Otosgráfica, 1931.
- Torgal, Luís Reis, e João Lourenço Roque, coord. «O Liberalismo (1807-1890)». In *História de Portugal*, direção de José Mattoso. Vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993

NEM ULISSES, TAMPOUCO DAVI: A LUTA
ELEITORAL DESIGUAL E IMPOSSÍVEL ENTRE
CIDADÃOS VOTANTES E A MÁQUINA ESTATAL
DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL
PORTUGUESA (1842-1851)

EVARISTO CAIXETA PIMENTA¹

Palavras-chave: Eleições; Monarquia constitucional portuguesa;
Práticas eleitorais.

INTRODUÇÃO

A cena em que Davi digladiava-se contra Golias serve tradicionalmente como alegoria para representar vitórias inesperadas contra forças desproporcionalmente superiores. Outra figura que, de maneira semelhante, simboliza o contorno de situações desesperadas é Ulisses. Ao enfrentar monstros fantásticos ou mesmo uma multidão de usurpadores em sua corte, o herói grego valeu-se dos mesmos atributos

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, e doutorando pela mesma instituição. Investigador associado do Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa.

decisivos atribuídos ao pequeno israelita, isto é, coragem inabalável, perícia nata e uma perspicácia sem igual.

Na experiência humana, entretanto, os embates desiguais raramente terminam como nas narrativas bíblicas ou poéticas. Muito frequentemente, as virtudes supramencionadas são pouco profícuas quando se trata de tentar dobrar oponentes que assumem o controle sistêmico de organizações e instituições políticas. Este foi o caso da sociedade portuguesa durante o domínio da facção cabralista na década de 1840. Na altura, qualquer cidadão, grupo ou corrente de opinião não alinhada ao governo via-se diante de um oponente mais do que formidável. É seguro afirmar que uma das maiores expressões deste antagonismo dava-se durante as eleições para deputados da nação. A presente comunicação dedica-se, pois, ao tema da colisão entre os eleitores de orientação oposicionista e uma máquina administrativa decidida a vencer as eleições. Discute-se assim este choque – muito sumariamente e em caráter provisório, por configurar-se como um tópico particular de uma investigação em andamento – ao longo das quatro eleições gerais (1842, 1845, 1847 e 1851) realizadas nos contextos da ascensão e queda do cabralismo e dos primeiros momentos do movimento regenerador.

Ao revisitarmos as eleições da monarquia constitucional, saltam-nos logo aos olhos as flagrantes interferências sobre os pleitos que fatalmente resultavam em vitórias governistas esmagadoras. Sendo um objeto clássico da historiografia portuguesa, o quadro geral desse mecanismo de «engenharia eleitoral» é bastante conhecido, sobretudo no que diz respeito ao fenómeno do caciquismo.² É consenso entre os especialistas que os governos valiam-se de fraudes flagrantes, que mobilizavam suas redes clientelares de sorte a acionarem as relações de dependência vigentes e que, em último caso, utilizavam de violência pura e simples.³

² Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)* (Lisboa: Difel, 1991); Nuno Pousinho, «Pretos e Brancos. Liberalismo e Caciquismo no Distrito de Castelo Branco (1852-1910)» (Tese de Doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa, 2016).

³ Luís F. Colaço Antunes, «Direito eleitoral e pensamento político no século XIX», *Economia e Sociologia* 31 (1981): 69-102; Maria Filomena Mónica, «As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910», *Análise Social* 139 (1996); Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva, «O rotativismo monárquico constitucional: eleições, caciquismo e sufrágio», in *História de Portugal*, org. João Medina (Lisboa: Ediclube, 1994); José Manuel

É necessário salientar, todavia, a existência de dois limites da literatura especializada existente. Primeiramente, as eleições anteriores a 1851 foram objeto de poucos trabalhos.⁴ Em segundo lugar, pouco ou quase nada se sabe a respeito do que acontecia no interior dos recintos que abrigavam os atos eleitorais. À vista disso, pergunta-se: como esses mecanismos de interferência governamental funcionavam no nível do «microcenário» que cercava a urna?

As fontes mobilizadas são aquelas capazes de proporcionar a observação mais aproximada em relação ao ato do voto. Trata-se das atas redigidas pelos vogais das mesas das assembleias eleitorais em meio ao desenrolar das operações de escrutínio, documentos que contêm relatos de «primeira mão» sobre os eventos em tela.⁵ Elaboradas no «calor da batalha», as atas registam lutas e paixões políticas, por vezes exacerbadas. Por esse motivo, abrigam polêmicas e disputas pela narrativa entre as partes envolvidas, cujas versões conflituantes são de difícil apuração. Importa observar que mesmo as atas desonestas precisavam de ser minimamente verossímeis aos olhos de quem se pretendia enganar, de modo que, independentemente da autenticidade ou fidedignidade, elas contêm, por certo, todos os elementos mais típicos dos atos eleitorais.

O trabalho parte de uma análise estritamente qualitativa das atas eleitorais de Portugal continental.⁶ Embora não sejam documentos inéditos, é lícito dizer que foram poucos os trabalhos que buscaram neles algo mais do que estatísticas, nomes e agrupamentos profissionais.

Sobral e Pedro Tavares de Almeida, «Caciquismo e Poder Político. Reflexões em Torno das Eleições de 1901», *Análise Social* 18, n.º 72-74 (1982).

⁴ Maria de Fátima Bonifácio, «A Guerra de Todos contra Todos: Ensaio sobre a Instabilidade Política antes da Regeneração», *Análise Social*, 115 (1992); Sandra Maria Coelho, «O negócio da urna: as eleições de 1842» (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Nova de Lisboa, 2007); Joana Filipa Pereira Costa, «A primeira tentativa liberal em Portugal: o processo eleitoral vintista de 1822» (Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Coimbra, 2019); João J. A. Dias, «As eleições de 1834», *Arquipélago* 5 (1983); Sacuntala de Miranda, *A Revolução de Setembro de 1836: Geografia Eleitoral* (Lisboa: Livros Horizonte, 1982); Fernando Piteira Santos, *Geografia e economia da revolução de 1820* (Mem Martins: Publicações Europa-América, 1975); Manuel José Pinto dos Santos, «Eleições Parlamentares na Província do Minho durante o primeiro governo cabralista», in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. II (Lisboa: Estampa, 1983).

⁵ As atas eleitorais encontram-se no Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República.

⁶ Em nossa investigação principal, experimenta-se adicionalmente a identificação de padrões fenomenológicos em dados qualitativos quantificáveis.

Interessa-nos aqui, mais especificamente, avaliar a perspectiva dos eleitores a partir de suas queixas, protestos e contraprotostos. O aporte teórico adotado enquadra o trabalho na linha geral dos estudos culturalistas da História e tem por baliza duas concepções-chave. A primeira é a noção de História do Político, conforme proposta por Pierre Rosanvallon.⁷ A segunda trata-se da perspectiva das Práticas Cotidianas, conforme sugerida por Michel de Certeau.⁸

Antes de mais nada, é preciso que esteja claro que interferir nas eleições para deputados não era tarefa simples. A fase inicial de preparação da máquina eleitoral governista foge ao escopo deste estudo. Contudo, é suficiente dizer que ela partia de uma mobilização em escala nacional planeada pelo Ministério do Reino que consistia, essencialmente, no aliciamento dos influentes locais e na estratégica nomeação de governadores civis suficientemente leais que pudessem transmitir ordens aos cantos mais remotos do território nacional.⁹ Preparava-se o terreno com a corrupção, por intermédio das Câmaras Municipais, das revisões dos recenseamentos; com modificações de última hora nas circunscrições eleitorais e, finalmente, com o apelo aos serviços da tropa de linha com a finalidade de promover «a manutenção da ordem».¹⁰ A consequência imediata dessa última medida era que, em dias de eleição, o país via-se repentinamente em virtual estado de sítio, algo paradoxal para qualquer ordem liberal.

No que diz respeito ao entorno das urnas, outros dois agentes da burocracia administrativa atuavam decisivamente: os administradores de concelho e os regedores de paróquia. Nomeados diretamente pelos governadores civis, os administradores trabalhavam na compressão eleitoral a mando do governo mesmo antes da reunião das assembleias, valendo-se, para isso, de suas atribuições administrativas. Um caso

⁷ Pierre Rosanvallon, *Por uma história do político* (São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010).

⁸ Michel De Certeau, *The Practice of Everyday Life*. Vol. 1 (Londres: University of California Press, 1984).

⁹ O fio condutor desta cadeia de comando consistia nas relações de fidelidade política, frequentemente amplificada por laços de lealdade maçônica e de dependência. A questão da dependência tinha que ver, sobretudo, com aspirações a cargos públicos ou com a manutenção daqueles já obtidos.

¹⁰ Algo necessário na altura em razão da inexistência de uma força policial profissional, eficiente e de lealdade firme. Cf. Diego Cerezales, «Estado, régimen y orden público en el Portugal contemporáneo» (Tese de Doutorado em História, Universidad Complutense de Madrid, 2008).

exemplar pode ser encontrado no protesto manifestado por um eleitor na freguesia principal de São Pedro do Sul, em 3 de agosto de 1842. Naquela assembleia, na qual o administrador do concelho acabou por ser eleito, o cidadão queixou-se das medidas de:

«[...] repressão e incitamento violento, e ameaçador com que de meses desta parte e na conjuntura presente se tem posto em coação a liberdade de votos, [...] [com ameaças de] prisão, aumento da décima, abofetamento [pelas] tropas, recrutamento de filhos e criados, e outras semelhantes coisas [...]»¹¹

Outro protesto, desta vez proveniente da freguesia de S. Paulo de Frades, do concelho de Coimbra, em 2 de novembro de 1851, denuncia a atuação, em dias anteriores à eleição, do principal subordinado do administrador de concelho, o regedor de paróquia – que, por seu turno, comandava os maltrapilhos cabos de polícia:

«[...] o Regedor das Freguesias unidas pertencentes a esta Assembleia, Bernardo Lemeia da Fonseca, percorreu os Eleitores da Freguesia de S. Paulo dias antes da Eleição acompanhado de um cabo de polícia dizendo aos Eleitores em quem haviam de votar, ameaçando-os que lhe havia de embargar seus bois e prender seus filhos se votassem contra aquele Regedor. Ordenava chegando até a prender o Cidadão José Soares de Carvalho um dos signatários do protesto e a dizer que havia de prender todos os que não votassem com ele Regedor [...]»¹²

Entre 1842 e 1851, o sistema eleitoral português sofreu poucas variações de vulto. Adotava-se, fundamentalmente, o sufrágio censitário e secreto, os círculos plurinominais, além do método indireto em dois graus.¹³ À época, as eleições primárias aconteciam no interior das igrejas matrizes das freguesias que possuíssem mais de mil fogos. Os atos eleitorais realizavam-se sempre aos domingos – exceto quando se estendiam demasiadamente –, na data estipulada pelos decretos que organizavam as eleições. À hora marcada no edital de convocação pregado na porta das igrejas, badalava-se o sino do templo por três vezes

¹¹ Arquivo Histórico Parlamentar, Cx. AEM 129.

¹² Arquivo Histórico Parlamentar, Cx. AEM 205.

¹³ Os pormenores dos processos eleitorais do período podem ser encontrados nos decretos que regulavam as eleições. Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Legislação eleitoral portuguesa: 1820-1926* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998).

a fim de anunciar o início dos trabalhos. Em atendimento ao chamado, reuniam-se, ali mesmo, no corpo da igreja, os paroquianos com direito de voto em assembleias eleitorais.¹⁴

Os cidadãos logo procediam à composição da Mesa Eleitoral. Entidade bastante singular, a mesa era formada por uma autoridade política, um vereador, que a presidia; uma autoridade eclesiástica, o pároco local, que identificava os cidadãos; além de quatro paroquianos escolhidos na ocasião, sendo dois para escrutinadores e outros dois para secretários.

Para a sua formação, o presidente propunha à assembleia os nomes de oito cidadãos presentes – quatro para vogais e igual número para substitutos. Os eleitores deviam aprovar ou rejeitar a proposta integralmente. Para tanto, deviam-se manifestar mediante o levantar de braços e, em 1851, colocando-se de um ou outro lado do corpo da igreja. Havendo três rejeições consecutivas, realizava-se um escrutínio secreto. As mesas eram, portanto, constituídas por intermédio de um procedimento que combinava duas práticas políticas, o voto individual aberto e algo análogo a uma aclamação, dado que pressupunha uma aprovação visualmente identificável de uma proposta unilateral. Dessa maneira, os posicionamentos políticos dos eleitores estavam evidentemente sujeitos à vigilância de todos os presentes o que, por certo, os constrangia durante a escolha. Não causa surpresa que a maioria esmagadora das propostas fosse aprovada sem contestação, sobretudo tendo-se em vista que os administradores de concelho, regedores e ao menos um vereador – o presidente – estavam no mesmo recinto a observar os eleitores e prontos para, mais tarde, darem cabo às suas vendetas.

Apesar de o método de escolha da mesa dificultar, logo de início, qualquer possibilidade de atuação da oposição – afinal, os vogais eram os responsáveis por todas as operações eleitorais, inclusive o apuramento – isso não quer dizer que tudo sempre saísse conforme os planos dos presidentes. Há casos pontuais em que as assembleias desafiaram as propostas, rejeitando-as e levando a escolha a escrutínio.¹⁵

¹⁴ Ou assembleias paroquiais. Utilizavam-se os dois termos indistintamente, tal como paróquia/freguesia.

¹⁵ Verificou-se a maior concentração de rejeições no concelho de Lisboa, nomeadamente durante as eleições de 1842 e 1845. Dados mais completos a respeito desse fenômeno serão publicados em nossa tese de doutoramento.

Essas são ocorrências relativamente raras mas, ainda assim, entende-se aqui que elas podem ser utilizadas como indicadores indiretos da presença de algum grupo de orientação oposicionista minimamente coeso no âmbito das assembleias. Quer dizer, apesar de toda a asfixia imposta aos eleitores no ato da escolha da mesa, havia ainda margem para algum tipo de luta política.

Um eleitor de uma assembleia que reunia várias paróquias do concelho de Bouças, em 5 de junho de 1842, fez mais do que desafiar a proposta do presidente. No ato de formação da mesa, ele denunciou o desrespeito do mesmo à rejeição da assembleia. É o que nos conta a ata daquela eleição:

«O Cidadão João José Pinto da Motta Mello, Fundado no § 1º do art 45 da Lei Eleitoral de 5 de março [na realidade um decreto], protesta por haver o Presidente Victorino Falcão procedido à eleição da Mesa contra o disposto no § único do art. 36 da citada lei porquanto tendo sido quase que plenamente reprovada a mesa pela vez primeira nomeada pelo predito Presidente, não propôs ele, como lhe cumpria, nova mesa, passando antes a mandar tomar assento os cidadãos por ele propostos à primeira vez, e que não haviam sido, como fica expendido, aprovados pela máxima parte da Assembleia, ofendendo-se assim a Lei, e cometendo, por isso, o mesmo Presidente, uma arbitrariedade.»¹⁶

Evidentemente, os eleitores sabiam que as mesas eram soberanas e que essas podiam simplesmente ignorar as suas queixas. Todavia, ainda assim, eles as manifestavam com a esperança de que, uma vez registado o protesto na ata, aquela eleição podia ser mais tarde considerada nula pelos colégios eleitorais ou pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados. Observadas por este ângulo, nota-se mais claramente como as atas eleitorais abrigam genuínas batalhas de representações. Era imperativo, para a luta eleitoral, representar o acontecimento de maneira politicamente favorável.

Não surpreende, portanto, que essa especificidade abrisse margem para protestos de outra natureza, isto é, aqueles que denunciavam a recusa das mesas em recebê-los.¹⁷ Este é um tipo de queixa típico das eleições de 1847 como, por exemplo, aquelas provenientes do concelho de Ponte de Lima, nesse mesmo ano. Na

¹⁶ Arquivo Histórico Parlamentar, Cx. AEM 102.

¹⁷ Arquivo Histórico Parlamentar, Cx. AEM 137.

ocasião, dois cidadãos ativos protestaram separadamente contra o fato de a mesa eleitoral violar a legislação eleitoral por não incluir na ata os seus protestos, o que, segundo eles, devia imputar nulidade àquela eleição.¹⁸

É interessante notar que, embora as eleições de 1847 tenham sido notoriamente alvo da investida cabralista,¹⁹ suas atas registam, proporcionalmente, pouquíssimas queixas. Observadas apenas pelo prisma das atas, aquelas eleições parecem ter sido tranquilas. Isso não pode significar outra coisa que não seja o aperfeiçoamento máximo da máquina eleitoral do governo. Dito de outro modo, a compressão eleitoral parece ter sido tão eficiente a ponto de ter suprimido a quase totalidade das reações dos eleitores, algo que, por outro lado, nem de longe acontece nas demais eleições em tela.

Ainda no que concerne ao desenrolar do ato eleitoral, uma vez instalada a mesa no corpo da igreja, dava-se início ao recebimento dos votos. Votavam primeiro os vogais da mesa. Em seguida, chamavam-se os cidadãos de acordo com as duas cópias do caderno de recenseamento que ficavam de posse dos secretários. Os eleitores então se aproximavam da mesa e entregavam as suas listas ao presidente, que as desdobravam, com o propósito de inspecionar se havia mais de uma juntas, e a inseria na urna.²⁰ Nesta altura dos acontecimentos, toda a assembleia estava amontoadada no entorno da mesa com o propósito de fiscalizar os seus trabalhos. Naquele momento, agentes do governo podiam agir, como é caso relatado em um abaixo-assinado proveniente da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, no concelho de Mação, em 3 de agosto 1845:

«[...] no mesmo ato da Eleição dentro da Igreja e junto à mesa ao lado do seu Presidente estava o Administrador do Concelho entregando na sua mão listas com carimbo exterior que à vista eram entregues ao

¹⁸ Arquivo Histórico Parlamentar, Cx. AEM 164.

¹⁹ Maria de Fátima Bonifácio, *A segunda ascensão e queda de Costa Cabral. 1847-1851* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002), 14.

²⁰ À época, os boletins de voto – cédulas, em português do Brasil – eram chamados listas. Podiam ser qualquer pedaço de papel e, no primeiro grau da eleição, deviam conter tantos nomes quanto o número de eleitores de província que dava a freguesia. Já na eleição de segundo grau, tantos nomes quanto o número de deputados que dava o círculo eleitoral.

Presidente que as lançava na urna com manifesta violação do segredo do escrutínio e liberdade do Voto [...].»²¹

A presença de listas carimbadas pelo governo, com o claro propósito de fiscalizar à distância o voto dos eleitores no ato da sua entrega, foi endêmica nas eleições de 1842, 1845 e 1847. O mesmo pode ser dito a respeito das listas construídas em papel colorido e «transparente». A existência de qualquer distinção nas listas chegou a ser proibida pelo decreto eleitoral de 27 de julho 1846, do efêmero governo de Palmela, mas essa inovação foi logo suprimida pelo decreto de 12 de agosto de 1847. Em matéria eleitoral, o cabralismo retornou com força total em sua segunda ascensão. Finalmente, o decreto de 1851 encerrava a questão, ao menos formalmente, ao seguir o exemplo da norma de 1846.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Muito ainda poderia ser dito a respeito das interferências governamentais infligidas ao ato do voto no primeiro grau das eleições portuguesas da primeira metade do século XIX. Ainda há de se considerar o apuramento, que ficava à mercê dos vogais da mesa; a frágil guarda noturna das urnas nas sacristias das igrejas, por vezes sorrrateiramente invadidas das maneiras mais inusitadas; os roubos de papéis eleitorais durante o trânsito ou das próprias mãos dos mesários, entre diversos outros estratégias de falseamento do sufrágio que não escaparam aos protestos indignados dos cidadãos que as reprovavam. O mesmo pode ser dito a respeito do segundo grau das eleições que, com efeito, não deixava de merecer atenção minuciosa dos agentes do governo. À guisa de conclusão, pode-se dizer que, quando tomadas como práticas cotidianas nas quais se operavam ações políticas *stricto sensu* – e aqui combinam-se mais claramente as perspectivas de Rosanvallon e De Certeau –, os procedimentos eleitorais podem ser percebidos como mecanismos de exercício de poder político; e tornam-se evidências concretas, verdadeiros termômetros do clima político e das tensões sociais que cingiam as eleições. Mais do que apreender padrões

²¹ Arquivo Histórico Parlamentar, Cx. AEM 140.

de comportamento eleitoral, o olhar sobre as práticas eleitorais contempla as reações dos votantes em relação aos controles estatais aos quais eram submetidos, desde o alistamento até o apuramento dos votos. Torna-se assim possível avaliar a organização estratégica dos grupos e poderes políticos institucionalizados em relação ao objetivo último de vencer eleições mediante táticas diversas de sujeição dos cidadãos e, ao mesmo tempo, as contramedidas mobilizadas pelos eleitores oposicionistas no sentido de contestar e, em certa medida, resistir, ainda que infrutiferamente, ao peso avassalador da maquinaria eleitoral dos governos. É evidente que, nessa história apenas tangencialmente abordada neste breve estudo, os cidadãos portugueses de orientação oposicionista de oitocentos não conseguiram imitar nem Ulisses, tampouco Davi. Entretanto, embora derrotados, lutaram uma boa luta e, felizmente, deixaram-nos vestígios capazes de complementar a compreensão daquele contexto tão conturbado.

Bibliografia:

- Almeida, Pedro Tavares de. *Legislação eleitoral portuguesa: 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- Almeida, Pedro Tavares de. *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991.
- Antunes, Luís F. Colaço. «Direito eleitoral e pensamento político no século XIX». *Economia e Sociologia* 31 (1981): 69-102.
- Bonifácio, Maria de Fátima. *A segunda ascensão e queda de Costa Cabral. 1847-1851*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Bonifácio, Maria de Fátima. «A Guerra de Todos contra Todos: Ensaio sobre a Instabilidade Política antes da Regeneração». *Análise Social* 115 (1992).
- Cerezales, Diego. «Estado, régimen y orden público en el Portugal contemporáneo». Tese de Doutorado em História. Universidad Complutense de Madrid, 2008.
- Coelho, Sandra Maria. «O negócio da urna: as eleições de 1842». Dissertação de Mestrado em História, Universidade Nova de Lisboa, 2007.

- Costa, Joana Filipa Pereira. «A primeira tentativa liberal em Portugal: o processo eleitoral vintista de 1822». Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Coimbra, 2019.
- Dias, João J. A. «As eleições de 1834». *Arquipélago* 5 (1983).
- De Certeau, Michel. *The Practice of Everyday Life*. Vol. 1. Londres: University of California Press, 1984.
- Miranda, Sacuntala de. *A Revolução de Setembro de 1836: Geografia Eleitoral*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- Mónica, Maria Filomena. «As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910». *Análise Social* 139 (1996).
- Pousinho, Nuno. «Pretos e Brancos. Liberalismo e Caciquismo no Distrito de Castelo Branco (1852-1910)». Tese de Doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa, 2016.
- Rosanvallon, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.
- Santos, Fernando Piteira. *Geografia e economia da revolução de 1820*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1975.
- Santos, Manuel José Pinto dos. «Eleições Parlamentares na Província do Minho durante o primeiro governo cabralista». In *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. II. Lisboa: Estampa, 1983.
- Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da. «O rotativismo monárquico constitucional: eleições, caciquismo e sufrágio». In *História de Portugal*, organizado por João Medina. Lisboa: Ediclube, 1994.
- Sobral, José Manuel, e Pedro Tavares de Almeida. «Caciquismo e Poder Político. Reflexões em Torno das Eleições de 1901». *Análise Social* 18, n.º 72-74 (1988)

A ERA DOS CONGRESSOS: REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO NA CRISE DO LIBERALISMO

JOANA DIAS PEREIRA¹

Resumo

Esta apresentação resulta de um projeto ainda em fase embrionária sobre a longa história do associativismo contemporâneo, debruçando-se sobre um fenómeno específico que marcou a sua emergência – a organização de congressos nacionais e a elaboração de reivindicações ao Estado moderno em construção. Baseia-se no levantamento de 232 congressos organizados por associações voluntárias entre 1865 e 1934 e na análise das suas teses e resoluções.

Palavras-chave: Associativismo; Congressos; Reivindicações políticas.

O associativismo laico, voluntário, democrático e inclusivo é um fenómeno que, no período liberal, substitui ou concorre com as instituições multiseculares para a ação coletiva que se caracterizavam pela sua natureza religiosa, compulsória, hierárquica e exclusivista do regime corporativo pré-moderno. Este fenómeno tem despertado a atenção dos cientistas sociais de diferentes disciplinas: os historiadores assinalam as continuidades e ruturas desta evolução e o seu papel no

¹ Joana Dias Pereira, investigadora integrada no Instituto de História Contemporânea e contradas pela FCSH da UNL no âmbito do CEECIND/00764/2017

processo histórico;² os cientistas políticos, as relações entre o fenómeno e o regime liberal;³ os sociólogos, o seu papel nos processos de mobilização e mudança social.⁴

A emergência do movimento operário modelou os debates intergovernamentais, desde a Conferência Internacional do Trabalho Industrial, em 1890, às diferentes conferências da OIT, realizadas a partir de 1919, e induziu a promulgação de legislação regulamentadora das relações laborais e promotora de proteção social a partir do último quartel do século XIX. Analisando as várias tipologias associativas, podemos observar que, ao lado do sindicalismo, se desenvolveram outros movimentos sociais, envolvendo mais protagonistas, que sustentaram um projeto conjunto de reforma social em favor de uma maior proteção das camadas mais vulneráveis da população.⁵

Em Portugal, a «Era dos Congressos» é inaugurada pelo Congresso Social de 1865 e sedimentada pelos primeiros congressos das associações portuguesas nos anos oitenta, assembleias que reúnem as diferentes tipologias instituídas, desde a patronal à operária, desde a científica à mutualista. A partir do último decénio de oitocentos, estes encontros proliferaram exponencialmente, abrangendo diferentes tipologias associativas e grupos sociais. Destacam-se pela sua natureza reivindicativa, dirigindo-se ao Estado e procurando modelar a sua

² Tine De Moor, *Homo Cooperans: Institutions for Collective Action and the Compassionate Society* (Utrecht: Universiteit Utrecht, 2013); Maria Teresa Maillari, *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenomeno associativo durante XVIII e XIX secolo* (Florença: Leo S. Olschki, 1990); Edward Thompson, *Costoms in common: studies in traditional popular culture* (Nova Iorque: New Press, 1993); Vasco Rosendo, *Mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens* (Lisboa: Montepio Geral, 1996); Miriam Halpern Pereira, *Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal* (São Paulo: EDUSC, 2012).

³ Robert Putman, *Making Democracy Work: Civic Traditions on Modern Italy* (Princeton: Princeton University Press, 1993); Robert Rotberg, *Patterns of social capital: stability and change in historical perspective* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001).

⁴ Charles Tilly, *The Contentious French* (Harvard: Harvard University Press, 1986); Charles Tilly, *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834* (Harvard: Harvard University Press, 1998); Doug McAdam, Sidney Tarrow, e Charles Tilly, *Dinamics of Contention* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001).

⁵ Christian Topalov, *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914* (Paris: Editions l'EHESS, 1999); Chris Leonards e Nico Randerad, «Building a Transnational Network of Social Reform in the Nineteenth century», in *Shaping the transnational sphere: experts, networks and issues from the 1840s to the 1930s*, ed. David Rodogno, Bernhard Struck e Jakob Vogel (Nova Iorque e Oxford: Berghahn, 2015).

intervenção ao serviço dos seus interesses, um processo que é interrompido abruptamente pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926, que inaugura imediatamente um período de feroz perseguição à participação política autónoma dos trabalhadores e das outras camadas sociais que protagonizavam projetos de transformação social.

No período antecedente, todavia, diferentes protagonistas e doutrinas assumem o debate e a construção de um projeto modernizador para a sociedade portuguesa, inspirado e em conexão com os congéneres além-fronteiras, e que se organiza em dois eixos crescentemente antagónicos: o primeiro, é protagonizado pelo movimento sindical, mutualista, cooperativista, pedagógico, do livre pensamento, feminista e parte do científico; o segundo pelos congressos científicos que sustentam o movimento pró-colonização efetiva dos territórios africanos, bem como pelos agrícolas, católicos e patronais. A representatividade destes encontros é crescente no período em análise, ilustrando um significativo processo de mobilização em torno dos projetos veiculados.

As teses e resoluções destes congressos sustentam que, não obstante os temas exclusivamente organizativos e específicos de cada setor, existe invariavelmente o propósito de assumir reivindicações conjuntas ao Estado.

Os mutualistas e os cooperativistas reivindicam em primeiro lugar, e a par de todos os outros movimentos, o direito, a liberdade e o reconhecimento legal das associações e o conseqüente apoio do Estado. Defendem especificamente nas suas áreas de atuação a intervenção do Estado na criação de um sistema de proteção social, por um lado, e de regulação dos mercados, sobretudo o de bens alimentares, por outro. Este investimento, defendem, deve ser sustentado pela responsabilização patronal e pela tributação da riqueza. Não deixam de reivindicar, o que reflete aliás a sua composição maioritária, direitos laborais.

Reivindicações dos Primeiros Congressos Mutualistas e Cooperativistas
Reforma e laicização da Instrução Pública
Direito de associação
Legislação que regule associativismo
Apoios pecuniários e isenções fiscais ao associativismo
Câmaras Sindicais e Tribunal de Árbitros Avindores
Regulação dos contratos de aprendizagem e horas de trabalho de menores e adultos
Comissão de inquérito às indústrias
Fiscalização Higiene Oficinas e Habitação
Reconhecimento do direito de coalizão a patrões e operários
Tribunal arbitral para associações
Restrição do número de associações de socorros mútuos
Edifícios públicos para sediar associações
Auxílio pecuniário por ocasião de epidemia
Conselho de mutualistas fiscalização leis de proteção social
Proteção trabalho mulheres e menores
Regulação do horário de trabalho
Contribuição estatal para socorros na inabilidade
Imposto sobre contribuições industriais e prediais
Seguro de vida popular e caixas de socorros a geridos pelas associações
Financiamento público “salário de repouso”
Responsabilização dos patrões acidentes trabalho
Criação Direção Geral do Trabalho e Previdência Social
Anulação dos impostos sobre o consumo
Impostos progressivos sobre património, rendimentos e capital (imposto especial sobre lucros de guerra)
Promover Ligas Farmácias Mutualistas e Federações de serviços Policlínicas
Criação de caixas escolares de previdência e assistência
Liquidação do regime protecionista
Desmonopolização do comércio dos géneros de primeira necessidade
Socialização de algumas fábricas e lavoura
Construção de casas económicas pelo Estado, maternidades, lactários, etc.

Tabela 1 - Reivindicações ao Estado presentes nas teses dos Congressos Mutualistas⁶ e Cooperativistas⁷.

Até 1909, os sindicalistas portugueses acompanham a ala reformista do movimento operário internacional defendendo a intervenção do Estado na regulação das relações laborais, na proteção

⁶ Congresso Social (19 sessões entre outubro de 1865 e fevereiro de 1866), Primeiro Congresso das Associações Portuguesas (10 a 18 de junho de 1882), Trabalhos Complementares do Primeiro Congresso das Associações Portuguesas (10 a 15 de junho de 1883), Congresso das Associações de Socorros Mútuos (6 a 9 de fevereiro de 1890), Congresso da Mutualidade (Porto, 17 a 27 de setembro de 1904), Congresso Mutualista (Setembro de 1906), Congresso Nacional da Mutualidade (18 a 22 de Junho de 1911), Congresso Nacional da Mutualidade (5, 6 e 7 de outubro de 1916), III Congresso Mutualista (dezembro de 1934).

⁷ Congresso Cooperativista (4 a 7 de Janeiro 1894), I Congresso Nacional das Cooperativas (10 a 12 de junho de 1921), 1º Congresso das Cooperativas do Norte de Portugal (11 a 13 de julho de 1931).

das mulheres e menores e na consagração legal de um conjunto de direitos, entre os quais se destacam as oito horas de trabalho. Evoluem significativamente de uma posição corporativa, na defesa da comunidade artesanal, para um «novo sindicalismo» que procura envolver todos os estratos das classes trabalhadoras, incluindo os trabalhadores dos territórios colonizados.

Reivindicações dos Congressos Associações de Classe
Proteção da indústria pelo Estado
Criação de Conselhos de Peritos
Regulamentação da aprendizagem
Liberdade de associação
Legalização da greve
Proteção trabalho mulheres e menores
Segurança e Higiene nas Fábricas
Benefícios para sociedades de edificações económicas
Responsabilidade dos Patrões Acidentes Trabalho
Bolsas de Trabalho e Tribunais de Árbitros Avindores
Legislação antimonopolista e proteção das oficinas artesanais
Alargamento da legislação de proteção social: ao proletariado marítimo e agrícola; aos emigrantes; aos trabalhadores indígenas
Autonomia das colónias
Reforma e laicização do Ensino primário
Eliminação Impostos consumo
Impostos progressivos rendimentos e propriedade
Salário igual para mulher e homem
Consagração legal do dia de oito horas
Descanso semanal
Reforma da lei das associações de classe, da lei do inquilinato, da lei dos acidentes de trabalho
Reforma do regime aduaneiro, no sentido de assegurar o livre-câmbio
Abolição da lei dos cereais
Substituição dos impostos indiretos sobre o consumo pelos diretos sobre os direitos de sucessão

Tabela 2 - Reivindicações ao Estado presentes nas teses dos congressos das Associações de Classe⁸

⁸ Congresso das Associações de Classe (1885), Congresso das Associações de Classe (janeiro de 1890), Congresso das Associações de Classe (4 de janeiro de 1891), Congresso das Associações de Classe (24 de março de 1892), Congresso das Associações de Classe (17 de junho de 1892), Congresso Nacional das Associações de Classe (1894), Congresso das Associações de Classe de Tomar (1895), Congresso Operário (24 A 27 de Junho de 1897), Congresso das Associações de Classe Federadas de Lisboa (Maio e Junho de 1897), Maio e Junho de 1897 (Viana do Castelo, 5 de abril de 1902), Congresso nacional das associações operárias (6 a 9 de dezembro 1902), 6 a 9 de dezembro 1902 (21 e 26 de abril de 1903), Congresso Nacional Operário (Lisboa, 4 de julho de 1909 e Porto, 25 de junho de 1909), Congresso sindical e cooperativista (Setembro de 1909), Congresso Sindicalista (7 de maio de 1911), Primeiro Congresso Nacional Operário (14 a 17 de março de 1914), II Congresso Nacional Operário (13 a 16 de setembro de 1919), III Congresso Nacional Operário (2 de outubro de 1922), IV Congresso Nacional Operário (23 a 26 Setembro de 1925).

Progressivamente, o sindicalismo revolucionário hegemoniza a direção do movimento, recusando a intermediação do Estado na luta de classe, mas os congressos das federações de indústria, que como vimos são aqueles que se organizam em maior número no cômputo geral, continuam a reivindicar a proteção estatal das indústrias, a regulamentação das relações laborais e a proteção social. Mais radicais, os congressos rurais pugnam pela gestão da propriedade inculta pelas associações de trabalhadores agrícolas.

Os professores, sobretudo os primários, a par dos seus direitos laborais, pugnam por uma reforma estrutural do ensino público, inspirados pelo movimento da Escola Nova, no qual participam a partir de 1919, assegurando a sua laicização, democratização e inovação pedagógica.

Reivindicações dos Congressos Pedagógicos
Reforma do Ensino
Laicização do Ensino Primário
Gratuidade do Ensino Primário
Obrigatoriedade do Ensino Primário
Coeducação
Educação Integral
Escolas Móveis
Ensino Agrícola e Colonial
Educação Sexual
Formação dos professores
Ministério de Instrução Pública
Descentralização e participação dos professores (Juntas Escolares)
Vencimentos, estatuto e formação do professor
Aprofundamento da assistência social escolar
Organização de escolas temporárias e móveis
Cursos noturnos, leituras públicas e populares
Educação física e trabalho manual
Educação cívica com a criação de associações escolares
Suspensão dos Exames

Tabela 3 - Reivindicações ao Estado presentes nas teses dos Congressos Pedagógicos⁹.

⁹ Congresso Pedagógico de Lisboa (maio de 1892), Congresso Pedagógico dos professores do ensino primário (15 de Abril de 1897), I Congresso Pedagógico da Instrução Primária e Popular (21 a 23 de Abril de 1908), 2º Congresso Pedagógico da Instrução Primária e Popular (13 a 16 de Abril de 1909), 3º Congresso Pedagógico da Instrução Primária e Popular (9 a 11 de Abril de 1912), 4º Congresso Pedagógico da Instrução Primária e Popular (15 Abril de 1914), Congresso Nacional de Educação Popular (17 de abril de 1922), Congresso Pedagógico (13 de Agosto de 1923), I Congresso da Associação dos Professores de Portugal (4 e 5 de Agosto de 1924), Semana da Criança (25 a 30 de maio de 1925), Congresso Extraordinário Corporativo e Pedagógico (Janeiro de 1930), Congresso Internacional de

Os Congressos do Livre-Pensamento reúnem um conjunto diversificado de protagonistas – republicanos, socialistas, anarquistas, feministas – e evoluem da reivindicação da secularização do Estado e da sociedade para um conjunto de reivindicações importadas dos movimentos supracitados, esboçando mais uma vez um projeto transversal de reforma social.

Reivindicações dos Congressos do Livre Pensamento
Rompimento de relações com o Vaticano e Separação da Igreja e do Estado
Supressão de todo o ensino religioso
Abolição do caracter oficial de todas as festas religiosas
Proibição absoluta às coletividades religiosas da constituição de propriedade
Proibição do voto religioso
Abolição do serviço religioso
Registo civil gratuito e proibição do religioso
Secularização dos cemitérios
Liberdade de culto.
Divórcio
Sufrágio Universal
Liberdade de associação
Proibição das leis de exceção
Instrução primária pública e obrigatória,
Instituição nacional e civil da assistência pública
Direitos civis, políticos e profissionais das mulheres, prevendo a sua educação integral
Serviço militar generalizado e Humanização das forças armadas
Supressão dos impostos sobre o consumo
Implementação de impostos progressivos sobre o rendimento, a propriedade e o capital
Abolição da pena de morte
Paz universal
Seguros Sociais Obrigatórios
Abolição do trabalho forçado nas colónias
Igualdade racial dependente do grau de instrução

Tabela 4 - Reivindicações ao Estado presentes nas teses dos Congressos do Livre-Pensamento¹⁰

As mulheres, que têm um papel destacado quer no movimento sindical, quer no da Paz e do Livre-Pensamento, inauguram um movimento autónomo através do qual lutam por direitos cívicos, civis e

Proteção à Infância (25 a 29 de outubro de 1931) e ainda os Congressos dos Professores Primários (abril de 1914, 3 a 5 de Janeiro de 1920, 25 a 27 de junho de 1920, 2 a 4 de Agosto de 1921, 23 de janeiro de 1922, 17 a 21 de agosto de 1922, 8 a 12 de Agosto de 1924, 11 de junho de 1925, Agosto de 1926, Janeiro de 1926, Abril de 1927), das escolas técnicas (14 a 18 de junho de 1924) e secundárias (11 a 12 de junho de 1927 e 1 a 4 de maio de 1930).

¹⁰ Congresso Anticlerical (25 a 28 de junho de 1895), Congresso anticlerical (julho de 1900), Congresso do Livre Pensamento (20 a 22 de Abril de 1908), II Congresso do Livre-Pensamento (13 a 18 de Outubro de 1910), XVII Congresso do Livre Pensamento (5 a 8 de Outubro de 1913), III Congresso Nacional do Livre Pensamento (4 a 7 de outubro de 1916), IV Congresso do Livre Pensamento (4 a 7 de outubro de 1918).

políticos e, em menor medida, uma vez que se trata de um movimento das elites intelectuais, pela proteção à mulher trabalhadora, emigrante e indígena.

Reivindicações dos Congressos Feministas
Direitos políticos: eleger e ser elegível
Direito de escolher nacionalidade da mulher casada
Coeducação
Educação Sexual
Proteção Maternidade Mulheres Trabalhadoras
Abolição regulamentação prostituição
Instrução populações indígenas
Proteção mulheres emigrantes
Trabalho Igual, Salário igual

Tabela 5 - Reivindicações ao Estado presentes nas teses dos Congressos Feministas e Abolicionistas¹¹

A participação dos representantes do proutonacionalismo africano (no que aos territórios colonizados por Portugal diz respeito) nos Congressos Pan-Africanos de 1921 e 1923 assume uma natureza ambígua, acompanhando as entidades oficiais na defesa da política colonial portuguesa. Seguem, todavia, a tendência internacional de reivindicação de direitos e proteção para as populações indígenas.

¹¹ Primeiro Congresso Nacional da Paz (1906), Congresso Feminista e de Educação (24 de maio de 1924), I Congresso Nacional Abolicionista (1926), II Congresso Feminista (Junho de 1928), II Congresso Nacional Abolicionista (1929).

Reivindicações dos Congressos Pan-Africanos
Propriedade da terra que consigam explorar
Controlo estatal das concessões
Abolição da escravatura e do trabalho forçado
Instrução e saúde pública para os indígenas
Participação no governo “logo que o permita o seu desenvolvimento”
Liberdade religiosa.
Direitos iguais aos seus concidadãos europeus para “negros civilizados”
Reconhecimento dos negros civilizados
Criação de instituições para desenvolvimento dos meios indígenas;
Ensino obrigatório
Liberdade religião e costumes;
Assistência e previdência sociais;
Restituição progressiva aos negros civilizados da terra e dos seus frutos naturais
Criação sob instituto internacional de proteção da raça negra égide da Sociedade das Nações
Constituição secção especial do Bureau Internacional do Trabalho
Proteção e defesa dos trabalhadores indígenas

Tabela 6 - Reivindicações dos Congressos Pan-Africanos¹²

Os congressos científicos, como disse, divergiram entre aqueles organizados por profissionais liberais intervenientes no sistema de ensino, já destacados, mas também no sistema administrativo e legal ou assistencial, que pugnavam igualmente por reformas no sentido de alargar a proteção das camadas mais vulneráveis da população; e aqueles que de alguma forma sustentavam e legitimavam o movimento pró-colonização efetiva dos territórios africanos.

Reivindicações dos Congressos Científicos
Regulamentação legal do trabalho dos menores
Regulamentação legal do trabalho de mulheres, crianças e adultos na indústria:
Descanso dominical,
10 horas de trabalho, proteção às grávidas e primeira infância;
Reforma da saúde pública
Sanatórios populares
Hospitais de internamento
Seguro obrigatório contra a doença e invalidez
Reforma da assistência médica
Inspeção sanitária locais de trabalho
Habitação operária
Organizações sanitárias coloniais
Assistência médica aos indígenas

¹² Primeiro Congresso Pan-Africano para a Proteção dos Indígenas de África e dos Povos de Origem Africana (19 a 21 de Fevereiro 1919), II Congresso Pan-Africano (28 e 29 de agosto de 1921), Congresso Geral da Liga Internacional para a Defesa dos Indígenas (Setembro de 1925)

Tabela 7 - Reivindicações de reforma social dirigidas ao Estado presentes nas teses dos Congressos Científicos¹³

Estes últimos participaram, ao lado das associações patronais e de empresas privadas, na organização dos congressos coloniais, que também seguindo as tendências internacionais procuram definir uma política colonial concertada, na qual a questão do enquadramento do trabalho indígena se destaca. A retórica civilizadora domina os debates, revelando-se uma circunstancial aceitação de uma relativa autonomia das colónias, ao mesmo tempo que a intervenção do Estado na proteção das indústrias e dos mercados é crescentemente reivindicada.

Reivindicações dos Congressos Coloniais
Ensino colonial
Colonização populacional proteção dos emigrantes
A organização de serviços de higiene, saúde e assistência nas colónias
Recenseamento e caracterização do estado social da população indígena
Criação de um serviço de assistência aos indígenas
Organização do trabalho indígena
Manutenção das instituições indígenas em conformidade os interesses coloniais
Remuneração do trabalho indígena
Implementação de um regime forma de propriedade
Fomento da navegação
Apoio do Estado à iniciativa comercial privada
Estabilização da legislação colonial
Autonomia administrativa e financeira aos governos das possessões ultramarinas
Proteção às indústrias extrativas e derivadas e algodoeira
Revisão da legislação relativa ao álcool colonial
Revisão da política aduaneira
Elaboração de bibliografia colonial pela SGL
Intervenção do Estado no alargamento dos mercados interno, externo e para as colónias, através de uma política protecionista, da propaganda mercantil, do estabelecimento de tratados e redução das tarifas dos transportes

¹³ Congresso Sanitário Nacional (1857), Congrès international d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (19 a 29 de setembro de 1880), Congresso Jurídico Internacional (1889), X Congresso Internacional dos Orientalistas (junho de 1892), 7º Congresso da União Internacional do Direito Penal (20 de Abril de 1897), I a IV Congresso Nacionais Anti-tuberculose (24 a 27 de março de 1895, 1902, 1904, 1907)

V Congresso Internacional da Imprensa (26 de Setembro de 1898), I e II Congresso Nacional de Medicina (1898 e 1900), XV Congresso Internacional de Medicina (1906), Congresso Nacional de Deontologia Médica (21 a 24 de fevereiro de 1912), Congresso para o Progresso das Ciências (junho de 1925), Primeiro Congresso Nacional de Farmácia (Dezembro de 1927), III Congresso Nacional de Medicina (28 de Abril a 5 de Maio de 1928), XIII Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologias Médicas (1930), XV Congresso Internacional de Antropologia (1930), Congresso Nacional de Engenharia (8 de junho de 1931), Congresso das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progresso das Ciências (15 a 21 de maio de 1932).

Tabela 8 - Reivindicações ao Estado presentes nas teses dos Congressos Coloniais¹⁴

A Igreja Católica continua a mobilizar uma larga parte da população nas suas instituições multiseculares confessionais, entre as quais se destacam as irmandades e confrarias, que mantêm uma dinâmica admirável no período. Importa, todavia, destacar o movimento associativo de novo tipo inaugurado pela Igreja Católica com o congresso de 1871 e que tem por objetivo uma intervenção explicitamente política. Neste encontro e nos que se seguiram, a Igreja mobilizou os leigos católicos na defesa dos direitos e posições ancestrais do catolicismo, fortemente abalados pelo liberalismo. Paralelamente, promove um movimento de inspiração corporativa nos meios operários que defende a harmonização entre o capital e o trabalho. Não deixa de assumir algumas das mais caras reivindicações dos trabalhadores.

Reivindicações dos Congressos Católicos
Defesa da posição e direitos da Igreja
Ensino religioso
Separação dos sexos na escola e nas oficinas
Abolição regulamentação da prostituição
Participação operária nos órgãos concertação social;
Regulamentação legal das horas de trabalho,
Descanso dominical
Salário familiar
Construção de bairros operários
Barateamento géneros
Instrução primária gratuita

Tabela 9 - Reivindicações ao Estado presentes nas teses dos congressos católicos¹⁵

¹⁴ Congresso Colonial Nacional (2 de dezembro de 1901), Congresso Internacional de Agronomia Colonial e Tropical de Lisboa (1909), Primeiro Congresso de Medicina Tropical em África (16 a 23 de julho de 1923), II Congresso Colonial Nacional (1924), Congresso de Medicina Tropical (1932), III Congresso Colonial Nacional (1934).

¹⁵ Assembleia dos oradores Católicos (27 de dezembro de 1871 a 5 de janeiro de 1872), I Congresso Católico da Província Eclesiástica de Braga (26 a 28 de abril de 1889), II Congresso Católico da Província Eclesiástica de Braga (6 a 10 de abril de 1891), Congresso Católico Internacional de Lisboa (25 a 28 de maio de 1895), Congresso Católico do Porto (8 a 10 de dezembro de 1900), I a V Congressos anuais das agremiações populares católicas de Portugal (16 e 17 de Junho de 1906, 7 a 9 de junho de 1907, 4 a 8 de outubro de 1908, 27 a 29 de junho de 1909, 24 a 26 de junho de 1910), I ao V Congressos da Federação das Juventudes Católicas (24 e 25 de abril de 1913, 2 e 3 de março de 1914, 27 a 28 de dezembro de 1915, 15 a 16 de junho de 1918), Congresso Regional das Juventudes Rurais (19 de agosto de 1923), I ao IV Congressos dos Médicos Católicos (24 de outubro de 1915, 25 de março de

Finalmente, a partir de 1914, as associações comerciais, agrícolas e industriais formam uma nova frente de intervenção política que reage nitidamente à crescente influência das reivindicações operárias, refletidas nos diferentes movimentos supra descritos. Os Congressos Patronais vão contestar abertamente a regulamentação das relações laborais, e sobretudo a lei das oito horas, de 1919, assim como os seguros sociais obrigatórios, entre outras medidas de proteção social, bem como os primeiros ensaios de reforma fiscal no sentido da tributação da riqueza, incluindo os fabulosos lucros de guerra. Apelarão, em vez disso, para a manutenção da ordem pública e para a redução da despesa do Estado, a par de diversas medidas de proteção ao investimento privado. Defenderão a representação dos interesses das forças vivas no aparelho de Estado e a sua intervenção na organização das relações entre o capital e o trabalho.

1916, 7 de dezembro de 1916, 26 de maio de 1918), I a II Congressos das Misericórdias de Portugal (16 de março de 1924, 19 a 22 de maio de 1929, 22 a 25 de maio de 1932).

Reivindicações dos Congressos Patronais
Políticas fiscais de fomento
Proteção à indústria nacional
Investimento público no desenvolvimento das vias de navegação e transportes
Promulgação de tratados internacionais
Ensino técnico e profissional
Crédito mútuo agrícola, industrial e comercial
Representação nas exposições e congressos internacionais
Participação dos interesses na definição da política económica
Contestação seguros sociais obrigatórios
Contestação 8 horas de trabalho
Contestação à tributação de lucros ilícitos
Contestação à lei do inquilinato
Estabilização da moeda
Manutenção da Ordem
Defesa da propriedade individual
Saneamento representantes políticos
Organização das relações entre o trabalho e capital
Serviços de assistência confiados a instituições particulares
Reforma penal no sentido da eficaz intimidação do crime
Unificação e proporcionalidade fiscal
Redução da despesa pública
Contesta autonomia das colónias

Tabela 10 - Reivindicações ao Estado presentes nas teses dos Congressos Patronais¹⁶

O desfecho deste antagonismo, como sabemos, foi favorável a estas últimas propostas. No entanto, a mobilização e as reivindicações de tendência reacionária ou conservadora não deixam de denunciar o impacto da mobilização política dos trabalhadores e dos outros grupos que apoiaram as suas aspirações no regime liberal oligárquico. Da mesma forma, as instituições de enquadramento das classes populares

¹⁶ Primeiro Congresso Agrícola (20 e 27 de Fevereiro de 1888), II Congresso Agrícola (10 a 12 de janeiro de 1889), Congresso Agrícola de Estremoz (20 de fevereiro de 1889), Congresso Agrícola de Évora (1 de abril de 1889), Congresso Vitícola Nacional, (4 de fevereiro de 1895), Congresso Agrícola (8 a 10 de março de 1897), Congresso de Leitaria, Ovicultura e Indústria do Azeite (Julho de 1905), 1º Congresso das Associações Comerciais e Industriais (3 a 7 de maio de 1914), Congresso das Associações Patronais (23 e 24 de novembro de 1919), 1º Congresso da Confederação Patronal Portuguesa (9 de janeiro 1921), 2º congresso das associações comerciais, industriais e agrícolas (1 a 4 de Dezembro de 1923), I a III Congressos Económico Social (26 a 28 de novembro de 1921, 11 a 13 de fevereiro de 1922, 22 de maio de 1922), 2º Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal (1 a 4 de Dezembro de 1923), 1º Congresso da Indústria Portuguesa (1932).

criadas pelo regime corporativo podem ser perspetivadas como uma resposta ao edifício institucional autónomo de representação dos trabalhadores que o associativismo consubstanciava.

Com efeito, vislumbra-se neste conjunto de movimentos associativos um vasto programa de modernização social a ser protagonizado pelo Estado em parceria com as associações. Para concluir, destaque-se a importância dada à representação e participação efetiva das instituições coletivas neste programa conjunto.

Reivindicando explicitamente a intervenção do Estado, os mutualistas não descuram o controlo democrático do processo pelas mutualidades livres, propõem a criação de comissões eleitas pelas associações para gerir as caixas de seguros e a criação de uma Direção-Geral da Previdência com funcionários nomeados por indicação das associações de socorros mútuos e de classe. Estas últimas reivindicam durante todo o período em análise a criação de tribunais de árbitros avindores para aplicação da legislação laboral, com processos eleitorais que assegurem a representação dos trabalhadores. A defesa intransigente da liberdade e da autonomia associativa e a contestação aos entraves e à falta de apoio oficial são questões dominantes em todos os congressos analisados. Relevante é ainda a reivindicação dos direitos de participação das mulheres, desde o I Congresso das Associações Portuguesas, em 1882, quando se reivindica que «se equiparem em tudo os direitos da mulher aos do homem nas associações, banindo restrições odiosas, incongruentes, e conseguindo por esta reforma indireta a sua emancipação civil e política».¹⁷

A memória apresentada ao Congresso das Associações Patronais de 1919, intitulada «Meios e ação para promover o progresso da classe patronal integrada na economia pública», revela com eloquência de que forma este processo é percebido pela classe patronal. Segundo estas memórias: «Os assalariados dispõem de uma organização de combate que assusta os estadistas sem plano económico e, assim, obtêm quase sempre destes a satisfação dos seus interesses diretos [...]. As classes assalariadas são chamadas já a colaborar na administração pública, até agora reservada aos políticos da facção que governava, [...] devemos preparar-nos para conquistar lugares em todos os ramos da

¹⁷ Junta do Departamento do Sul – Primeiro Congresso das Associações Portuguesas: realizado na Câmara Municipal de Lisboa desde 10 a 18 de Junho de 1882 (Lisboa: Tipografia Universal, 1883).

administração pública e defender que a constituição da República seja alterada no sentido de as classes patronais terem larga representação efetiva no Congresso».¹⁸

Bibliografia:

- De Moor, Tine. *Homo Cooperans: Institutions for Collective Action and the Compassionate Society*. Utreque: Univertiteit Utrecht, 2013.
- Leonards, Chris, e Nico Randeraad. «Building a Transnational Network of Social Reform in the Nineteenth century». In *Shaping the transnational sphere: experts, networks and issues from the 1840s to the 1930s*, editado por David Rodogno, Bernhard Struck e Jakob Vogel. Nova Iorque e Oxford: Berghahn, 2015.
- Macadam, Doug, Sidney Tarrow e Charles Tilly. *Dinamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Maillari, Maria Teresa. *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo*. Florença: Leo S. Olschki, 1990.
- Pereira, Miriam Halpern. *Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal*. São Paulo: EDUSC, 2012.
- Putman, Robert. *Making Democracy Work: Civic Traditions on Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- Rosendo, Vasco. *Mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*. Lisboa: Montepio Geral, 1996.
- Rotberg, Robert. *Patterns of social capital: stability and change in historical perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Thompson, Edward. *Costoms in common: studies in traditional popular culture*. Nova Iorque: New Press, 1993.

¹⁸ Alfredo Augusto Ferreira e Apolinário Pereira, «Meios e ação para promover o progresso da classe patronal integrada na economia pública». Memória apresentada ao Congresso das Associações Patronais realizado em Lisboa a 23 e 24 de novembro de 1919.

Tilly, Charles. *The Contentious French and Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Harvard: Harvard University Press, 1986.

Topalov, Christian. *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*. Paris: Editions l'EHESS, 1999.

A RECEÇÃO DA REVOLUÇÃO RUSSA EM PORTUGAL: O CASO DA FEDERAÇÃO MAXIMALISTA

ANDRÉ COSTA PINA¹

Resumo:

Propomo-nos discutir a receção da Revolução Russa em Portugal, por intermédio da primeira organização constituída, a Federação Maximalista Portuguesa (FMP), com o fim de divulgar o ideário bolchevista. Desse modo, vamos lançar novas linhas interpretativas sobre a fundação da FMP em três níveis de análise, isto é, através das trajetórias dos seus dirigentes, do processo de construção da organização e, por fim, dos mecanismos de repressão do Estado. Por outro lado, pretendemos esclarecer os significados em torno do hibridismo doutrinário maximalista – o confluir de sindicalismo, anarquismo e bolchevismo –, que influenciou as matrizes que iriam determinar o Partido Comunista Português (PCP) na sua fase embrionária.

Palavras-chave: Federação Maximalista Portuguesa; Revolução de Outubro; Sindicalismo.

¹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

INTRODUÇÃO

Para compreendermos a receção da Revolução Russa devemos ter em consideração a cronologia de alguns eventos marcantes, no que diz respeito ao movimento operário português. Podemos evidenciar o primeiro Congresso Operário, em 1908, como o primeiro grande momento de convergência operária. Esta etapa na organização da classe operária foi fortemente influenciada pela Carta de Amiens, agrupando sindicalistas de diversas facetas ideológicas.² O congresso teria continuação em 1911, já durante a República, quando os esforços da propaganda sindicalista se estenderam para além dos centros urbanos – destaque-se, por exemplo, a ação de Carlos Rates pela província.³ Em 1912 e 1913, enquanto se preparava a formação de uma nova estrutura sindical, aquilo que viria a ser a União Operária Nacional (UON), surgiu uma polémica crucial, de cariz ideológico: se o sindicalismo se bastava a si mesmo para atingir a revolução, ou se seria simplesmente um meio para disseminar o ideário anarquista e radicalizar o operariado. Este debate acabou por estabelecer fronteiras decisivas, no congresso sindical de 1914, entre três fações – a sindicalista revolucionária, a anarquista e a socialista. A posição sindicalista revolucionária foi a que vingou, no entanto, há relatos posteriores ao congresso, de sindicalistas e socialistas, que afirmam que os anarquistas se apoderaram das Uniões Locais, de modo a imporem a sua posição.⁴ Posteriormente, com a I Guerra Mundial e os desacordos internos, as estruturas sindicais não foram capazes de ter um papel proeminente na vida política portuguesa. Só em 1917 é que as diferentes partes chegam, novamente, a um consenso, através da formação de um novo Congresso.⁵

Neste período de grandes convulsões sociais, a lógica que orientava o palco político transformou-se integralmente. Na reta final da Grande Guerra, em 1917 e 1918, no panorama político nacional, deparamo-nos com o golpe sidonista e o incremento das fações conservadoras e, no

² Joana Pereira, *Sindicalismo Revolucionário: a história de uma ideia* (Lisboa: Caleidoscópio, 2009), 32-36.

³ André Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português* (Dissertação de mestrado: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018), 51-53.

⁴ Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa*, 67-68.

⁵ Joana Pereira, *Sindicalismo Revolucionário*, 106-10.

plano internacional, os desfechos da Grande Guerra abrem caminho às movimentações revolucionárias, tal como sucedeu na Rússia. Estes dois fatores contribuíram, em larga medida, para uma reavaliação da práxis revolucionária, por parte do operariado português, impulsionando a greve insurrecional de 18 de novembro de 1918.

AS TRAJETÓRIAS DOS DIRIGENTES

As ideias bolchevistas, em Portugal, foram absorvidas de diversas formas, de acordo com as disposições doutrinárias que caracterizavam a cena política da esquerda radical. Acabou por ser entre os setores sindicalista e anarquista que se fizeram sentir conseqüências práticas⁶ – no sentido de implementar as novas ideias revolucionárias que despontavam na Rússia –, inspirando, então, a Federação Maximalista Portuguesa (FMP).

Ao observarmos alguns dados dos principais dirigentes da FMP, verificámos que existem certas regularidades dentro das suas trajetórias. Em primeiro lugar, há uma significativa participação de sindicalistas da Construção Civil e da Metalurgia, destacando-se os respetivos secretários-gerais: Joaquim Cardoso, secretário-geral do Sindicato da Construção Civil, e António Peixe, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos.⁷ Por conseguinte, a forte atividade de membros dos respetivos sindicatos reforçou muito o peso da FMP no cenário político, pois estamos a falar dos dois sindicatos de maior relevo dentro da UON. Além disso, alguns dos militantes estavam ligados a organizações anarquistas-comunistas, como, por exemplo, a União Anarquista Comunista – na qual militava Joaquim Cardoso, mas, também, Manuel Ferreira Torres e Salvaterra Júnior. Estes dois últimos seriam os principais elementos dentro da organização maximalista, no Porto.⁸ Por

⁶ Ao mesmo tempo, não devemos ignorar o contributo dos militantes do Partido Socialista Português (PSP) no processo de bolchevização, eles simplesmente seguiram uma trajetória distinta destes militantes e só iriam convergir, em certa medida, no momento de fundação do Partido Comunista Português (PCP). Tal como foi o caso do militante socialista João de Castro, que declarou a sua tendência bolchevista no II Congresso Extraordinário do PSP (outubro de 1920) e que acabaria por ser uma das principais figuras que dinamizaram as reuniões de dezembro de 1920 que viriam a fundar o PCP: Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa*, 129-32.

⁷ Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa*, 89-93.

⁸ Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa*, 89.

fim, importa salientar dois importantes maximalistas, que se encontravam entre os responsáveis, apontados pela polícia, pela organização da greve de 18 de novembro de 1918, António Peixe e Alfredo Marques – futuro secretário do Centro Comunista de Lisboa.⁹

Por sua vez, torna-se imperativo realçar a personalidade central da organização maximalista: Manuel Ribeiro; funcionário de escritório na CP, poeta e romancista, que seria eleito secretário-geral da FMP,¹⁰ possivelmente devido ao seu estatuto. É de notar que Manuel Ribeiro teve uma adesão peculiar ao bolchevismo, tal como refere nos seus artigos do jornal *A Greve*, visto que nunca teve uma posição antiguerra próxima da esquerda zimmerwaldiana. Percebe-se, então, que Manuel Ribeiro se aproxima do bolchevismo pelo facto de esta nova ideologia quebrar com as noções rígidas de revolução, preconizadas, anteriormente, pelos anarquistas.¹¹ Nos primeiros artigos sobre a Revolução Russa, Ribeiro tinha uma noção de soviétismo muito particular; no entanto, era uma visão que se associava à grande influência política de Manuel Ribeiro, isto é, os sindicalistas revolucionários franceses como Pierre Monatte, que viam no soviétismo um novo meio para estabelecer uma república sindicalista.

Como já demonstrámos, a fundação da primeira organização com o objetivo de divulgar o ideário bolchevista surgiu após a grande greve de 18 de novembro de 1918, que seria reprimida pelo governo sidonista. Cinco meses depois temos a primeira notícia sobre uma reunião maximalista, que data de 23 de abril de 1919,¹² no entanto, é provável que esta não seja a data da primeira reunião. De acordo com as fontes disponíveis não podemos determinar quem terá promovido esta iniciativa, mas, a 27 de abril de 1919¹³ já teriam eleito a comissão executiva para uma organização maximalista denominada Soviet de Propaganda Social que, posteriormente, entre 16 e 20 de maio, iria alterar o seu nome para Federação Maximalista Portuguesa.¹⁴

⁹ Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa*, 88.

¹⁰ Gabriel Silva, *Manuel Ribeiro, o romance da fé* (Beja: Editora Licorne, 2010).

¹¹ Manuel Ribeiro, «A Revolução Russa», *A Greve*, 20 de outubro, 1918, 2.

¹² «Soviet de Propaganda Social», *A Batalha*, 24 de abril, 1919, 3.

¹³ «Soviet de Propaganda Social», *A Batalha*, 28 de abril, 1919, 2.

¹⁴ «Soviet de Propaganda Social», *A Batalha*, 20 de maio, 1919, 2.

Através das notícias que eram publicadas no jornal *A Batalha* verificámos como o fenómeno maximalista teve maior repercussão em Lisboa, onde despontaram dezenas de conselhos maximalistas.¹⁵ Já no Porto, o bolchevismo foi recebido de forma distinta, visto que, antes de surgir o Soviet de Propaganda Social, os anarquistas-comunistas tinham criado o Centro Comunista do Porto que, aos poucos, começou a rejeitar o bolchevismo; esta rejeição conduziu, no final de 1920, a um afastamento dos maximalistas e à criação de um novo centro comunista, com o apoio das Juventudes Sindicalistas do Porto e de Gaia.¹⁶

A DIFUSÃO DO MAXIMALISMO

Ora, ao analisar os primeiros meses de vida da FMP percebemos que a primeira grande ação da organização ocorreu no 1.º de Maio de 1919, quando distribuíram um manifesto durante as manifestações em Lisboa.¹⁷ Nesse panfleto, defendiam, tal como os sindicalistas, que era fundamental a militância dos trabalhadores nos seus respetivos sindicatos, de modo a concretizar a revolução social. Reconheciam, também, a necessidade de uma revolução armada, quando o momento fosse oportuno, bem como as limitações dos métodos sindicalistas e das greves; uma vez que só através da instauração da ditadura do proletariado é que seria realmente possível destruir os alicerces do regime capitalista.

A reação a este documento fez-se logo sentir na imprensa, que acusou os maximalistas de terem provocado um incêndio no Terreiro do Paço, apontando como prova o facto de um dos suspeitos ter o panfleto na sua posse.¹⁸ Todavia, nem o próprio diretor da Polícia de Segurança do Estado achava credíveis estas acusações; segundo *A Batalha*, isto levaria Carlos Fidelino da Costa a demitir-se do cargo de diretor da Polícia de Segurança do Estado (PSE).¹⁹

¹⁵ Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa*, 102.

¹⁶ Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa*, 99-101.

¹⁷ «Manifesto», *Federação Maximalista Portuguesa*, disponível on-line em: <https://digitalq.arquivos.pt>.

¹⁸ «A propaganda soviética», *A Capital*, 5 de maio, 1919, 1.

¹⁹ «Polícia de Segurança do Estado», *A Batalha*, 7 de maio, 1919, 1.

Ainda em maio de 1919, a FMP aprovou os seus estatutos, nos quais declarava que era necessário estabelecer uma organização extrassindical do tipo soviética – isto é, uma organização de cariz mais significativo na luta política. Superaram, ainda, a questão sobre se o sindicalismo não se bastava a si mesmo, tal como Manuel Ribeiro defendia anteriormente, passando a defender a necessidade de estabelecer uma fase transitória, isto é, a ditadura do proletariado. O segundo panfleto da FMP foi produzido por maximalistas de Viana do Castelo²⁰ que, na altura da sua distribuição, foram imediatamente detidos pela polícia e interrogados pela PSE.

Concluímos, a partir dos dados disponíveis e analisados, que o maximalismo não foi um movimento de expressão residual – isto é, restringida a pequenos setores –, pois conseguiu, em poucos meses, estabelecer uma rede de conselhos em quase todo o país; contam-se, pelo menos, cerca de 39 «conselhos maximalistas».²¹ Não nos foi possível determinar o número de militantes médio para cada um destes agrupamentos maximalistas, mas, através de dados soltos em jornais, apurámos que alguns conselhos maximalistas teriam algumas dezenas de militantes e que os centros comunistas, já em 1920, contariam com centenas de entusiastas maximalistas.²²

A escassez de fontes para este período inicial da FMP poderá ser explicada pela grande repressão à sua atividade política. Aliás, a repressão acabaria por afetar a publicação do semanário da FMP, *A Bandeira Vermelha*, que só conseguiu a sua primeira publicação a 5 de outubro de 1919.

A BANDEIRA VERMELHA

Com o aparecimento do órgão de imprensa maximalista, *A Bandeira Vermelha*, o sucesso do maximalismo é cada vez mais notório. Em pouco tempo conseguiram lançar um jornal com uma tiragem normal de 6.000 exemplares por número, contando com cerca de 50 correspondentes em todo o país, chegando a quase todos os distritos,

²⁰ «Cristo e o padre: Leitura para todos n.º 1», Comité Maximalista de Viana de Castelo, disponível *on-line* em: <https://digitalq.arquivos.pt>.

²¹ Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa*, 104.

²² «Pelo Bolchevismo!», *Bandeira Vermelha*, 1 de março, 1920, 1.

incluindo as ilhas.²³ De acordo com as informações presentes em *A Bandeira Vermelha* tinham um correspondente do Rio de Janeiro que recebia 500-600 exemplares; para o Porto sabemos que enviavam entre 1.000 a 1.400 exemplares; outras cidades, como Guimarães, recebiam 50 exemplares por semana. Em Lisboa o número seria próximo de 3.000.

No que diz respeito à origem dos redatores maximalistas, no jornal, dois terços eram de Lisboa e do Porto.²⁴ Podemos afirmar que o tema mais discutido nos artigos do jornal era o bolchevismo, nomeadamente, relatos dos acontecimentos da guerra civil na Rússia; os artigos procuravam uma perspectiva oposta à da restante imprensa, que anunciavam o colapso eminente do bolchevismo. Acrescente-se, também, que numa análise de conteúdo ao jornal, observámos que a maioria dos autores estrangeiros que redigiam em *A Bandeira Vermelha* era, em mais de 50% dos casos, francesa – o principal autor publicado era Jacques Sadoul. Já entre os autores da Rússia soviética, Trotsky era quem tinha mais textos publicados neste jornal.²⁵

Através de uma leitura minuciosa do órgão maximalista foi possível compreender os principais objetivos e influências doutrinárias. Os militantes maximalistas portugueses, tal como em França quando se criou o Partido Comunista de Péricat e a Comissão de Defesa Sindicalista de Monatte, tentaram adaptar as suas anteriores posições ideológicas ao bolchevismo, concebendo, então, organizações híbridas, de sindicalistas que defendiam o soviétismo enquanto meio para estabelecer o soviétismo. Anteviram a formação de um organismo extrassindical e proletário, emulando, em certa medida, as organizações híbridas que despontavam em França, em torno de jornais como *Le Soviet* e *La Vie Ouvrière*.

Com a fundação da FMP, os maximalistas trataram, então, de moldar a sua organização segundo o protótipo do soviète, uma forma de organização social que, na sua perspectiva, teria evoluído a partir da noção das Bolsas de Trabalho de Fernand Pelloutier.²⁶ A grande

²³ Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa*, 115-16.

²⁴ André Pina, «*A Bandeira Vermelha* em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)», *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 37 (2019): 89-94.

²⁵ Pina, «*A Bandeira Vermelha* em números», 91-94.

²⁶ António Peixe, «Sovietismo e Sindicalismo», *Bandeira Vermelha*, 9 de novembro, 1919, 1.

influência maximalista encontra-se nas organizações, nomeadamente francesas, que procuraram adaptar a práxis bolchevista às suas anteriores disposições ideológicas sindicalistas. Porém, as ideias que moldaram os maximalistas não permaneceram estáticas. Ao longo dos meses de vida da FMP, A Bandeira Vermelha foi fulcral para dar coerência ao pensamento dos maximalistas e debater os métodos para construir a sociedade futura. O debate interno iria conduzir, por exemplo, a um distanciamento face ao anarquismo e ao sindicalismo e, posteriormente, à defesa da necessidade de se criar um partido comunista – tema que começa a ser discutido em agosto de 1920, e que seria posto em prática em dezembro do mesmo ano.²⁷

MECANISMOS DE REPRESSÃO DO ESTADO

A repressão policial e a histeria antibolchevista, entre inícios de 1919 e finais de 1920, que restringiu o crescimento da FMP, são questões fundamentais para uma compreensão da atividade maximalista. Aliás, é no ano de 1918 que se começa a debater na imprensa «o perigo» do bolchevismo; especialmente após a greve de 18 de novembro. Destaquem-se, por exemplo, no periódico *A Capital*, notícias diárias sobre a barbárie bolchevista, nomeadamente, a «socialização das mulheres» – isto é, dizia-se que as mulheres, no bolchevismo, eram propriedade do Estado.²⁸ Num outro caso, o então repórter Almada Negreiros referiu, num artigo, que o bolchevismo era uma criação alemã levada a cabo por judeus internacionais.²⁹ Logo em 1919, temos livros unicamente dedicados ao perigo que seria caso o bolchevismo fosse implementando em Portugal; e, em abril do mesmo ano, surgiram notícias, no jornal *O Século*, de que seriam aprovadas leis com vista a reprimir o bolchevismo.³⁰

Ao mesmo tempo, esta inquietação perante o bolchevismo coincidiu com a criação da Polícia de Segurança do Estado, em abril de 1919. Esta nova polícia substituiu a anterior Polícia Preventiva, criada

²⁷ Pina, *A Federação Maximalista Portuguesa*, 136-42.

²⁸ «O Bolchevismo», *A Capital*, 21 de abril, 1919, 2.

²⁹ Almada Negreiros, «Os internacionalismos», *O Século edição da noite*, 2 de setembro, 1919, 1.

³⁰ «O Papão do Bolchevismo», *O Século*, 19 de abril, 1919, 1.

no sidonismo,³¹ e ficou encarregue de lidar com a questão bolchevista, chegando a deter algumas centenas em todo o país, ou seja, suspeitos com ligações à propaganda de ideias bolchevistas. Note-se que na imprensa da época encontram-se, frequentemente, notícias sobre a violência política maximalista. Podemos destacar, inclusive, um dos maiores casos referidos na imprensa: a tentativa de assassinato do patrão da CUF, Alfredo da Silva; segundo testemunhas que se encontravam no local, a tentativa de assassinato teria sido perpetrada por um dirigente maximalista, Arsénio José Filipe.³² Em resposta a este incidente, num congresso, Alfredo da Silva voltou a aparecer em público e apelou ao governo para que pusesse fim à propaganda bolchevista.

No jornal *A Capital* encontramos um relato detalhado sobre a ação do agente da PSE, Custódio das Dores, no que diz respeito à repressão do bolchevismo.³³ O agente, que percorreu o país para deter quem estivesse a contribuir para a propaganda bolchevista e que era apelidado por *A Batalha* como o «caçador de bolchevistas», começou a sua campanha em Maфра, onde deteve um operário que distribuía propaganda revolucionária, depois seguiu para Coimbra, onde encontrou um sapateiro que tinha documentos que comprovavam que era delegado da FMP. Efetuou, também, detenções num quartel de Coimbra e num quartel do Porto, na cidade de Braga e em Viana de Castelo.

Em outubro de 1919, o presidente do Ministério, Sá Cardoso, chegaria a declarar em pleno Congresso do Partido Republicano Português que «faria guerra sem tréguas ao bolchevismo».³⁴ Não obstante, Manuel Ribeiro conseguiu chegar a um acordo com o Governo Civil de Lisboa, que passou a permitir a publicação do jornal maximalista, com a condição de que não fossem incluídos convites para reuniões secretas. Apesar de o acordo ter tido a aprovação do presidente do Ministério, não iria pôr fim às detenções de maximalistas.

Em 1920, alguns sindicalistas com ligações à FMP puseram em prática ações de retaliação contra elementos da PSE. Os jornais *O Século*

³¹ Maria Ribeiro, *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)* (Lisboa: Editorial Estampa, 1995) 37.

³² «Diligências Policiais: O atentado contra o sr. Alfredo Silva», *O Século*, 20 de julho, 1919, 2.

³³ «A missão do agente Custódio das Dores», *A Capital*, 26 de agosto, 1919, 1.

³⁴ «Prepara-se um movimento revolucionário?», *A Capital*, 29 de outubro, 1919, 2.

e A Pátria divulgaram informações da PSE sobre quatro sindicalistas que estavam envolvidos no assassinato do Dr. Pedro Matos, vogal do Tribunal de Defesa Social. Logo após o assassinato de Pedro Matos, a PSE também revelou detalhes sobre um complot orquestrado com o intuito de assassinar o diretor da PSE e mais três agentes. Em A Bandeira Vermelha somente encontramos um artigo a falar sobre este caso. Numa carta publicada no periódico maximalista, dirigida a Manuel Ribeiro, Arsénio José Filipe, que se encontrava detido no Limoeiro, recusa a ideia de que se tratava de uma conspiração maximalista, já que durante a visita de um guarda à sua cela não tinham encontrado nada que os incriminasse, apenas exemplares do periódico maximalista.³⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rápido crescimento da FMP – que em pouco tempo conseguiu agrupar dezenas de núcleos, bem como recursos para produzir um semanário e distribuí-lo por todo o país, além da constante discussão em toda a imprensa sobre o bolchevismo – marca um momento de transição na forma de fazer política entre o operariado português. As ideias da federação refletiram a base ideológica do operariado da época, influenciado pelas ideias sindicalistas e anarquistas, que, em vez de emular na perfeição o modelo soviético dos bolchevistas russos, tratou de adaptar o soviétismo à realidade portuguesa. Devido à disposição ideológica do operariado, foi antes através da experiência «soviética» francesa que os maximalistas conseguiram um meio para absorver a noção de ditadura do proletariado, estabelecendo um hibridismo organizacional que iria caracterizar a FMP e que seria fundamental para preparar o operariado para a fundação do Partido Comunista Português.

Por outro lado, os esforços de avanço da FMP são constantemente travados pela histeria antibolchevista na imprensa, que caracterizava o regime soviético como uma espécie de Estado caótico, prestes a colapsar. A sobrevivência da organização maximalista seria, ainda, posta em causa devido à criação da PSE. O estudo da criação da PSE torna-se um ponto de bastante interesse, pois permite compreender o incremento dos mecanismos de repressão política em Portugal, que caracterizaria todo o Estado Novo.

³⁵ «Contra a Bandeira», *Bandeira Vermelha*, 1 de Agosto, 1920, 2.

Por outro lado, ao abordarmos a questão da repressão, não devemos descurar os indícios de alguns casos de violência por parte dos maximalistas, tal como Manuel Ribeiro, mais tarde, refere. Não se tratava, porém, de complots organizados, mas de casos de militantes isolados radicalizados. Aliás, a análise da violência de certos militantes pode ser útil para abordar o fenómeno da Legião Vermelha e o terrorismo de esquerda.

Bibliografia

- Pereira, Joana Dias. *O Sindicalismo Revolucionário: a história de uma ideia*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009.
- Pina, André Costa. «A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português». Dissertação de mestrado: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018.
- Pina, André. «A Bandeira Vermelha em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)». *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 37 (2019): 71-96.
- Ribeiro, Maria. *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- Silva, Gabriel. *Manuel Ribeiro, o romance da fé*. Beja: Editora Licorne, 2010.

REFUGIADOS EM PORTUGAL. A CONSTRUÇÃO E A ATUAÇÃO DO APARELHO DE VIGILÂNCIA FRONTEIRIÇO PORTUGUÊS NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL DE ESPANHA (1936-1939)

FÁBIO FARIA¹

Resumo

Com o objetivo de controlar a entrada em Portugal de espanhóis considerados indesejáveis, particularmente os afetos à facção republicana, o regime salazarista construiu, no contexto da Guerra Civil de Espanha, um importante aparelho de vigilância fronteiriço, o qual contou com a participação e colaboração das diferentes forças policiais e militares portuguesas, tais como a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Fiscal e o Exército. Na tentativa de controlar a entrada destes indivíduos, tendo em conta as suas tendências políticas ou pelo facto de se encontrarem indocumentados, o regime salazarista desenvolveu um sistema repressivo, nomeadamente através do estabelecimento de um maior número de postos de vigilância fronteiriços, do reforço dos mesmos

¹ Bolseiro de doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/114813/2016). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). Fabio_Faria@iscte-iul.pt.

com mais efetivos e do estreitamento da colaboração entre as diversas autoridades policiais, contando, por vezes, com o apoio das autoridades administrativas.

No entanto, apesar das medidas tomadas pelo governo português relativamente ao fechamento da fronteira luso-espanhola, inúmeros nacionais espanhóis conseguiram transpor a raia e internar-se em Portugal, embora aqui vigorasse um regime político com muitas semelhanças com a ideologia franquista de que procuravam fugir. O destino que estes indivíduos sofreram ao pisarem solo português foi bastante variado: muitos foram entregues às forças nacionalistas estacionadas na fronteira pouco tempo após entrarem em Portugal; outros foram expulsos do país depois de passarem pelas prisões ou pelos campos de internamento portugueses; outros tantos conseguiram iludir a vigilância e a repressão das autoridades portuguesas e permaneceram no país pelo espaço de meses ou anos, contando com o auxílio da população portuguesa e de espanhóis já residentes em Portugal; cerca de 1500 espanhóis foram repatriados para Tarragona, na Catalunha, quando esta ainda se encontrava na posse das forças republicanas.

Desta forma, Portugal constituiu um dos principais meios de fuga para estes espanhóis, sobretudo nos momentos iniciais do conflito armado, percorrendo essencialmente os espaços localizados junto à fronteira luso-espanhola, com destaque para os distritos de Viana do Castelo, Bragança, Portalegre, Évora e Beja, sendo que muitos destes indivíduos olhavam para o território nacional como uma forma de chegar aos países da América Latina, onde os esperavam maiores facilidades, sobretudo do ponto de vista linguístico, tendo em conta o facto de aí já existir uma colónia espanhola numerosa.

Esta comunicação tem como principal objetivo abordar a atuação do regime salazarista perante a chegada de espanhóis a Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha, sobretudo do ponto de vista da construção e da atuação de um aparelho de vigilância fronteiriço que se julgava eficaz, mas que, por diversas razões, não conseguiu conter a vaga de refugiados espanhóis que chegou à fronteira portuguesa entre 1936 e 1939.

Palavras-chave: Refugiados; Repressão policial; Guerra Civil de Espanha; Salazarismo.

Nos seus primeiros anos de existência, o Estado Novo viu-se confrontado com a entrada de inúmeros refugiados em Portugal, especialmente oriundos de Espanha e da Alemanha ou dos países vizinhos ocupados. Logo a partir de 1931, na sequência da instauração da II República em Espanha, chegaram vários refugiados espanhóis, situação que se repetiu com mais evidência entre fevereiro e julho de 1936, com a vinda para Portugal de espanhóis contrários à nova realidade política no país após a vitória eleitoral da Frente Popular. No entanto, o comportamento do regime salazarista para com estes refugiados seria bastante mais brando do que o acolhimento que foi providenciado aos espanhóis republicanos que fugiram de Espanha meses mais tarde, na sequência da sublevação nacionalista e da subsequente guerra civil que assolou o país entre julho de 1936 e abril de 1939. De facto, estes novos refugiados, frequentemente identificados como comunistas e, portanto, suspeitos de serem portadores de ideias consideradas avançadas e extremistas, viveram uma realidade bem diferente da dos seus compatriotas anteriores, uma vez que muitos deles foram perseguidos, presos e entregues às forças nacionalistas na fronteira.

Este comportamento do governo português deve ser entendido no contexto da posição que o regime salazarista adotou perante a Guerra Civil de Espanha, mostrando-se muito mais próximo do grupo nacionalista de Franco. Com efeito, Salazar forneceu uma série de apoios, de forma direta e indireta, à causa franquista, nomeadamente: autorização para que elementos nacionalistas pudessem circular livremente no espaço português; conivência com a passagem de armamento e transporte alemão e italiano por Portugal; fornecimento de alimentos, de armas e de munições aos sublevados; desenvolvimento de propaganda na imprensa e na rádio favorável aos nacionalistas e condenatória da ideologia comunista; financiamento e concessão de créditos na banca portuguesa; envio de portugueses para engrossar as fileiras nacionalistas, os «Viriatos»;² vigilância da fronteira e entrega de refugiados republicanos a Franco, os quais chegaram a Portugal em maior número durante os primeiros meses da guerra civil. De facto, a

² César Oliveira, *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e economia* (Lisboa: Edições Cosmos, 1995) 50-51.

maioria dos autores que se debruçou sobre o tema é unânime em considerar que foi entre julho e dezembro de 1936 que se registou a fuga para Portugal de um maior número de refugiados republicanos. Por exemplo, Dulce Simões entende que existiram quatro grandes fluxos de refugiados, protagonizados por pessoas diferentes e com destinos distintos: nos finais de julho de 1936, militares e civis oriundos das províncias de Pontevedra e de Ourense procuraram refúgio nas regiões do Norte de Portugal; entre os finais de julho e os inícios de agosto de 1936, inúmeros republicanos fugidos dos bombardeamentos de Badajoz dirigiram-se para a fronteira do Caia, no Alentejo; a 12 de agosto de 1936, vários habitantes da povoação de Encinasola, que se mostraram afetos ao golpe militar, fugiram para a localidade de Barrancos, também no Alentejo; nos finais de agosto de 1936, após a ocupação da povoação de Oliva de la Frontera por parte dos revoltosos, muitos republicanos procuraram proteção na fronteira de Barrancos.³

Perante a chegada destes refugiados a Portugal, e na perspetiva de que muitos outros seguiriam o mesmo percurso, foi logo no decorrer dos primeiros dias do conflito que Salazar instruiu as autoridades portuguesas sobre quais deveriam ser os procedimentos a seguir, por forma a fazerem o melhor controlo possível destes «indesejáveis». A 24 de julho de 1936 Salazar determinou que deveria ser feita uma separação entre refugiados civis, que ficariam à guarda da PVDE, e refugiados militares, que deveriam ficar detidos nas unidades militares mais próximas do local da captura; que os refugiados deveriam permanecer em regime de detenção até que fossem concentrados em qualquer localidade ou campo especial; que deveriam ser-lhes fornecidos alojamento e alimentação de acordo com a sua categoria militar e nunca dinheiro; que deveriam ser-lhes fornecidas roupas brancas quando fosse indispensável; que os refugiados fossem desarmados à entrada em Portugal; que deveria existir uma estreita colaboração entre as diversas autoridades; e, talvez o mais importante na visão do Estado Novo, que deveria evitar-se a todo o custo o contacto entre os refugiados e os soldados portugueses, o que era extensível à população em geral.⁴

³ Dulce Simões, *A Guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória* (Lisboa: Edições Colibri, 2016), 198-99.

⁴ Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 10, Caixa 63, N.º 2, 2.º Maço, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Ofício do chefe do gabinete do Ministério da Guerra para os comandantes das regiões militares, de 24 de julho de 1936.

Para tentar cumprir estas diretivas, o regime salazarista estabeleceu um aparelho de vigilância fronteiriço, aproveitando estruturas já existentes e introduzindo algumas novidades, assumindo particular destaque a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, polícia política criada em agosto de 1933, ficando responsável pela vigilância e pelo controlo de estrangeiros em Portugal. De facto, competia à secção internacional da PVDE «[...] Impedir a entrada no País de estrangeiros indocumentados ou indesejáveis [...] Organizar o registo geral e cadastro dos estrangeiros com residência permanente ou eventual no País [...] Exercer sobre os estrangeiros que residam ou transitem pelo País a ação policial necessária [...] Efetuar a repressão do comunismo, designadamente no que toca às ligações entre elementos portugueses e agitadores estrangeiros [...]».⁵ Este último aspeto esteve em particular evidência no contexto da Guerra Civil de Espanha, uma vez que frequentemente os refugiados espanhóis detidos eram associados à ideologia comunista e, por isso, considerados indivíduos perigosos. Em 1933, a PVDE possuía dezassete postos de vigilância estabelecidos ao longo de toda a fronteira, com destaque para o distrito de Viana do Castelo, onde se encontravam em funcionamento sete postos. No contexto da guerra civil assistiu-se à criação de oito novos postos, privilegiando essencialmente o distrito de Bragança, com o estabelecimento de três postos, e a região do Alentejo, onde se fixaram quatro novos postos. A esta situação não foi estranho o facto de estas regiões terem sido particularmente ativas em termos de presença de refugiados espanhóis.

Apesar destas alterações, este aparelho de vigilância revelou-se permeável, o que levou a que fossem frequentes os pedidos de reforço dos postos fronteiriços das várias forças policiais concentradas na fronteira. Na base destes pedidos de reforço esteve a carência de efetivos policiais, a deficiente preparação dos operacionais e as extensas áreas que era necessário fiscalizar, muitas das quais localizadas em terreno acidentado e montanhoso, que dificultava a mobilidade das autoridades e facilitava a ocultação dos refugiados. Estes pedidos foram mais evidentes nos primeiros meses da guerra civil e revelaram uma estreita colaboração entre as diferentes forças policiais e militares portuguesas, tendo sido mais constantes conforme os confrontos em Espanha se

⁵ Decreto-lei n.º 22.992, de 29 de agosto de 1933, *Diário do Governo*, I Série, número 195, p. 1584.

localizavam mais próximos da fronteira portuguesa. Refira-se, a título de exemplo, o reforço dos postos do Batalhão n.º 5 da Guarda Nacional Republicana logo a partir dos primeiros dias do conflito espanhol.

A 6.^a Companhia, que atuava no distrito de Bragança, estabeleceu quatro postos: Vinhais (14 praças), Bragança (2 oficiais e 34 praças), Vimioso (8 praças) e Miranda do Douro (11 praças). Destes, apenas os postos de Vinhais e de Bragança foram reforçados, o primeiro com 6 praças, em virtude do terreno acidentado e da distância entre a sede e o posto, e o segundo com 10 praças, devido à extensa área que tinha de vigiar. Por seu turno, a 4.^a Companhia, localizada no distrito da Guarda, detinha cinco postos: Figueira de Castelo Rodrigo (14 praças), Almeida (12 praças), Vilar Formoso (13 praças), Souto (8 praças) e Sabugal (13 praças). Foram reforçados com 4 praças os postos de Figueira de Castelo Rodrigo e de Almeida, para que pudessem exercer uma vigilância mais eficaz, e com 5 praças o posto de Vilar Formoso, devido ao facto de ser um posto permanente de fronteira. A 5.^a Companhia atuava no distrito de Castelo Branco e tinha à sua disposição cinco postos de vigilância: Penamacor (10 praças), Salvaterra do Extremo (8 praças), Zebreira (6 praças), Rosmaninhal (8 praças) e Malpica (8 praças). Com o objetivo de exercerem uma fiscalização permanente em pontos da fronteira que eram considerados importantes, os postos de Rosmaninhal e de Malpica foram reforçados com 2 praças. Assim sendo, o serviço de vigilância fronteiriço a cabo do Batalhão n.º 5 da GNR era desempenhado por um total de 14 postos, dos quais apenas 3 (Miranda do Douro, Vilar Formoso e Salvaterra do Extremo) estavam localizados na fronteira, problema que dificultava a ação de fiscalização sobre os refugiados espanhóis.⁶

As batidas eram as operações policiais no terreno que se realizavam com o objetivo de capturar os refugiados que haviam conseguido entrar no território português, sobretudo nas zonas mais montanhosas, com destaque para a região de Castro Laboreiro, no concelho de Melgaço. Muitas vezes estas batidas baseavam-se em denúncias feitas pela população e em informações recolhidas pelas autoridades policiais e administrativas e realizaram-se tanto durante como após terminar a guerra civil. A realização das batidas colocou em evidência os principais

⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/18, Relatório do Comandante do Batalhão 5 da GNR, coronel Luís José da Mota, para o ministro do Interior, de 13 de agosto de 1936.

problemas que as autoridades tinham de enfrentar, nomeadamente a extensa área para vigiar e o terreno acidentado e montanhoso, e revelou a articulação existente entre as forças portuguesas e as forças nacionalistas, bem como a cooperação e a entreajuda que marcaram a relação entre as autoridades policiais e administrativas e parte da população local, muitas vezes requisitada como guia nestas operações.

Embora em Portugal vigorasse um regime político com semelhanças à ideologia nacionalista de quem procuravam fugir, muitos refugiados optaram por escolher o país como local de abrigo. Considerados «indesejáveis» pelo regime salazarista, o principal objetivo do governo português passou por impedir a sua entrada e permanência no território nacional, pelo que desenvolveu uma intensa repressão logo desde o início. Assim, inúmeros republicanos foram entregues às forças nacionalistas na fronteira e expulsos do país. Outros conseguiram partir para a América Latina, nomeadamente para a Argentina e para o México, onde os esperavam maiores facilidades culturais e linguísticas, dada a existência de um elevado número de espanhóis, fruto de emigrações anteriores. Cerca de 1500 refugiados republicanos foram também repatriados para Tarragona, a 10 de outubro de 1936, quando esta ainda se encontrava em poder das forças republicanas. No entanto, grande parte destes indivíduos, antes de sair de Portugal, esteve detida nas diversas prisões nacionais e em campos de internamentos criados especialmente para esse efeito. Como principais prisões por onde passaram refugiados espanhóis, durante e após a guerra civil, destacaram-se o Aljube, o Forte de Caxias e o Forte de São Julião da Barra, em Lisboa, e o Forte da Graça, em Elvas. Por exemplo, numa relação sobre a existência de presos estrangeiros em Portugal, a 25 de setembro de 1936, contabilizavam-se 496 espanhóis entre os 500 cidadãos não portugueses que se encontravam nas prisões portuguesas. Mais de metade destes espanhóis estava detida no Forte de Caxias (255), ao passo que se encontravam 99 espanhóis em Bragança, 61 em Elvas, 37 em Moura, 18 em Castelo Branco, 12 em Chaves, 8 em Barrancos, 4 em Vilar Formoso, 1 em Valença e 1 em Campo Maior.⁷

De acordo com o Registo Geral de Presos da PVDE foram detidos cerca de 500 espanhóis durante a Guerra Civil de Espanha, todos pertencentes à classe civil, uma vez que eram os refugiados civis que se

⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo António de Oliveira Salazar, CO/IN-8C, Cx. 332, pt. 1, Informações da PVDE sobre presos políticos portugueses e estrangeiros.

encontravam à guarda da polícia política. A esmagadora maioria destes indivíduos, do sexo masculino, foi detida por serem refugiados políticos ou comunistas, por se encontrarem indocumentados ou terem entrado de forma clandestina e para averiguações. Relativamente à origem geográfica, verificou-se que estes espanhóis eram maioritariamente oriundos das províncias espanholas localizadas junto à fronteira portuguesa, tais como Ourense, Pontevedra, Badajoz e Zamora, exercendo profissões ligadas ao setor primário, reveladoras do seu baixo estatuto social e das suas poucas posses, nomeadamente jornaleiro, lavrador, amolador, trabalhador, comerciante e doméstica. Segundo César Oliveira, na base da fuga destes refugiados para Portugal encontravam-se os confrontos entre nacionalistas e republicanos, a ocupação de espaços junto à fronteira pelas tropas franquistas, a repressão dirigida aos apoiantes da República e da Frente Popular, o receio de denúncias e de represálias e a fuga à convocação militar.⁸ Assim, entre os espanhóis que fugiram para Portugal contaram-se civis e militares, homens, mulheres e crianças, afetos a ambos os grupos em conflito, de todas as idades e de vários estatutos sociais, e mesmo indivíduos sem qualquer filiação partidária.

Apesar da repressão exercida pelas autoridades portuguesas, muitos refugiados espanhóis conseguiram iludir a vigilância salazarista e permaneceram escondidos no país durante meses ou anos, contando com a conivência e com o auxílio de parte da população raiana e, inclusive, de algumas autoridades. Na sequência desta solidariedade fronteiriça, também muitos portugueses sofreram a repressão das autoridades salazaristas e foram presos, frequentemente acusados de violarem o decreto-lei n.º 18.884, datado de agosto de 1928, que obrigava os cidadãos nacionais a comunicar às autoridades caso albergassem indivíduos estrangeiros.⁹ Consta do Registo Geral de Presos da PVDE a detenção de cerca de 80 portugueses ao longo do período que compreendeu o início da Guerra Civil de Espanha e o final da II Guerra Mundial (1936-1945), por terem prestado auxílio a estes fugitivos espanhóis. Geralmente, o auxílio português foi prestado sob a forma de alojamento, de alimentação e de documentação, condição essencial para que os refugiados pudessem transitar para outros países. Relativamente à profissão dos portugueses detidos, verifica-se que a maioria pertencia

⁸ César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha* (Lisboa: O Jornal, 1987), 155-56.

⁹ Decreto-Lei n.º 15.884, de 24 de agosto de 1928, *Diário do Governo*, I Série, Número 194.

ao setor primário, sendo, sobretudo, lavradores, trabalhadores, jornaleiros e domésticas. Quanto à origem geográfica, constata-se que grande parte destes portugueses residia em localidades próximas da fronteira com Espanha, particularmente no Norte e no Alentejo, tais como Bragança, Vinhais, Valença, Monção e Moura.

Ao nível do auxílio aos refugiados espanhóis prestado pelas autoridades portuguesas há a destacar a atuação do tenente da Guarda Fiscal António Augusto de Seixas que, ao ser acusado de ter ocultado a presença de refugiados num campo de internamento de espanhóis na região de Barrancos, onde prestava serviço, acabou por ser destituído das suas funções.¹⁰ Efetivamente, este caso foi o mais exemplar no que concerne ao auxílio das autoridades portuguesas, registando-se, contudo, outras situações em que os refugiados foram ajudados por estes representantes do poder central. Por exemplo, aquando da conquista de Badajoz pelas tropas nacionalistas, em agosto de 1936, o chefe militar do Batalhão de Elvas recusou entregar alguns refugiados à PVDE, salvando-lhes a vida, uma vez que presumivelmente seriam entregues às tropas franquistas; em Campo Maior, o sargento Abrantes da GNR participou na organização da saída de refugiados do país e impediu que muitos outros fossem capturados, fornecendo dados sobre os locais e as datas em que ocorriam as buscas na localidade.¹¹

Resumindo, a atitude do regime salazarista perante os refugiados republicanos inseriu-se num contexto mais amplo de apoio fornecido aos sublevados espanhóis, constatando, com o início da Guerra Civil de Espanha, que dispunha de um frágil aparelho de vigilância fronteiriço. Como tal, a vigilância policial dirigida a estrangeiros suspeitos foi intensificada durante o conflito através da criação de mais postos fronteiriços e de uma colaboração mais estreita entre as autoridades. Embora intensificada, esta vigilância não foi suficiente para impedir que inúmeros espanhóis entrassem e se escondessem em Portugal. Ao passo que muitos foram entregues às forças nacionalistas, outros tantos contaram com o apoio da população portuguesa e, em alguns casos, das autoridades, e permaneceram no país por meses ou anos. Na repressão dirigida aos refugiados espanhóis desenvolveu-se, para além de uma entreajuda entre as várias forças policiais portuguesas, uma colaboração

¹⁰ Francisco Espinosa Maestre, *La columna de la muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz* (Barcelona: Crítica, 2003), 117.

¹¹ Simões, *A Guerra de Espanha*, 206.

entre estas autoridades e as forças nacionalistas que, entre outros aspetos, ficou marcada pela entrega de parte a parte de indivíduos considerados «indesejáveis» em ambos os países.

Bibliografia

- Espinosa Maestre, Francisco. La columna de la muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz. Barcelona: Crítica, 2003.
- Oliveira, César. Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e economia. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- Oliveira, César. Salazar e a Guerra Civil de Espanha. Lisboa: O Jornal, 1987.
- Ribeiro, Maria da Conceição. A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- Simões, Dulce. A Guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória. Lisboa: Edições Colibri, 2016

ADMINISTRAR PARA MANTER O REGIME. O ESTADO NOVO E A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANA CARINA AZEVEDO¹

Resumo:

A consciência sobre a necessidade de reformar a Administração Pública esteve presente durante todo o Estado Novo. Desde os anos finais da década de 1920 surgem referências à importância do aumento do nível de eficiência da Administração Pública e da melhoria da sua capacidade de resposta aos desafios da época. Se numa primeira fase as preocupações com a eficiência administrativa se prendem com o processo de institucionalização do Estado Novo, a II Guerra Mundial vem incluir novas parcelas na equação. O Programa de Assistência Técnica e Produtividade e os planos nacionais de fomento exigem diligências que a administração central não se encontrava preparada para desempenhar. Da mesma forma, a nível internacional, o Estado adquire novas prerrogativas, sendo

¹ Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Esta investigação foi financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito da Bolsa de Pós-Doutoramento com referência SFRH/BPD/113250/2015. O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

desafiado a promover o desenvolvimento económico e social. Portugal entra, igualmente, nesta lógica desenvolvimentista que exige uma administração célere e eficaz, que possa garantir a promoção do fomento económico, o apoio aos privados neste mesmo processo e o crescimento do Estado social.

Enredada de tal forma nas necessidades e prioridades do regime, a reforma da Administração Pública passaria a ser encarada como um elemento necessário à sua manutenção. Por esse motivo, a década de 1960 testemunharia a constituição de grupos de trabalho, a realização de estudos, a organização de ações de formação e um aumento dos contactos internacionais ao nível da modernização administrativa. Como elemento aglutinador e coordenador seria criado, em 1967, o Secretariado da Reforma Administrativa que teria, contudo, uma vida relativamente curta.

Este artigo pretende refletir sobre o modo como a reforma da Administração Pública portuguesa se integra na necessidade de melhorar a eficácia de um Estado cada vez mais complexo e dotado de novas prerrogativas. Pretende, igualmente, evidenciar a forma como esta se apresentou como um elemento essencial para a manutenção do regime e das Províncias Ultramarinas².

Palavras-chave: Portugal; Estado Novo; Reforma administrativa.

INTRODUÇÃO

O final da II Guerra Mundial trouxe, a nível global, novos desafios às Administrações Públicas. As mudanças que se verificavam no campo económico e social teriam reflexos diretos nas funções atribuídas aos Estados, desenvolvendo-se a consciência da necessidade de renovar as Administrações Públicas para que se tornassem suporte deste novo

² A problemática apresentada é desenvolvida mais detalhadamente nos seguintes artigos: Ana Carina Azevedo, «Reformar a Administração Pública ao sabor das prioridades do Estado Novo», *Portuguese Studies Review* 26, n.º 2 (2018): 177-98; e Ana Carina Azevedo, «Reformar a Administração Pública no novo mundo saído da guerra. Projeto nacional ou dinâmica global? (1950-1970)», *Revista de Administração Pública* 53, n.º 5 (2019): 960-74, <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180186>.

papel. Estas deveriam melhorar a sua eficiência à medida que o perfil dos Estados era revisto e o seu nível de intervencionismo na sociedade e na economia aumentava. Internacionalmente, os Estados passariam a ser diretamente responsáveis por promover as condições e estratégias necessárias ao crescimento económico dos «Trinta Gloriosos», ancorados em estruturas administrativas preparadas para responder aos desafios do desenvolvimento. Além disso, na Europa, quer o Programa de Reconstrução e Reconstituição Económica desenvolvido pelos EUA, quer os planos nacionais de fomento, necessitavam de estruturas administrativas capazes, que apresentassem eficácia e rapidez e que fossem baseadas num corpo de funcionários devidamente formado. Nesta nova conjuntura, era necessário estender as lógicas da produtividade à Administração Pública, renovar as suas estruturas, organismos e métodos de trabalho e criar condições que permitissem ao setor público manter a capacidade de atrair os melhores funcionários.

Paralelamente ao crescimento do papel do Estado na sociedade e na economia, e ao conseqüente alargamento das suas funções, aprofunda-se a consciência da inadequação das Administrações Públicas para as novas tarefas que deveriam desempenhar. Estas mantinham-se, de uma forma geral, baseadas em métodos de trabalho tradicionais e rotineiros, apresentando um baixo nível de eficiência e de produtividade. Além disso, a função pública lutava em alguns países contra uma perigosa fuga de quadros qualificados para o privado, decorrente das diferenças salariais apresentadas entre os dois setores e do aumento das regalias atribuídas pelas empresas privadas.³ Neste contexto, o desenvolvimento da Administração Pública passaria a ser entendido, sobretudo a partir da década de 1950, como uma preocupação global, independentemente da natureza dos regimes políticos e das diferenças económicas e sociais entre países.⁴ Todas estas questões acabariam por ser plasmadas no conceito de «administração para o desenvolvimento».⁵

³ Cf. Júlio Gonçalves, «O factor humano na reforma administrativa», *Problemas do Espaço Português* 87 (1972): 169-218; Gabriela Salgueiro, «Para definição de uma política de pessoal na Administração Pública portuguesa», *Boletim do Instituto Português de Ciências Administrativas* 7 (1971): 5-55.

⁴ United Nations Organization, *United Nations Programme in Public Administration. Report of the Meeting of Experts* (Nova Iorque: United Nations Organization, 1967), 9.

⁵ George Gant, «The concept of development administration», in *Comparative public administration: the essential readings*, ed. Eric Otenyo e Nancy Lind (Amesterdão: Elsevier, 2006), 257-85.

Esta noção foi desenvolvida internacionalmente após a II Guerra Mundial com o intuito de melhorar globalmente as práticas administrativas,⁶ sendo apoiada por organismos como a Organização das Nações Unidas, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a Organização dos Estados Americanos, a Fundação Ford ou a Comissão Económica para a América Latina.⁷

UMA NOVA ADMINISTRAÇÃO CENTRADA NO DESENVOLVIMENTO

O Estado Novo não escaparia a esta nova realidade. Após o final da II Guerra Mundial, Portugal mantinha uma ditadura que tentava sobreviver na época da vitória das democracias e era um país colonial que inevitavelmente iria ter de lutar contra a vaga de descolonizações da época. Nesta conjuntura, manter o regime implicava não ficar de fora do clima de crescimento do segundo pós-guerra. Implicava conseguir desenvolver a economia e o Estado social e gerir adequadamente os territórios metropolitanos e ultramarinos. Para o atingir de cada um destes propósitos, era essencial a construção de uma Administração Pública eficaz. Dela dependeria a capacidade de controlar a despesa pública; auxiliar o progresso económico e social; e conseguir, de forma eficaz, cumprir as diligências administrativas exigidas pelo Plano Marshall e pelos Planos de Fomento nacionais.

A consciência sobre os novos desafios que se colocavam ao Estado encontra-se presente, logo em meados da década de 1940, em algumas das intervenções feitas na Assembleia Nacional e também em vários pareceres da Câmara Corporativa. Neles era defendida uma maior intervenção estatal na imposição de estratégias que permitissem um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, através da utilização de processos técnicos mais eficientes. Da mesma forma, entende-se que estas estratégias deveriam ser integradas em projetos de desenvolvimento que permitissem melhorar os resultados e gerir melhor os avultados investimentos em causa. Uma maior intervenção do Estado no processo de desenvolvimento económico possibilitaria ainda o

⁶ Thomas Israel, «Le perfectionnement aux Etats-Unis des fonctionnaires étrangers», *International Review of Administrative Sciences* 23, n.º 1 (1957): 26-27.

⁷ Hiram Phillips, «Development administration and the Alliance for Progress», *International Review of Administrative Sciences* 29, n.º 1 (1963): 9.

desenvolvimento da necessária coordenação entre os vários órgãos responsáveis pela vida económica, conduzindo a uma melhor utilização do trabalho realizado. Para o atingir de todos estes objetivos era inevitável uma reforma dos serviços públicos.

Os debates demonstram ainda a crescente preocupação com o aumento das despesas ordinárias no setor público. Neles, várias vezes se levantam a favor de uma política de contenção de despesas. Mas surgem, também, alertas sobre o facto de essa redução não poder ter como consequência uma diminuição da capacidade de intervenção do Estado. A diminuição das despesas ordinárias teria, assim, de estar ligada a uma melhoria dos métodos de trabalho e de organização do setor público, de modo a não colocar em causa o necessário aumento da capacidade de atuação do Estado na esfera económica e social e a capacidade de resposta aos novos desafios que lhe eram lançados. O aumento da eficiência da Administração Pública tornava-se essencial para a manutenção do dogma das finanças sãs, permitindo o controlo das despesas.

Não era esta, porém, a realidade apresentada pela Administração Pública portuguesa. Na segunda metade da década de 1940, o alargamento das funções atribuídas ao Estado acabaria por ter impacto no aumento das despesas ordinárias sem que, paralelamente, se verificassem melhorias na eficiência dos serviços públicos. Desta forma, nos anos 50, multiplicam-se as tentativas de reorganização do aparelho de Estado, de forma a ser possível «produzir trabalho mais útil e eficiente».⁸ Foram ensaiadas algumas medidas de simplificação e coordenação dos organismos do Estado, evitando sobreposições e repetições de tarefas entre diferentes serviços e departamentos. Contudo, estas medidas teriam um carácter parcial e segmentário, não sendo incluídas num plano de conjunto, nem estando subjugadas a um organismo coordenador que, apesar dos vários pareceres no sentido da sua criação, não seria constituído antes do final da década de 1960. A consciência da relativa ineficácia dos decretos de simplificação e reorganização de serviços, promulgados numa época em que a Administração Pública continuava a crescer, tornava necessário avançar, de forma concreta, para uma reforma administrativa, objetivo que toma forma no final da década de 1960.

⁸ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 5, sessão legislativa 1, n.º 43S1 (15 de abril de 1950): 30.

A CAMINHO DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Na década de 1960 verifica-se um aumento das referências à problemática da reforma administrativa. Estas incidem, nomeadamente, sobre a aplicação de princípios de organização e métodos nos serviços públicos e na situação económica e social do funcionalismo, sobretudo no que diz respeito ao seu regime jurídico e condições de formação e aperfeiçoamento profissional. Contudo, não obstante vários avanços feitos no sentido de se proceder ao estudo e aplicação de reformas na Administração Pública, mantinha-se o imobilismo administrativo e a falta de eficiência dos serviços públicos era agudizada pela conjuntura de crescimento das prerrogativas estatais. Mantém-se, também, a preocupação com a contenção das despesas públicas, nesta década bastante afetadas pelo impacto da Guerra Colonial no orçamento e pelo simultâneo desenvolvimento da função social do Estado.⁹ Verifica-se, de facto, que, na década de 1960, a imprescindibilidade de melhorar a eficácia da Administração Pública e dos seus funcionários, enquanto eram reduzidas as despesas, não se relacionava apenas com a sobrevivência do regime, mas também com a capacidade de manter os territórios ultramarinos.

O papel do elemento humano neste processo não seria esquecido, sendo alvo de uma elevada atenção no que à eficácia dos serviços públicos dizia respeito. Na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa multiplicam-se as referências à quantificação dos funcionários públicos e à sua repartição por classes. Da mesma forma, o problema dos vencimentos do funcionalismo público e da sua situação económica e social – bem como a sua relação com o aumento do custo de vida e com uma acentuada fuga de funcionários para o setor privado –, estariam presentes durante todo o período. A situação económica e social do funcionalismo público é entendida como um dos elementos responsáveis pela quebra de rendimento dos serviços, nomeadamente no que diz respeito ao baixo nível de vencimentos e salários, sobretudo quando em comparação com o setor privado.

Na sequência de um longo processo de consciencialização acerca da importância da atribuição de um carácter sistemático à reforma da Administração Pública é criado, em 1967, o Secretariado da Reforma

⁹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 9, sessão legislativa 1, n.º 33 (15 de março de 1966): 557.

Administrativa, organismo dependente da Presidência do Conselho, que deveria dirigir os estudos e trabalhos tendentes à aplicação das reformas necessárias. Preconizado na Lei de Meios para 1962, o projeto de reforma é pensado durante os estudos preparatórios do III Plano de Fomento, a partir dos quais é criado, no seio da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, o Grupo de Trabalho n.º 14, responsável pelos trabalhos sobre a reforma administrativa. Este grupo viria a aprofundar os estudos parcelares realizados nos quinze anos anteriores, atentando sobre a situação da Administração Pública portuguesa nas suas várias vertentes e procurando apresentar soluções que, simultaneamente, permitissem melhorar a sua eficiência e diminuir as despesas.

O Grupo de Trabalho n.º 14 dividir-se-ia em cinco subgrupos, cada um deles responsável pelo estudo de uma das problemáticas ligadas à reforma administrativa. A situação económica e social dos funcionários públicos e as questões relativas à formação, qualificação, seleção e aperfeiçoamento do pessoal foram tratadas pelos dois primeiros subgrupos. O subgrupo n.º 3 seria encarregado da criação e definição das normas de funcionamento dos serviços de organização e métodos, enquanto o subgrupo n.º 4 trataria das providências imediatamente necessárias para corrigir os vícios mais salientes da Administração Pública. Por fim, as relações entre a reforma administrativa e o planeamento económico ficariam a cargo do subgrupo n.º 5. Os vários relatórios que resultariam da ação do Grupo de Trabalho n.º 14 – que seriam dados a conhecer até 1969 – constituíram o mais importante esforço de análise e reflexão sobre a Administração Pública portuguesa realizado até à data. Permitiram, ainda, a criação do organismo central responsável pela reforma administrativa, cuja constituição vinha sendo pedida desde o início da década de 1950.

O projeto de reforma que dos seus trabalhos resultaria e que seria apresentado na sequência da criação do Secretariado da Reforma Administrativa baseava-se em quatro pilares que, em grande medida, se encontravam já presentes na constituição dos subgrupos: a situação do funcionalismo, a orgânica da administração, as relações com o público e as operações desempenhadas pelos serviços. Porém, e apesar do dinamismo de alguns órgãos ministeriais, sobretudo daqueles cujo volume de trabalho ou necessidade de contacto com o público eram superiores, a criação do Secretariado da Reforma Administrativa não conduziu, como era esperado, a alterações concretas no grau de

eficiência da Administração Pública portuguesa. Na Assembleia Nacional, as críticas referentes ao fraco desempenho e baixo nível de produtividade da Administração Pública mantêm-se na década de 1970. Não obstante o reconhecimento do aumento das providências desenvolvidas pelo Estado em prol do desenvolvimento económico e social, vários deputados continuariam a alertar para o facto de esse esforço acabar por ser perdido nos intrincados e envelhecidos serviços da Administração Pública.¹⁰

CONCLUSÃO

O terceiro quartel do século XX testemunha, a nível global, um aumento das prerrogativas do Estado e do seu nível de intervencionismo na sociedade e na economia, pressionando a Administração Pública no sentido do reforço da sua capacidade de atuação. Portugal não escapa a esta realidade, numa época na qual, simultaneamente, era impelido a conter o aumento da despesa pública, num orçamento já muito pressionado pelos custos da Guerra Colonial e do crescimento da função social do Estado. A centralidade desta problemática para o regime é evidente. A própria constituição e manutenção do Grupo de Trabalho n.º 14, entre 1965 e 1969, e a criação do Secretariado da Reforma Administrativa são particularmente sugestivas, sobretudo se for tida em conta a conjuntura da época, na qual os apoios ao funcionamento de outros organismos, como o Instituto Nacional de Investigação Industrial, foram bastante limitados.¹¹ Para o Estado português, nesta época, reformar a Administração Pública era imprescindível para dar resposta aos desafios que lhe eram colocados.

O projeto de reforma administrativa português segue, em grande medida, as lógicas que vinham sendo difundidas internacionalmente desde o final da II Guerra Mundial, apresentando características, objetivos e metodologias passíveis de encontrar em várias realidades internacionais. Da mesma forma, é evidente o papel da internacionalização de um conjunto de agentes - ligados às lógicas desenvolvimentistas que perpassavam alguns organismos do Estado -, e

¹⁰ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 10, sessão legislativa 1, n.º 31 (8 de abril de 1970).

¹¹ Ana Carina Azevedo, «A organização científica do trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial (1945-1974)» (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2014), 195.

que se afirmou como a plataforma de apoio aos processos de reforma da Administração Pública. No entanto, apesar de absorver as experiências internacionais e seguir as principais linhas desenvolvidas no exterior, a reforma administrativa portuguesa submete-se às prioridades do regime.¹² Portugal procura construir uma Administração Pública eficiente para manter a ditadura e os territórios ultramarinos enquanto, internacionalmente, a melhoria do desempenho do aparelho de Estado era teoricamente apresentada como um fator de fortalecimento dos regimes democráticos. Os mesmos instrumentos seriam utilizados para atingir diferentes objetivos. Com o projeto de reforma da Administração Pública portuguesa apresentado no final da década de 1960, o desenvolvimento económico e social e a manutenção do regime seriam possíveis, através da utilização de linhas internacionais de financiamento para cumprir objetivos nacionais.

Bibliografia

Azevedo, Ana Carina. «A organização científica do trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial (1945-1974)». Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

Azevedo, Ana Carina. «Reformar a Administração Pública ao sabor das prioridades do Estado Novo». *Portuguese Studies Review* 26, n.º 2 (2018): 177-98.

Azevedo, Ana Carina. «Reformar a Administração Pública no novo mundo saído da guerra. Projeto nacional ou dinâmica global? (1950-1970)». *Revista de Administração Pública* 53, n.º 5 (2019): 960-74. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180186>.

Diário das Sessões da Assembleia Nacional, 1950-1970.

Gant, George. «The concept of development administration». In *Comparative public administration: the essential readings*,

¹² Azevedo, «Reformar a Administração Pública ao sabor das prioridades», 177-98.

editado por Eric Otenyo e Nancy Lind, 257-85. Amsterdão: Elsevier, 2006.

Israel, Thomas. «Le perfectionnement aux Etats-Unis des fonctionnaires étrangers». *International Review of Administrative Sciences* 23, n.º 1 (1957): 26-30.

Gonçalves, Júlio. «O factor humano na reforma administrativa». *Problemas do Espaço Português* 87 (1972): 169-218.

Phillips, Hiram. «Development administration and the Alliance for Progress». *International Review of Administrative Sciences* 29, n.º 1 (1963): 5-12.

Salgueiro, Gabriela. «Para definição de uma política de pessoal na Administração Pública portuguesa». *Boletim do Instituto Português de Ciências Administrativas*, 7 (1971): 5-55.

United Nations Organization. *United Nations Programme in Public Administration. Report of the Meeting of Experts*. Nova Iorque: United Nations Organization, 1967

«FREEDOM DEFERRED»: FRANCESC CAMBÓ
AND THE CRISIS OF SPANISH LIBERALISM,
1917-23

ARTURO ZOFFMANN RODRÍGUEZ¹

Abstract

At the end of the First World War, Bourbon Spain appeared to be ripe for long-awaited democratic reform. Catalan regionalist leader Francesc Cambó galvanised a broad alliance uniting Catalan liberals, republicans, socialists and anarchists to throw down the gauntlet against the Restoration regime. However, the intensification of social conflict, the spectre of Soviet Russia, and the radicalisation of the labour movement clouded the ambitions of the reformers. In 1919, a general strike paralysed Barcelona that impelled Cambó to abandon all attempts at democratic reform, siding instead with his erstwhile conservative opponents. A counterrevolutionary alliance bringing together army officers, the police, far-right groups, and Catalan liberals and regionalists began to take shape. Liberals did not abandon their reformist ambitions but gave them an authoritarian articulation. This coalition inspired General Primo de Rivera's coup d'état in September 1923. Yet the aspirations of Catalan liberals went up in smoke as the battering ram for counterrevolution, the army, was materially and ideologically intertwined with the old state apparatus

¹ Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Institute of Historical Research. Post-doctoral fellow (Mentored by Dr Andrés Ríos).

and the landowners, strengthening all the vices of old Spain. In this paper I trace the events that led to Catalan liberalism's U-turn, pointing to a pan-European tendency towards extreme social polarisation that dramatically side-lined liberal democrats and often drove them towards authoritarian conclusions.

At the beginning of the twentieth century, Spain, a latecomer to capitalist modernity, faced inescapable problems. An increasingly restless labour movement, a land-hungry peasantry, daunting national and colonial questions, a top-heavy and politically-meddlesome army, an influential Catholic Church that was in bed with political and economic power, a corrupt political edifice that was visibly ill-suited to the era of mass politics, all combined into an explosive Gordian knot.² In the years 1919-23, the pseudo-democratic Bourbon Restoration regime entered its terminal crisis. The economic and social disarray brought about by the First World War, the radicalising fillip of Bolshevism, and the inception of mass politics short-circuited the safety fuses of the regime. These years were marked by episodes of unprecedented social warfare, which culminated in General Primo de Rivera's coup d'état in September 1923 and its seven-year military dictatorship. The epicentre of this turmoil was Barcelona, the most industrialised city in the country. Here, the anarcho-syndicalist CNT (National Confederation of Labour), enthused by the Russian Revolution, was locked in violent struggle with a reactionary coalition that brought together army officers, paramilitary groups, far-right parties, Catholic unions, employers' associations, and Catalan liberals.

However, this polarised state of affairs, where the forces of proletarian revolution were pitted head-on against all defenders of law and order, only came about after a failed bid at radical democratic reform spearheaded by Barcelona's bourgeois liberals and regionalists in 1917-18. Yet their attempt to conquer democracy through mass mobilisation conjured forces that they could not control. By early 1919, the radicalisation of the dispossessed and the furious reaction of the upper classes threw liberals into depression and disorientation. Eventually, most leading liberals sided with their erstwhile conservative adversaries. There would be no Spanish Wilson, but rather a Lenin or a Mussolini.

² Tomás Elorrieta y Artaza, *El movimiento bolchevista* (Madrid: Jaime Ratés, 1919), 33.

The volte-face of Catalan liberalism was best embodied by Francesc Cambó, its undisputed leader in these years, whose failure to lead bourgeois revolution turned him into a champion of authoritarian reaction, in a familiar parabola common to other European countries. For good reason, American Hispanist Gerald Meaker referred to Cambó as the Spanish version of Pavel Miliukov, the Russian liberal rebel who, under the duress of revolution and civil war, came to endorse a dictatorial solution to the country's problems.³

In this paper I trace the events that led to Spanish liberalism's U-turn, pointing to a pan-European tendency towards social polarisation that drove liberal democrats towards authoritarian conclusions. I follow the steps of a new generation of scholars, most notably Angel Smith and Francisco Romero-Salvadó, who question the centrality attached in the traditional historiography to the disastrous defeats in colonial wars in Cuba, the Philippines, and Morocco in 1898 and 1921 in explaining the downfall of the Restoration regime.⁴ They point instead to the intensification of class conflict in 1919 as the key factor in its demise, which also dashed any illusions that a cross-class democratic alliance might usher in national regeneration.⁵

THE LIBERAL HONEYMOON OF THE LLIGA REGIONALISTA

Industrial expansion in Catalonia in the second half of the nineteenth century emboldened Barcelona's bourgeoisie and sharpened its conflict with Spain's landed elites, which were politically dominant in Madrid. The political clout of free trade agrarian lobbies brought into stark relief the impotence of protectionist Catalan industrialists. Their desire to reform the Spanish state and expand the national market

³ Gerald Meaker, *The Revolutionary Left in Spain, 1914-1923* (Stanford: Stanford UP, 1974), 70.

⁴ See for instance: Manuel Tuñón de Lara, *España: la quiebra de 1898* (Madrid: Sarpe, 1986).

⁵ Francisco Romero Salvadó, «Between the Catalan Quagmire and the Red Spectre, Spain, November 1918-April 1919», *Historical Journal* 60, n.º 3 (2017): 19-21; Angel Smith, «The Catalan Counter-revolutionary Coalition and the Primo de Rivera Coup, 1917-23», *European History Quarterly* 37, n.º 1 (2007): 7-34; Francisco J. Romero Salvadó and Angel Smith, eds., *The Agony of Spanish Liberalism: From Revolution to Dictatorship, 1917-1923* (New York: Palgrave, 2010).

through economic modernisation and tariffs was accompanied by a quest for autonomy for Catalonia. Their growing assertiveness found a mouthpiece among a group of politically savvy nationalist intellectuals grouped around Enric Prat de la Riba and Francesc Cambó. Thus was born the Lliga Regionalista in 1901, which in the following years became the key political instrument of Catalan business interests. Although initially influenced by conservative romanticism, the Lliga gravitated towards Francophile liberalism as it took root in bourgeois Barcelona. It embraced a modernist, urban vision of a vigorous capitalist Catalonia that would help rejuvenate Spain and hitch it to the motor of European modernity. Enjoying material and political support from big business, and finding a social base among small property owners and white collar workers, the Lliga rapidly emerged as a mass force.⁶

Its quest for liberal reform accelerated with the outbreak of the First World War in 1914. Spain did not enter the war, but the war certainly entered Spain. Exporting to both camps, the country cashed in handsomely from the conflict. The boom, however, did not benefit everyone equally. Industrialists lined their pockets while the poor suffered as prices rocketed. The war also created a feeling of historical momentum. Liberals, republicans, and moderate socialists, the so-called *aliadófilos*, vested their hopes on the Allied camp, which in their eyes waged war for democracy against the semi-feudal Central Powers. They consequently radicalised their opposition to the equally semi-feudal Restoration regime. They were pitted against the *germanófilos*, the supporters of Germany, who tended to represent the most conservative sectors of Spanish society. Moreover, the wartime upswing in demand for Spanish exports had bolstered Spanish industry. This emboldened the Spanish (and particularly Catalan) industrial bourgeoisie, as the mismatch between its economic might and its political weakness became starker.⁷

The resolve of Catalan liberals was further strengthened by the overthrow of the Tsar. The intervention of Woodrow Wilson's America in the war further enhanced the Allied cause. In the spring of 1917, the Bourbon regime was rocked by the mutiny of disgruntled army officers,

⁶ Enric Ucelay-Da Cal, *La Catalunya populista: imatge, cultura i política en l'etapa republicana (1931-1939)* (Barcelona: La Magrana, 1982), 21-66.

⁷ Francisco J. Romero Salvadó, *Spain 1914-1918: Between War and Revolution* (London: Routledge, 1999), 43-53.

who set up Defence Juntas in most garrisons. Although their outlook was ‘narrowly professional’, the Defence Juntas adopted a hazy imagery of national renovation.⁸ The army was one of the pillars of Restoration Spain, and as its loyalty appeared to waver the entire regime was thrown into paralysis. Parliament was suspended and a succession of rickety cabinets attempted in vain to manage the crisis. Momentum was thus generated for an ambitious campaign for liberal reform. Cambó and the Lliga took up this mantle.

The Spanish «liberal moment» reached its zenith in the summer of 1917, when Cambó organised an assembly of rebellious parliamentarians in Barcelona that pressed for democratic reform on a national scale. It posed as a dissident constitutional assembly of sorts. Cambó garnered widespread support among liberal and republican public opinion across Spain, which presaged the democratisation of the country, and even the coming of the republic. His radicalism, however, was not simply motivated by his democratic ideals. He perceived the potentially revolutionary consequences of the war, and believed that «the most conservative thing in these circumstances was to be a revolutionary», to carry out reforms from above in order to prevent revolution from below.⁹ Indeed, although the first months of the war had seen a downturn in labour militancy, by 1916 the tide had begun to turn. The number of strikes and protests increased by the day. He secured support from the Socialist Party, and he even ensured the tacit connivance of the anarcho-syndicalist CNT. Yet as we shall see, this was a very dangerous gamble.¹⁰ As he himself acknowledged, «this was a risky operation – the biggest risk lay in being overwhelmed by the Left».¹¹

The Lliga hoped the army Juntas would rally behind its democratising drive, cutting the ground from under regime. Yet its hazy reformism notwithstanding, the army, and the middling officer corps in particular, was a ferocious defender of Spanish unity and Cambó’s

⁸ Francisco Romero Salvadó, «Spain’s Revolutionary Crisis of 1917: A Reckless Gamble», in *The Agony of Spanish Liberalism: From Revolution to Dictatorship, 1917–1923* (New York: Palgrave, 2010), 64–65.

⁹ Cited in: Manuel de Burgos y Mazo, *Páginas históricas de 1917* (Madrid: Núñez Samper, 1918), 109–10.

¹⁰ Romero Salvadó, «Spain’s Revolutionary Crisis», 64–65.

¹¹ Francesc Cambó, *Memòries: 1876-1936*. Vol. 1 (Barcelona: Alpha, 1981), 260.

regionalism cut no ice among them. Their worldview was also elitist and hierarchical, and instinctively hostile to the democratic antics of Cambó and his allies. Moreover, the officers, in no mood to dig trenches in northern France, were generally germanófilos. Significant material concessions to the officer corps in June helped improve the mood in the barracks. Unlike in other European countries, in Spain the army remained a pillar of order throughout these turbulent years. Neutrality in the war ensured it remained a small, compact force dominated by a privileged and conservative officer corps.¹² The liberals were thus deprived of a powerful potential ally and were left on their own with a volatile labour movement. The socialists and the anarchists planned to buttress the campaign for democratic reform with a general strike.

The strike took place in August 1917, but was given a cold shoulder by Cambó and his men. Illusions that the soldiers might join the workers were shattered as the army was deployed and troops fired at protesters in cold blood. Seventy-one people were killed during the strike, 200 were wounded and 2,000 arrested, according to the official sources. The ferocity of the struggle was such that it clouded the ambitions of the liberal reformers. Moreover, the fate of the Russian provisional government substantiated the impression that the «social question» was far more dangerous than the corruption, authoritarianism, and backwardness of the Spanish state. Cambó resolved that, before the danger of Bolshevism, «the question of freedom had to be deferred for some time».¹³

The Lliga now U-turned. It criticised the strike in no uncertain terms. Cambó now attempted to strike a deal from above with the monarchy and the government. Having failed to reform the state from without, he now attempted to reform it from within. In November 1917, two Lliga ministers entered the central government. Cambó would join them a few months later. But while the August strike had intimidated liberals, there was still some wind in the sails of bourgeois revolution. The experience of the Lliga in government was thoroughly disappointing. No serious reform was forthcoming, as it became entangled in the stultifying web of oligarchic camarillas in Madrid. The

¹² Sebastian Balfour, «The Making of an Interventionist Army, 1898-1923», in *The Agony of Spanish Liberalism: From Revolution to Dictatorship, 1917-1923* (New York: Palgrave, 2010), 255-74.

¹³ Cambó, *Memòries*, 329.

Lliga-sponsored coalition collapsed in October 1918.¹⁴ At the same time, the victory of the Allies and Wilson's Fourteen Points galvanised Catalan regionalists and nationalists. Furthermore, there is evidence that the Lliga rank-and-file was becoming impatient with the conciliatory politics of its leaders. The ground was being prepared for the expansion of left-wing Catalan nationalism, which heretofore had vegetated under the shadow of the Lliga but which would flourish in the 1920s as left-leaning nationalists such as Francesc Layret, Lluís Companys, and Francesc Macià rose to prominence.¹⁵

In this context, Cambó attempted a final, somewhat apprehensive bid at democratic revolution. In November and December 1918 he spearheaded a campaign for Catalan autonomy, which included mass demonstrations that often ended in violent brawls with Spanish patriots. Yet new forces were entering the fray that would redraw the political battle lines. The expansion of the CNT anarchists to the detriment of the moderate socialists, the radicalising effect of the Russian Revolution, and the post-war economic crisis brought about unprecedented class polarisation. In January 1919, a minor conflict at a Barcelona hydroelectricity company, popularly referred to as La Canadencia, spiralled into a citywide general strike that acquired an insurrectionary pitch. The movement was led by a CNT that was rapidly lurching leftwards. Such was the breadth of the strike that the government was forced to concede far-reaching reforms to the labour movement, including the eight-hour day.¹⁶

THE COUNTERREVOLUTIONARY COALITION

The ferocity of the strike prompted Cambó to abandon his revolutionary Minuet with the government once and for all. In Cambó's words, «the authorities represented a regime that was opposed to [...] our aspirations, but the anarchists were not simply enemies of freedom, they

¹⁴ Cambó, *Memòries*, 289-93

¹⁵ Ucelay-Da Cal, *La Catalunya populista*, 67-92. Angel Smith, *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan Labour and the Crisis of the Spanish State, 1898-1923* (New York: Berghahn, 2007), 125.

¹⁶ Francisco Romero Salvadó, «Between the Catalan Quagmire and the Red Spectre, Spain, November 1918-April 1919», *Historical Journal* 60, n.º 3 (2017): 1-21.

were enemies of [civilised] life [...] It was then that the Lliga became more pro-government and even conservative». Yet Cambó did not entirely sacrifice his reformist programme on the altar of counterrevolution, but rather reconfigured its parameters. The Canadenca strike had not simply revealed the danger of proletarian revolution. The strike had also laid bare the incapacity of the central government to discipline the working class. The political camarillas in Madrid, far detached from the social furnace of Barcelona, had appeared too soft towards the anarchists. Contempt for this perceived spinelessness was shared by the Lliga and its Catalan bourgeois patrons, by the army and the police, and by the Spanish far right.

Rejection of the Restoration regime was now recast in a reactionary key as Catalan liberals sought an authoritarian solution to the country's problems. The conservative undercurrents in the Lliga tradition, which stressed corporatist and patriarchal social relations, were now recuperated. Reform of the inefficient Spanish state remained necessary, and, as before, would be driven from industrial Catalonia, but it would not be achieved through democratisation but by a dictatorial «iron surgeon». Indeed, the primary purpose of reform was to crack down more brutally and effectively on social protest. Unlike in Italy, where power had been seized by a populist party with a powerful paramilitary wing, the battering ram of counterrevolution in Spain would be the army, which remained loyal to the status quo. Indeed, during the Canadenca strike close relations had been established between the local garrison and industrial interests. These links were further cemented in 1921-22, when hard-line General Martínez Anido became the city's governor. The dismissal of Anido by a conciliatory government in Madrid in 1922 further solidified the solidarity between local industrialists and the Barcelona garrison.¹⁷

A PRAETORIAN ROAD TO REFORM

The project of a military coup and a dictatorial regime that would both reform the state and crush organised labour began to take shape in Barcelona's officers' mess and in its manor houses. The caudillo of this

¹⁷ Angel Smith, «The Catalan Counter-revolutionary Coalition and the Primo de Rivera Coup, 1917–23», *European History Quarterly* 37, n.º 1 (2007): 7-34

movement would be the new Captain General of Barcelona, Miguel Primo de Rivera, who appeared to be in tune with the local bourgeoisie and with the Lliga, as he expressed vaguely liberal sentiments and seemed to respect Catalan autonomy. A virulent transport strike during the summer of 1923 and a series of spectacular terrorist attacks by anarchist action groups polarised the situation further and generated momentum for the putsch of September 13, 1923. Upon seizing power, Primo de Rivera presented himself as «an iron surgeon» that would «operate» dying body of Spain.¹⁸ The putsch and the reformist military junta that ensued was welcomed enthusiastically by the Lliga (although Cambó expressed some reservations).

However, to the chagrin of the Lliga, the new regime was impervious to the exigencies of bourgeois Catalonia. Primo de Rivera's putative sympathies towards Catalan autonomy went up in smoke as he abolished the region's organ of self-government, the Mancomunitat, and adopted a markedly centralist vision of Spain. More worryingly, the Junta proved sensitive to the needs of the Castilian landowning oligarchies. As Angel Smith has explained, although the coup d'état of 1923 was hatched in Catalonia, responded fundamentally to Catalan causes, and was underpinned by a Catalan brand of bourgeois authoritarian reformism, the medium whereby this counterrevolution was carried out, a conservative, Spanish nationalist army, combined with the entrenched power of landed lobbies in Madrid, ensured that political initiative would escape the Catalans' hands as soon as Primo de Rivera's train departed for Madrid, and would relapse into the hands of the old, hated oligarchies they so loathed. The Primo de Rivera military dictatorship was never capable of driving through a genuine modernisation programme, since the army was materially and ideologically intertwined with the old state apparatus and the landowners.

In conclusion, the plebeian road to reform was too thorny a path to travel for the liberals, for it could rapidly overflow its bourgeois channels; to reform the decrepit regime from within proved impossible, as attested by Cambó's disappointing experience in government in 1918; while the praetorian road resulted in a farce that ultimately strengthened all the vices of old Spain. Such was the tragedy of the Lliga and of Cambó himself, who, much like Miliukov, who started out as a liberal

¹⁸ *La Correspondencia de España*, September 13, 1923.

firebrand but ended in hock to the German empire and the White Tsarist generals, found himself with no ground under his feet amid the class polarisation that tore interwar Europe. Cambó's own account is a fitting verdict of the crisis of European liberalism:

«In 1917, I had led the revolution of the Assembly of Parliamentarians, but I now felt absolute repugnance for all revolutionary action. Why was that? For the simple reason that in 1919, the year in which the influence of the Bolshevik revolution made itself felt in Spain, I realised that the epoch of political and patriotic revolutions – horizontal revolutions – had come to an end, and that we entered an era in which all revolutions are vertical and divide nations along irreconcilable class lines.»¹⁹

¹⁹ Cambó, *Memòries*, 379.

LE PROCESSUS DE FORMATION DE LA SOCIÉTÉ GÉORGIENNE (ANNÉES 60 DU XIX SIÈCLE- ANNÉS 30 DU XX SIÈCLE. PLUSIEURS ASPECTS)

MAIA KVRIVISHVILI¹

Résumé

L'article traite de plusieurs problèmes: les perspectives de développement de la société géorgienne dans différentes réalités historiques – pendant la domination des empires Romanov et soviétique, les processus d'identification de la nouvelle société géorgienne et ses particularités. Les dynamiques des processus identitaires et la formation de structures à la lumière du mouvement de libération nationale en cours et des changements socio-politiques à la veille des XIXe et XXe siècles sont discutées. La question de l'identité devient particulièrement pertinente dans les périodes de transition. L'ère du nationalisme en Europe est en place depuis les années trente. Il a joué un rôle dans la création de plusieurs États et dans la prise de conscience des mouvements anticoloniaux.

Le XIXe siècle était très intéressant et important pour la Géorgie. Depuis le début du 19ème siècle en 1801, la Géorgie a été conquise

¹ Assistant Professeur de l'Université d'Etat de Tbilissi IV. Javakhishvili (Géorgie)

par l'empire Romanov. Et la pays étaient soumises à la domination et au système politique russes. L'autocéphalie de l'Église géorgienne a été abolie et elle était directement soumise au Synode de l'Église russe; la langue géorgienne a été bannie des institutions officielles, l'éducation a été dispensée en russe et le pays s'aménageait selon la tradition et l'habitude russe. La Géorgie a disparu de la carte politique mondiale et a été remplacé par les gouverneurs de Tbilissi et de Kutaisi (c'était une tentative d'effacer la notion de Géorgie en tant qu'État). La Russie a d'abord colonisé le pays politiquement, puis économiquement et culturellement, jusqu'à l'effondrement de l'Union soviétique. La Russie a violé les identités politiques, sociales, religieuses et culturelles de la Géorgie. Tout le XIXème siècle a été une lutte pour l'indépendance de la nation géorgienne. La politique du successeur Mikheil Vorontsov a accéléré le processus de russification des Géorgiens et leur intégration dans les institutions de l'État russe. Depuis les années 1860 du XIXème siècle, la lutte pour la libération nationale est passée à un autre niveau. La recherche de la place et du rôle des Géorgiennes st devenue particulièrement pertinente.

De jeunes Géorgiens du milieu aristocratique instruits en Europe, ayant développé de nouvelles valeurs et traditions sont apparus sur la scène publique, qui ont créé et établi de nouvelles valeurs et traditions. Ils ont dirigé le mouvement de libération nationale. Ils ont bien compris la situation. Il était nécessaire de préparer le pays et la société et répondre aux nouveaux défis, de créer des structures d'identification ou d'activer les anciennes, qui permettraient à la nation de se connaître et de s'établir dans le nouvel ordre mondial. Les hommes d'action géorgiens ont bien compris la situation et ont correctement identifié les problèmes et les difficultés auxquels le pays était confronté. Des plans nécessaires pour le développement futur ont été établis, dont la mise en œuvre garantirait le développement du pays avec le monde.

Le vecteur de développement de la Géorgie a changé après le 25 février 1921, lorsque la Russie soviétique a occupé et annexé la République de Géorgie, ce qui a retardé et généralement arrêté le développement national ; la société géorgienne s'est dégradée et transformée. Le processus d'identification sous la stricte supervision du gouvernement a transformé la société géorgienne et créé une

société géorgienne soviétique, où l'ordre social, la vie publique et les relations sociales et culturelles ont été transformés à la façon soviétique russe. Les communistes ont créé une nouvelle société « des homosovietikus » avec une nouvelle identité et culture soviétiques- obéissante, dépourvue d'analyse critique, sans perception de la réalité.

Le vecteur de développement de la Géorgie a changé après l'occupation par les bolchéviques, il a retardé et généralement arrêté le développement national. Le processus d'identification sous la stricte supervision du gouvernement a transformé la société géorgienne et créé une société géorgienne soviétique, où l'ordre social, la vie publique et les relations sociales et culturelles ont été transformés à la façon soviétique russe.

Mots-clés: Identité nationale, création d'une nouvelle société, système politique

Dans ce rapport/article, je me concentre sur quelques-unes des principales questions (quelques points essentiels) :

1. Quelles particularités caractérisaient la société géorgienne à différents stades de développement et à différents défis ;
2. Quel marqueur d'identité est devenu important lors de l'identification d'une nouvelle société géorgienne, qui était qualitativement, conceptuellement et fonctionnellement différente de la société féodale archaïque traditionnelle, qui permettrait le développement d'une société confrontée aux défis des temps modernes.

Nous nous intéressons à la dynamique des processus identitaires et à la formation de structures à la suite du mouvement de libération nationale en cours et des changements socio-politiques à la veille des XIXe et XXe siècles. La question de l'identité devient particulièrement pertinente dans les périodes de transition. L'ère du nationalisme en Europe est en place depuis les années trente du XIX siècle. Le mouvement de libération nationale a déclenché une réaction en chaîne et a balayé comme une vague l'Europe (et pas seulement). Il a joué un

rôle dans la création de plusieurs États et dans la prise de conscience des mouvements anticoloniaux.²

Les XIXe et XXe siècles sont une période de volatilité, de transformation et de changement. La montée et l'activation du nationalisme ont commencé après la Révolution française³. La nation apparaît comme un nouveau concept de souveraineté et devient le principe suprême. De nombreux pays ont réussi à rétablir leur statut d'État au XIXe siècle, certains au début du XXe siècle (par exemple, la Géorgie) et de nouveaux États ont émergé. Bon nombre d'entre eux ont rapidement perdu leur indépendance, y compris la Géorgie. Avec la prise de conscience du nationalisme, la question de l'identité devient également pertinente. Le nationalisme européen, qui est devenu actif après la Révolution française, balayant l'Europe et l'hémisphère occidental, a mis à l'ordre du jour la connaissance et la compréhension de chaque nation de mettre les connaissances et les compétences de chaque pays à l'ordre du jour, ce qui en soi signifie identifier son propre passé, son identité et son appartenance.⁴

Depuis le début du XIXe siècle, la Géorgie a été conquise par l'empire de Romanov. Depuis 1801, l'un après l'autre des unités politiques géorgiennes ont été annulées, qui ont émergé à la suite de l'effondrement de l'Etat géorgien uni (en 1476). À la fin du Moyen Âge, les royaumes de Kartli-Kakheti, Imereti, ainsi que les principautés de Guria, Svaneti et Abkhazia ont été formés. Ils sont devenus directement soumis au régime russe et sont devenus une partie du système politique russe dans son ensemble. L'autocéphalie de l'Église géorgienne a été abolie et elle était directement soumise au Synode de l'Église russe; la langue géorgienne a été bannie des institutions officielles, l'éducation a été dispensée en russe et le pays s'aménageait selon la tradition et l'habitude russe.⁵ La Géorgie a disparu de la carte politique mondiale et les gouvernorats de Tiflis et de Koutaïssi ont émergé à la place (c'était une tentative d'effacer la notion de Géorgie en tant qu'État). La Russie a d'abord colonisé le pays politiquement, puis économiquement et

² Jean Luc Chabot, *Le nationalisme* (Paris : Presses Universités de France, 1997), 35-36.

³ Chabot, *Le nationalisme*. 11-20.

⁴ Eric Hobsbawm, «Le pari de la raison. Manifeste pour l'histoire». *Le Monde diplomatique*, décembre, 2004, 1, 20 et 21.

⁵ Othar Djanelidzé, *Le nouvel et contemporaine l'histoire de la Géorgie* (Tbilissi : 2009) (en géorgien), 3-5, 1-19

culturellement, jusqu'à l'effondrement de l'Union soviétique. La Russie a violé les identités politiques, sociales, religieuses et culturelles de la Géorgie. L'ensemble du XIX^{ème} siècle a été une lutte pour l'indépendance de la nation géorgienne (1802, 1804-06, 1811, 1812, 1819, soulèvements et conspiration de 1832).⁶ La révélation et la défaite du complot ont provoqué frustration et désespoir parmi les aristocrates et les intellectuels géorgiens. La politique du successeur du roi Mikheil Vorontsov a accéléré le processus de russification des Géorgiens et leur intégration dans les institutions de l'État russe. Pendant deux décennies, la charge nationale était complètement morte. La situation a radicalement changé depuis l'émergence des «Térgdaleulebi».⁷

Depuis les années 1860, la lutte pour la libération nationale est passée à un autre niveau. La recherche de la place et du rôle des Géorgiens et de la Géorgie est devenue particulièrement pertinente. La jeunesse géorgienne du milieu aristocratique, instruits en Europe et ayant développé de nouvelles valeurs et traditions sont apparus sur la scène publique. Ils ont dirigé le mouvement de libération nationale. Ils ont bien compris la situation. Il était nécessaire de préparer le pays et la société et répondre aux nouveaux défis, de créer des structures d'identification ou d'activer les anciennes, qui permettraient à la nation de se connaître et de s'établir dans le nouvel ordre mondial.⁸

Les hommes d'action géorgiens ont bien compris la situation et ont correctement identifié les problèmes et les difficultés auxquels le pays était confronté. Par la suite, un penseur et personnage public géorgien bien connu, mais à l'époque très jeune, Niko Nikoladze, écrivit que, « En tout temps, chaque génération a ses problèmes et son travail à faire ; la nouvelle ère qui vient avec ses difficultés et ses innovations offre beaucoup de bien et de mal, la clé est de savoir comment nous sommes préparés à le rencontrer. L'avenir de la Géorgie dépend de cet accueil

⁶ Othar Djanelidzé, *Le nouvel et contemporaine l'histoire de la Géorgie*, 16-28

⁷ La notion «Térgdaleulebi» avait deux significations. L'un des surnoms des jeunes qui sont allés en Russie dans le but de s'instruire dans la seconde moitié du XIX^{ème} siècle, alors qu'ils franchissaient la frontière géorgienne dans la gorge de Dariali et la rivière Tergi, l'appelaient en plaisantant «Térgdaleuli». Deuxièmement, et plus important encore, le nom «Térgdaleuli» fait partie d'un certain mouvement public. Ce mouvement public existait dans les années 60 du XIX^{ème} siècle. Les «Térgdaleuli» étaient Iliá Chavchavadze, Akaki Tsereteli, Niko Nikoladze, Iakob Gogebashvili, George Tsereteli, Kirile Lortkipanidze, Sergey Meskhi, Vakhtang Tulashvili, Samson Abashidze et Pétré Nakashidzé.

⁸ Stepen F. Jons, *Socialisme in Georgian Colors* (Tbilissi, 2007) (en géorgien), 46-68.

pour une place future dans le monde civilisé. Avec une réponse adéquate donnée plusieurs fois au fil des siècles, qui est aussi traditionnelle que la langue, la nationalité et la religion»⁹, il a vu précisément les défis qui se posent à la société, à savoir que le développement futur exige non seulement l'intégrité territoriale et la protection de la langue maternelle, l'indépendance, mais également les politiques économiques et sociales adéquates, ce que sera garant du développement de pays avec le monde civilisé.

L'empire russe lui-même était un pays multinational-multiculturel et multireligieux. En Géorgie aussi, surtout dans les grandes villes habitaient des Juifs, des Arméniens, des Ossètes, des Azéris, des Grecs, etc. Il est à noter qu'après la guerre russo-turque de 1877-1879, la province géorgienne historique d'Adjara est revenue à la Géorgie et la société géorgienne était confrontée à un nouveau problème: les Géorgiens musulmans dont l'intégration était urgente et nécessaire. Le processus de formation de la nation géorgienne était en cours. Parallèlement, les pères de la nation cherchaient à intégrer la population ethniquement non géorgienne et à créer une société civile où tous seraient égaux et jouiraient des mêmes droits. Au XX^e siècle, après la première guerre mondiale, quand la chute de la Russie tsariste de Romanov a eue lieu, la Géorgie acquit son indépendance et une république démocratique de Géorgie exista en 1918-1921, dont la constitution était l'une des plus démocratiques de son temps, où les droits de l'homme, l'égalité religieuse et ethnique ont été déclarés.

Selon Iakob Gogebashvili, célèbre personnage public géorgien de la même période: «Pour l'unité nationale est essentielle: origine commune, langue commune, culture commune, croyance commune, héros nationaux communs et idéaux nationaux: Voyons-nous une telle unité chez les Géorgiens? D'accord, tous les Géorgiens, les Imérs et les Amérs, ont un patriarche Kartlos, ils sont issus du même tribu, ils parle la même langue, ils ont donné la naissance à une littérature commune, tout le monde considère comme des génies et des talents nationaux: Rustaveli, David Guramishvili, GR. Orbeliani, N. Baratashvili, A.

⁹ Niko Nikoladzé, «La nouvelle jeunesse, l'amour et servir la Patrie», *Littérature géorgienne* 14 (1997) (en géorgien): 48, 184, 286

Tsereteli, I. Chavchavadze, Vazha-Pshavela, Rafael Eristavi et d'autres, ils sont adeptes d'une même foi.»¹⁰

Une attention particulière a été accordée à la préservation de la langue maternelle, que l'éducation et la renaissance culturelle soit basé sur elle. «La langue maternelle est un coffre au trésor précieux, un carnet contenant toute la richesse de l'esprit, des imaginations et des cœurs, des pensées, des sentiments et des actions d'un peuple, dont l'étude relie l'enfant à l'âme et au cœur de toute la nation, à sa longue vie historique, le remplissant d'une force spirituelle et de la vivacité».¹¹

Dimitri Kipiani racontait par rapport à la peuplade géorgiens et du territoire géorgien: « ... tous (c'est-à-dire des tribus kartveliennes) – depuis le temps avant Pharnavaz – parlaient la même langue, reconnaissaient l'orthodoxie, ... suivaient le même mode civil qui a émergé des mêmes débuts.»¹² «La terre géorgienne n'était pas seulement une valeur matérielle pour le peuple géorgien, c'était aussi un symbole du passé et un pilier de l'avenir. Cette terre était un pilier de tous les espoirs du peuple géorgien et un pilier pour préserver l'image nationale» – soulignait Alexander Sumbatashvili-Iujini.¹³ Pour l'intelligentsia géorgienne, la conscience nationale et l'identité nationale sont définies par: territoire, langue, histoire commune, traditions, culture, ethnie commune – ancêtre commun.

La situation a radicalement changé depuis le 25 février 1921: la Russie soviétique a occupé et annexé la République de Géorgie, ce qui a entraîné un ralentissement du développement national et celui s'est même généralement arrêté. La dégradation et la transformation de la société géorgienne ont commencé. Le processus d'identification était sous la stricte supervision des autorités. Chagné et transformé: ordre social, vie publique, relations sociales et culturelles. Les communistes ont commencé à créer une nouvelle identité et une nouvelle culture, une nouvelle société.

¹⁰ Iakob Gogebashvili, «Unité nationale des Géorgiens», *Littérature géorgienne* 15 (1997) (en géorgien), 455.

¹¹ Gogebashvili, «Unité nationale des Géorgiens», 396, 414.

¹² Dimitri Kifiani, «Nouvelles des pays, à propos des rangs en Transcaucasie», *Littérature géorgienne* 20 (2002) (en géorgien), 7.

¹³ Aleksandr Soumbatashvili-Iujini, «Aux aisselles du conquérant», *Littérature géorgienne* 22 (2004) (en géorgien), 453.

En parlant de la civilisation soviétique, F. Braudel a souligné que c'est une société qui a subi une mutation sociale, politique et culturelle qui a conduit à la formation d'une nouvelle identité soviétique.¹⁴

Sous le régime totalitaire soviétique, un nouveau peuple-identité socialiste soviétique a été formé, dont une partie était la société géorgienne, qui a suivi une voie de formation assez complexe et particulière.

La Révolution culturelle, qui a commencé dans les années 1920 et s'est poursuivie jusqu'à l'existence légale de l'Union soviétique, a servi à créer un nouvel être humain – la nation socialiste soviétique.¹⁵ Les réformes menées par les bolcheviks, qui ont affecté la vie quotidienne du peuple, ont produit des résultats et ont créé un soi-disant «homosovieticus»: une personne obéissante sans pensée critique. La nomenclature des partis privilégiés et l'intelligentsia soviétique reflétaient le mieux le caractère humain soviétique. La culture soviétique géorgienne fait désormais partie intégrante de toute une culture soviétique. Par conséquent, l'identité soviétique géorgienne et sa formation sont étroitement liées à la formation d'une identité soviétique unifiée. La formation d'une identité soviétique unie peut être décrite comme une transformation «agressive» de l'État. L'histoire de l'Union soviétique a été conçue pour légitimer l'identité du système soviétique. Dans le même temps, des marqueurs d'identité et de mémoire collective étaient «créés» pour toutes les unités nationales, ethnographiques et géographiques de l'Union soviétique.¹⁶

La caractéristique universelle du traitement social de la population de l'Union soviétique était la totalité, qui reposait principalement sur trois éléments: l'enseignement secondaire universel (alphabétisation universelle), l'engagement militaire universel/commun et l'emploi universel.

Les principales institutions/systèmes de traitement social des êtres humains soviétiques peuvent être distingués:

- éducation universelle – recyclage total, niveaux multiples, cours divers pour tous;

¹⁴ Fernand Braudel, *Grammaire des Civilisations* (Paris : Flammarion, 1993), 602-03.

¹⁵ Carrière H D'Encausse, *L'empire éclaté* (Paris: Flammarion, 1978), 15, 31

¹⁶ Maia Kvrivishvili. *Le problème de l'identité en transition en Géorgie*, ed. Temur Kareli (Tbilissi : Institut de sciences politiques, 2009) (en géorgien), 102-03.

- obligation d'engagement militaire universel – seulement ici ils ont pu impliquer toute la population de l'URSS;

- Enregistrement – «Sans le travail, il n'y a pas d'enregistrement, sans enregistrement il n'y a pas le travail» – servant à contrôler le mouvement des citoyens;

- Les migrations répressives, planifiées, pour ainsi dire volontaires, avaient un caractère compensatoire, les déportations et les camps, moyens de produire à travers eux les constructions du siècle;

- Construction Komsomol – Conditionnellement volontaire, stimulé par une idéologie, garantissant une croissance de carrière, rempli de goulags et de stroïbates;

- Cadres/Ecole des cadres – de la maternelle au Parti (Communiste), divers établissements pour des enfants, camps, etc.

- L'Institut d'art soviétique également dans son ensemble et séparément:

- Littérature soviétique – dont l'œuvre principale a été enseignée à l'école secondaire ;

- Chant soviétique – («нам песня строить и жить помогает»)- le chant nous aide et construit);

- Cinéma soviétique – l'un des arts les plus importants;

- Fêtes soviétiques – nombreux symboles de manifestations de masse, cascades de

- nouvelles dates – pour remplacer les célébrations orthodoxes confessionnelles;

- Propagation/introduction de la culture physique de masse – organisations et

- compétitions d'enfants et de jeunes militaro-patriotes;

- Alphabet – passage de l'arabe au latin et au cyrillique;

- Toponymie – renommer, «Transcaucasie» par «Caucase du Sud»;

- Nutrition/manger (ce serait plus correct si nous disons l'Institut de la nutrition) –

- manger ensemble, primitivité de cette institution, collectifs, pauses;

- Existence – les bains publics, maisons de mœurs, où il y avait toutes sortes de services qui assuraient littéralement la perte de propriété/perte d'identité. Institution de logement – appartements communautaires, Khrouchtchevka et architecture de Staline.

Il convient de noter, en particulier, que le système éducatif a été créé conformément aux nouvelles exigences de l'Union soviétique. Ce nouveau modèle d'éducation a créé l'homme soviétique.¹⁷

Dans l'ensemble, la politique de la culture façonne l'ensemble de l'espace de vie dans lequel vivent, agissent, travaillent et créent les gens – la société. Dans les années 20-30 du XXème siècle, la politique mise en œuvre par l'État soviétique dans le domaine de la culture, a transformé la société de manière soi-disant «révolution culturelle».

Les processus sociaux, politiques, économiques et culturels qui se sont déroulés dans le pays au cours des 20 à 30 ans du siècle dernier ont conduit à la formation d'un type de société structurellement et fonctionnellement différent. Pour les bolcheviks géorgiens et pas seulement géorgiens, le monde était divisé en deux parties opposées: révolutionnaire et contre-révolutionnaire, communiste et non communiste.¹⁸

On peut dire que de les années 60 du XIXème au XXème siècle, les marqueurs de l'identité géorgienne se sont formés. Malgré les politiques de russification de l'empire Romanov, il était possible de former un image nationale géorgienne, de créer une idéologie nationale et sur sa base créer un nouveau type de société et une culture géorgienne unique. Les personnalités publics géorgiennes ont voulu et même ont créé une nation géorgienne prête à relever les défis. Leur désir, que la société géorgienne et par la suite un État créé par cette société fasse partie de la société européenne moderne, de l'humanité civilisée, a été partiellement réalisé. Le résultat fut une société éduquée qui obtint la loi sur l'indépendance du 26 mai 1918 et la constitution du 21 février 1921.

L'annexion de la Géorgie par la Russie soviétique, le 25 février 1921, a longtemps suspendu l'existence d'un État géorgien unique et le développement de la société géorgienne sur les valeurs nationales. La politique menée par les autorités soviétiques dans les années 20-30 du XXème siècle a eu des répercussions sur tous les aspects de la vie (sociaux, économiques, politiques) et la société soviétique géorgienne s'est formée, ses valeurs étaient fondamentalement différentes et opposées à la formation et au développement de la culture géorgienne

¹⁷ Gaga Nijaradzé, «Régime soviétique et caractère géorgien», *Kritika* 1 (1992) (en géorgien): 124-35.

¹⁸ Kvrivishvili, *Le problème de l'identité*, 104.

originale, ainsi qu'aux idées et au développement progressistes généraux.

Bibliographie

- Braudel, Fernand. Gramaire des Civilisations. Paris : Flammarion, Paris, 1993.
- Chabot, Jean Luc. Le nationalisme. Paris : Presses Universités de France, 1997.
- D'Encausse, Carrière H. L'empire éclaté. Paris. Flammarion, 1978.
- Djanelidzé, Othar. Histoire nouvelle et moderne de la Géorgie: du début du XIXe siècle à nos jours, Tbilissi, Maison d'édition Universal : 2009 (en géorgien).
- Gens, Jean-Claude. L'Histoire. Paris : Ellipses, 1996.
- Gogebashvili, Iakob. «Unité nationale des Géorgiens». Littérature géorgienne 15 (1997) (en géorgien).
- Hobsbawm, Eric. «Le pari de la raison. Manifeste pour l'histoire». Le Monde diplomatique, décembre 2004.
- Jons, Stepen F. Socialisme in Georgian Colors. Tbilissi: Maison d'édition L'Univerité d'état de Ilia Chavchavadzé, 2007 (en géorgien).
- Kifiani, Dimitri. «Nouvelles des pays, à propos des rangs en Transcaucasie». Littérature géorgienne 20 (2002) (en géorgien).
- Kvrivishvili, Maia. «Le Problèmes d'identité de l'ère de transition en Géorgie», editée par Temur Kareli. Tbilissi : Institut de sciences politiques, 2009 (en géorgien).
- Nijaradzé, Gaga. «Régime soviétique et caractère géorgien». Kritika 1 (1992) (en géorgien): 122-40.
- Nikoladzé, Niko. «La nouvelle jeunesse, l'amour et servir la Patrie». Littérature géorgienne 14 (1997) (en géorgien).
- Soumbatashvili-Iujini, Aleksandré. «Aux aisselles du conquérant». Littérature géorgienne 22 (2004) (en géorgien).

Sourgouladzé, Akaki, et Paata Sourgouladzé. «L'Histoire de la Géorgie (1783-1990)». Tbilissi: Maison d'édition "Georgian Herald", 1990, (en géorgien)

REFORMAR LA POLICÍA: LOS DEBATES SOBRE EL ORDEN PÚBLICO EN LAS CORTES CONSTITUYENTES DE LA SEGUNDA REPÚBLICA ESPAÑOLA, 1931-1933

SERGIO VAQUERO MARTÍNEZ¹

Resumo:

La siguiente comunicación estudia los discursos sobre la administración del orden público pronunciados en las Cortes Constituyentes de la Segunda República española. Partiendo de las contribuciones teórico-prácticas efectuadas desde el framing approach por David Snow, Robert Benford y Donatella della Porta, se analizan los distintos marcos elaborados, identificando los diagnósticos, soluciones, protagonistas y antagonistas; los marcos maestros propuestos por dos coaliciones que defendían, respectivamente, el régimen republicano y los derechos ciudadanos; y el metamarco inserto en la cultura del orden público. Igualmente, se considera la evolución de las políticas policiales y la configuración del poder político –la composición y fuerza coyuntural de cada bloque–. La hipótesis sostenida establece que tanto los gobernantes como numerosos diputados defendieron una concepción más democrática del orden público y una solución cimentada en una reforma policial, pero la inhabilidad de aquellos para construir un marco aceptable para la mayoría de los parlamentarios impidió su desarrollo.

¹ Universidad Complutense de Madrid.

Palabras-chave: Segunda República española; Cortes Constituyentes; orden público; discursos.

INTRODUCCIÓN

La presente comunicación analiza los discursos sobre la administración del orden público pronunciados en las Cortes Constituyentes de la Segunda República española. La razón principal es que los historiadores que han estudiado los debates parlamentarios sobre dicha temática han sido demasiado sintéticos, mientras que los historiadores del derecho han abordado fundamentalmente su vertiente jurídico-legal, descuidando la reorganización del aparato policial. Las diferentes interpretaciones que proponen pueden sintetizarse en dos posturas: unos argumentan que los gobernantes republicanos heredaron la noción autoritaria y militarista del orden público de la Monarquía,² otros que idearon un significado más moderno y/o democrático.³

La infraestructura teórica está basada en el framing approach desarrollado por David Snow y Robert Benford; más concretamente, en la aplicación efectuada por Donatella della Porta al estudio de los discursos de orden público. Analizaré los diferentes marcos, abordando sus diagnósticos, soluciones, protagonistas y antagonistas; los marcos maestros elaborados por dos coaliciones que defendían, respectivamente, el régimen republicano y los derechos ciudadanos; y el metamarco inserto en la cultura del orden público. Consideraré igualmente la influencia de la evolución de las políticas policiales y la configuración del poder político –la composición de cada bloque y su fuerza coyuntural–. Mi hipótesis es que los gobernantes y diversos parlamentarios sostuvieron una concepción del orden público más

² Manuel Ballbé, *Orden público y militarismo en la España constitucional (1812-1983)* (Madrid: Alianza, 1985); Eduardo González Calleja, *En nombre de la autoridad. La defensa del orden público durante la Segunda República española (1931-1936)* (Granada: Comares, 2014).

³ Gerald Blaney, Jr., «Keeping Order in Republican Spain, 1931–36», en *Policing Interwar Europe: Continuity, Change and Crisis, 1918–40*, ed. Gerald Blaney, Jr. (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007), 31-68; Diego Palacios Cerezales, «Ansias de normalidad. La policía y la República», en *Palabras como puños. La intransigencia política en la Segunda República española*, ed. Fernando del Rey (Madrid: Tecnos, 2011), 596-646; Sergio Vaquero Martínez, «De la ebullición a la contrarrevolución. Los significados del orden público en los libros de los gobernantes de la Segunda República española, 1931-1936», *Espacio, Tiempo y Forma. Serie V, Historia Contemporánea* 28 (2016): 187-213.

democrática y una solución consistente en una reforma policial, pero la inhabilidad gubernativa para construir un marco asimilable por la mayoría de diputados imposibilitó el desarrollo de sus políticas reformistas.⁴

UN GOBIERNO CON PLENOS PODERES

El Gobierno Provisional arrancó su andadura aprobando tres reformas sustanciales en materia policial: la depuración de determinados agentes que se habían significado en la represión de la dictadura de Primo de Rivera, la formación de una guardia cívica republicano-socialista de naturaleza efímera y la invención de la Guardia de Asalto, una sección del Cuerpo de Seguridad especializada en el control incruento de la protesta mediante la utilización de porras y pistolas en lugar de sables y fusiles.⁵

Las elecciones constituyentes desembocaron en una victoria arrolladora de la coalición gubernamental. Socialistas, radicales, radical-socialistas, azañistas, federales, republicanos liberales, catalanes y gallegos articularon un bloque para defender la República que respaldó las políticas de seguridad, cuyos máximos responsables eran dos liberal-conservadores: el presidente Niceto Alcalá Zamora y Miguel Maura, ministro de Gobernación. La oposición pergeñó una coalición minoritaria unida exclusivamente por su denuncia de la violación gubernativa de los derechos ciudadanos, constituida por representantes de extrema derecha (monárquicos autoritarios, tradicionalistas), derecha (católicos, agrarios, nacionalistas vascos) y extrema izquierda (los «jabalíes»).

El primer debate parlamentario estuvo motivado por los sucesos del 24 de julio en el sevillano parque de María Luisa, donde unos guardias

⁴ David A. Snow *et al.*, «Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation», *American Sociological Review* 51, n.º 4 (1986): 464-81; David A. Snow y Robert D. Benford, «Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization», en *From Structure to Action: Social Movement Participation Across Cultures*, eds. Bert Klandermans, Hanspeter Kriesi y Sidney Tarrow (Greenwich: JAI Press, 1988), 197-217; Donatella della Porta, «Protest, Protesters, and Protest Policing: Public Discourses in Italy and Germany from the 1960s to the 1980s», en *How Social Movements Matter*, eds. Marco Giugni, Doug McAdam y Charles Tilly (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999), 66-95.

⁵ Sergio Vaquero Martínez, «Entre la republicanización y la militarización. Las transformaciones de las fuerzas policiales en la Segunda República española, 1931-1936», *Ler História* 70 (2017): 79-92.

cívicos asesinaron a cuatro comunistas aplicándoles la «ley de fugas». El diagnóstico de Alcalá Zamora normalizó la escalada de desórdenes: «Los desbordamientos de orden público son crecidas inevitables que acompañan al torrente de una revolución.» Posteriormente, justificó la estrategia contemporizadora utilizada hasta entonces, arguyendo que el «dueño del orden público» –el Gobierno– no es aquel que «reprime con violència», sino el que escoge la opción «menos perturbadora» sin convenir «pactos con la revuelta». Pero era hora de que las «aguas pasionales» recuperaran su nivel original. Para extinguir aquella «violencia insensata» propuso una política más rigurosa que neutralizara a dos antagonistas: las «gentes timoratas» que añoraban la dictadura y los «audaces» de izquierda radical, cuya impaciencia hacía peligrar los «comienzos de una democracia».⁶

Este inicial tono paternalista fue eclipsado por un creciente énfasis en la posesión de plenos poderes. El 11 de agosto Don Niceto explicó que a una «transición rápida, aunque pacífica», seguía un «periodo inevitable de epílogo», aun estando «la Constitución promulgada, con el imperio de leyes transitorias de defensa del régimen», como había sucedido en otras democracias de postguerra. Amparándose en que todavía estaban discutiendo la Carta Magna, concluyó que no había garantías constitucionales, solamente una «plenitud de poder» del Gobierno imperativa porque los órganos policiales no habían sido «fortalecidos y reformados».⁷ La reorganización proyectada por Maura, sin embargo, no contemplaba la reestructuración de la Guardia Civil.⁸

EN DEFENSA DE LA REPÚBLICA

El lenguaje securitario del Gobierno se transformó al alterarse su composición. El 14 de octubre Alcalá Zamora y Maura fueron reemplazados por dos republicanos izquierdistas, Manuel Azaña y Santiago Casares Quiroga. Su primera disposición fue, precisamente, un proyecto de Ley de Defensa de la República que autorizaba al Ejecutivo a implementar medidas de emergencia que ponían en entredicho los

⁶ *Diarios de las Sesiones de Cortes Constituyentes (DSCC)*, n.º 10, 28-7-1931, 171-72.

⁷ *DSCC*, n.º 18, 11-8-1931, 349-51.

⁸ Miguel Maura, *Así cayó Alfonso XIII...* (Barcelona: Ariel, 1962), 206.

derechos cívicos.⁹ Pese a ello, el liberal-conservador Ángel Ossorio reconoció que era menos arbitraria y peligrosa que el Estatuto Jurídico de Plenos Poderes, sancionado el 14 de abril, aunque lamentó la imposibilidad de recurrir las sanciones ante los tribunales.¹⁰

Azaña construyó un nuevo discurso gubernativo amplificando una prognosis preexistente: la defensa de la República. Su diagnóstico era que el Ejecutivo carecía de recursos para protegerse de los «pequeños enemigos de la República». La norma era necesaria para salvaguardar el régimen y sancionar a aquellos funcionarios monárquicos que exhibieran esa pasividad que no constituía falta ni delito. El presidente prometió, además, que no afectaría a las «luchas sociales legítimamente planteadas», únicamente a aquellas que coadyuvaran a esa «maniobra antirrepublicana» derechista que pretendía destruir la República identificándola con la anarquía, diferenciando implícitamente entre protestas aceptables –socialistas– e inaceptables –anarquistas–. Para terminar, resaltó la benignidad de las penas asegurando que eran, en comparación con los tradicionales consejos de guerra, simples «medidas de policía». Este proyecto sería ratificado con solo seis votos contrarios, demostrando con rotundidad la fuerza del Gobierno.¹¹

La Guardia Civil era la policía más controvertida por las víctimas que originaba al contener las protestas valiéndose de procedimientos y armas militares. Su futuro se discutió en enero de 1932 tras dos enfrentamientos mortales con los socialistas en Castilblanco y Arnedo, cuya minoría debatió seriamente su sustitución por otro cuerpo que empleara «procedimientos menos salvajes». ¹² La causa del desorden era para ellos la miseria del pueblo trabajador y los responsables los caciques y la «Benemérita», una institución monárquica y represiva que protegía sus intereses. El radical-socialista Eduardo Ortega y Gasset demandó su completa desmilitarización para quitarle ese «aspecto de ejército de ocupación». ¹³ El socialista Amós Sabrás exigió procesar a los culpables, evitando responsabilizar al Instituto como reclamaba Azaña,

⁹ Francisco Fernández Segado, «La defensa extraordinaria de la República», *Revista de Derecho Político* 12 (1981-1982): 114-19.

¹⁰ *DSCC*, n.º 59, 20-10-1931, 1839-40.

¹¹ *DSCC*, n.º 59, 20-10-1931, 1842-51.

¹² Juan-Simeón Vidarte, *Las Cortes Constituyentes de 1931-1933. Testimonio del Primer Secretario del Congreso de Diputados* (Barcelona: Grijalbo, 1976), 301.

¹³ *DSCC*, n.º 93, 5-1-1932, 2995-97.

pero advirtió que si se negaba a colaborar y se divorciaba del pueblo, triunfaría la «soberanía nacional».¹⁴

Un régimen circundado de enemigos

El estallido de la primera insurrección anarcosindicalista dio una dimensión desconocida al enemigo libertario en el marco gubernativo. Azaña la categorizó como un «movimiento revolucionario» que pretendía «derribar la República», auxiliado por «poderosos enemigos» –monárquicos, supuestamente–. Aquel que participase sería castigado como «el mayor enemigo de España y de la República», porque el incumplimiento de un convenio colectivo no daba derecho a rebelarse: el que lo hace «no es un ciudadano que usa de su derecho, no es un huelguista; es un rebelde y un insurrecto». En consecuencia, no concedería más de quince minutos al Ejército para sofocar la revuelta, ni toleraría que la República se deshonrara consintiendo unos desmanes que permitieran divulgar que estaba «unida del brazo del desorden».¹⁵ El antagonista exterior lo identificaría Casares al informar que una radio moscovita había comunicado que los «hermanos soviéticos de España» luchaban por instaurar una «republica comunista». No obstante, este recurso demonizador inspirado en el tópico conservador del Red Scare no volvería a ser utilizado prácticamente por este gabinete.¹⁶

Más peligroso resultó el pronunciamiento del general Sanjurjo de 10 de agosto de 1932. Azaña lo definió como un «movimiento monárquico contra la República», no solamente contra el Gobierno, cuya finalidad era demolerla pretendiendo salvarla para precipitar una «restauración monárquica» o una «Dictadura de la espada». El presidente encareció el «espíritu cívico» de los policías de Asalto, además de la disciplina y «lealtad al régimen» de la Benemérita. Prometió mayor severidad contra sus enemigos, «sin salirnos un milímetro de la ley», para que no confundieran el «sentimiento benignamente humanitario» de la República con «flaqueza del Estado». Su derrota se había debido, sin embargo, a la «reacción del pueblo», que compartía así escenario con el Gobierno; debía saberse que «detrás de nuestros corazones están los organismos del Poder público» y, tras estos, «el pueblo español, férvidamente republicano, resuelto a no dejarse

¹⁴ DSCC, n.º 94, 6-1-1932, 3016-18.

¹⁵ DSCC, n.º 103, 21-1-1932, 3321-23.

¹⁶ DSCC, n.º 114, 10-2-1932, 3725.

quitar la República por nadie». ¹⁷ La sublevación, en definitiva, había demostrado la «salud moral de las instituciones republicanas», que habían sabido purgarse de esos «gérmenes dañinos» y «curarse de los restos flotantes del régimen antiguo». ¹⁸

La Guardia de Asalto pudo afrontar la «Sanjurjada» porque previamente había recibido armamento bélico para reprimir insurrecciones en puesto de la Guardia Civil. La legitimidad resultante de dicha victoria permitió al Gobierno sancionar dos reformas más. De un lado, profundizó la subordinación al poder civil de la Guardia Civil y los Carabineros, que dejaban de depender parcialmente del Ministerio de Guerra para supeditarse totalmente a los de Gobernación y Hacienda. De otro, intensificó la descentralización estatal al aprobarse el Estatuto de Autonomía de Cataluña, que prescribía el traspaso de servicios policiales al gobierno regional –la Generalitat–. Este proceso se completaría el año siguiente con la reorganización de la Benemérita, que simplificaría su organización burocrática, racionalizaría su distribución territorial y reduciría su autonomía, aunque no modificaría su repertorio coercitivo castrense. ¹⁹

EL DESPRESTIGIO DE LA GUARDIA DE ASALTO

El Ejecutivo aprovechó la Ley de Presupuestos para constituir el Cuerpo de Vigilantes de Caminos y disolver el Cuerpo de Policía Local, fundado en junio de 1931, que quedaba reabsorbido por el rebautizado «Cuerpo de Investigación y Vigilancia». ²⁰ Casares explicó que el propósito gubernamental había sido forjar «una fuerza vigorosa, enérgica y, sobre todo, ágil, cuyas intervenciones fueran infinitamente menos duras y cruentas»; la Guardia de Asalto significaba, pues, «un paso en sentido izquierdista». El incremento del presupuesto criticado por la oposición era debido a la contratación de 5.000 guardias para extenderla por las ciudades y generalizar sus adelantos en el «Cuerpo de Seguridad y Asalto». El ministro también reconoció que urgía reformar la Guardia Civil porque, considerando su disciplina e instrumental, era

¹⁷ DSCC, n.º 215, 10-8-1932, 7812-17.

¹⁸ DSCC, n.º 216, 11-8-1932, 7837-38.

¹⁹ Vaquero Martínez, «Entre la republicanización», 83-85.

²⁰ Palacios Cerezales, «Ansias de», 616-17.

«forzosamente cruenta su intervención». Asimismo, aseguró no haber tenido tiempo para desarrollar la policía científica, aunque preguntó a la cámara qué prefería, «que nos entretuviéramos en la investigación de trapos encontrados en la calle, o que nos defendiéramos del enemigo». Se excusó recordando que la República francesa llevaba décadas formando funcionarios que modernizaran el Estado pero presumió del laboratorio de la Escuela de Policía, que estaba pretendidamente «a la altura de cualquier Policía europea».²¹

En enero de 1933 el prestigio de la Guardia de Asalto se desplomó durante la segunda insurrección anarquista: en la aldea de Casas Viejas, sus hombres incendiaron una choza con numerosos rebeldes dentro y ejecutaron a doce paisanos. En respuesta, los radicales pasaron a nutrir la coalición opositora para propiciar la dimisión del Gobierno. Rafael Guerra del Río aseveró que generalmente los policías se limitaron a defenderse y condenó la «política de represión» del Ejecutivo, acusándole de transmitir órdenes draconianas a una «fuerza bisoña». Eduardo Barriobero arguyó que los anarquistas no eran «enemigos de la República», sino de un «orden republicano» que les reprimía como el monárquico y violaba sus derechos. El diputado federal denunció al gabinete por criminalizarlos etiquetándolos como «extremistas», inventar complotos para encerrarlos y utilizar «procedimientos terroristas».²² Por su parte, el general Fanjul, monárquico autoritario, culpando igualmente al Gobierno, trazó una analogía con las guerras marroquíes al describir el pueblo como una pequeña «Kudia Tahar».²³

Cuando ya no pudo negar los fusilamientos, Azaña desmintió que ellos los hubieran mandado o encubierto. Más aun, culpabilizó a sus subalternos por excederse en el cumplimiento de sus órdenes y ocultar las ejecuciones, atribuyéndolo a un absurdo «principio de autoridad» todavía vigente porque no había penetrado en el Estado el «espíritu nuevo de la República». Todo finalizó con la ratificación de una moción de confianza que comportaba, según Ángel Galarza, un respaldo de todas sus políticas, porque solo habría orden público con reformas que beneficiaran a «aquellos en cuyo favor hay que hacer la revolución».²⁴

²¹ *DSCC*, n.º 274, 13-12-1932, 10127-30.

²² *DSCC*, n.º 287, 1-2-1933, 10866-71.

²³ *DSCC*, n.º 300, 23-2-1933, 11416-17.

²⁴ *DSCC*, n.º 312, 16-3-1933, 11871-78.

LA CODIFICACIÓN DEL ORDEN PÚBLICO REPUBLICANO

El 28 de julio fue sancionada una nueva Ley de Orden Público que concretaba las atribuciones extraordinarias del Ejecutivo, el cual podría restringir las libertades ciudadanas mediante la declaración de tres estados excepcionales: prevención, alarma y guerra.²⁵ Durante el debate, Antonio Royo Villanova culpabilizó al gabinete por no garantizar al derecho a vivir, vulnerar la libertad de las «personas decentes» a portar armas y no proteger los mítines conservadores de las agresiones izquierdistas. Según el diputado agrario, la norma era arbitraria, antidemocrática y peor que su antecesora de 1870 porque prorrogaba el concepto de orden público del anteproyecto de Primo de Rivera. La única solución, una «buena Policía» que desarmara a las «cábilas». Eduardo Ortega denunció que era incluso más represiva con las organizaciones obreras que su predecesora y preguntó a los socialistas si no temían sufrirla cuando abandonaran el Gobierno, como efectivamente sucedería. José Antonio Balbontín argumentó que aquel proyecto, cuyos métodos eran «prácticamente fascistas», constituiría un instrumento de defensa de los intereses de la «clase dominante» aplicado brutalmente por la Guardia Civil y la fuerza de Asalto.²⁶

Casares justificaba dicho texto argumentando que la norma de 1870 impedía prevenir los conflictos, no confería las facultades necesarias en régimen de normalidad ni delimitaba correctamente las diferentes jurisdicciones, motivando que continuamente fuera promulgado el estado de guerra e interviniera el Ejército. Aquella ley resolvía todos estos problemas y posibilitaba, además, abortar los desórdenes de manera «poco cruenta» gracias a la gradación de los estados de emergencia. Aun así, la oposición denunció que podía aplicarse sin cancelar las garantías constitucionales, a diferencia de la anterior, y que realmente todos los estados suspendían derechos, no únicamente los de alarma y guerra; la mayoría rebatió que prohibir la cancelación eventual de dichas garantías supondría retornar a la Monarquía, cuando nunca estaban vigentes.²⁷ Para concluir, no obstante las muchas enmiendas presentadas por los «jabalíes» con intenciones declaradamente

²⁵ *Gaceta de Madrid*, n.º 211, 30-7-1933, 682-99.

²⁶ *DSCC*, n.º 360, 27-6-1933, 13653-59, 13663-69.

²⁷ *DSCC*, n.º 368, 11-7-1933, 13983-85, 13990-93.

obstruccionistas, una reunión con la comisión redactora facilitaría que todos los artículos fueran aprobándose con escasas modificaciones.²⁸

CONCLUSIÓN

Durante la Segunda República existía la creencia de que la seguridad no podía administrarse como antes, sino que debía hacerse de manera adecuada al nuevo contexto democrático. Sin embargo, no logró alcanzarse un acuerdo respecto al equilibrio entre autoridad y libertad por la concepción excluyente de la democracia imperante en aquella época. El bloque mayoritario legitimó los poderes extraordinarios del Gobierno porque concebía como peligroso el reconocimiento de los derechos de aquellos que identificaba como enemigos de la República, mientras que la coalición opositora no aceptó que para garantizarlos era necesario salvaguardar el régimen ni reconoció los de sus adversarios. Tanto los gobernantes como multitud de diputados consideraban indispensable desmilitarizar, profesionalizar y democratizar el aparato policial. El problema fue que propusieron multitud de marcos con diferentes diagnósticos, soluciones, protagonistas y antagonistas, sin que ninguno se erigiera como hegemónico. Desde el Ejecutivo se elaboraron dos discursos: uno de plenos poderes que limitó la reforma a la creación de la Guardia de Asalto; otro de defensa de la República que contemplaba una renovación de la Guardia Civil, que finalmente no modificó su repertorio coercitivo. Los socialistas defendieron su humanización pero también su disolución, los liberales se preocuparon más por la autonomía judicial, las derechas se limitaron a equiparar el régimen con la anarquía y la extrema izquierda exigió democratizar el Estado, aunque negó valor alguno a las reformas gubernativas. Los gobiernos, en definitiva, fueron incapaces de articular un marco aceptable para el grueso de los parlamentarios que les proporcionara la legitimidad que requerían para desarrollar su proyecto de modernización policial.

Bibliografía

²⁸ *DSCC*, n.º 375, 21-7-1933, 14328-64; *DSCC*, n.º 376, 25-7-1933, 14372-408.

- Ballbé, Manuel. Orden público y militarismo en la España constitucional (1812-1983). Madrid: Alianza, 1985.
- Blaney, Gerald, Jr. «Keeping Order in Republican Spain, 1931–36». En *Policing Interwar Europe: Continuity, Change and Crisis, 1918–40*, editado por Gerald Blaney, Jr., 31-68. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- Della Porta, Donatella. «Protest, Protesters, and Protest Policing: Public Discourses in Italy and Germany from the 1960s to the 1980s». En *How Social Movements Matter*, editado por Marco Giugni, Doug McAdam y Charles Tilly, 66-95. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- Fernández Segado, Francisco. «La defensa extraordinaria de la República». *Revista de Derecho Político* 12 (1981-1982): 105-35.
- González Calleja, Eduardo. En nombre de la autoridad: La defensa del orden público durante la Segunda República española (1931-1936). Granada: Comares, 2014.
- Maura, Miguel. Así cayó Alfonso XIII... Barcelona: Ariel, 1962.
- Palacios Cerezales, Diego. «Ansias de normalidad. La policía y la República». En *Palabras como puños: La intransigencia política en la Segunda República española*, editado por Fernando del Rey, 596-646. Madrid: Tecnos, 2011.
- Snow, David A., E. Burke Rochford, Jr., Steven K. Worden y Robert D. Benford. «Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation». *American Sociological Review* 51, n.º 4 (1986): 464-81.
- Snow, David A. y Robert D. Benford. «Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization». En *From Structure to Action: Social Movement Participation Across Cultures*, editado por Bert Klandermans, Hanspeter Kriesi y Sidney Tarrow, 197-217. Greenwich: JAI Press, 1988.
- Vaquero Martínez, Sergio. «De la ebullición a la contrarrevolución. Los significados del orden público en los libros de los gobernantes de la Segunda República española, 1931-1936». *Espacio*,

Tiempo y Forma. Serie V, Historia Contemporánea 28 (2016): 187-213.

Vaquero Martínez, Sergio. «Entre la republicanización y la militarización. Las transformaciones de las fuerzas policiales en la Segunda República española, 1931-1936». *Ler História* 70 (2017): 79-92.

Vidarte, Juan-Simeón. *Las Cortes Constituyentes de 1931-1933: Testimonio del Primer Secretario del Congreso de Diputados*. Barcelona: Grijalho

MERGING INCOMPATIBILITIES: SOCIAL AND NATIONAL DIVERSITY IN FIRST YUGOSLAVIA

BILJANA STOJIC¹

Abstract:

In the paper, we are dealing with social and national problems within First Yugoslavia (1918–1941). We choose to closely examine problems of nationalities and ethnic tension which caused politic and social instability during the entire period of the state's existence. The King and governments tried to overcome huge differences among Yugoslav people imposing a centralized system which been replaced with dictatorship (1929–1935). From the beginning, First Yugoslavia dealt with numerous interior and exterior enemies. Over the years along with national tension they weaken the country, undermining its foundation from inside and outside until finally succeeded to abolish it in the Second World War.

Keywords: Kingdom of Yugoslavia; King Alexander; Serbs; Croats.

The idea of gathering all South Slavs into one state started to mature in the first half of the 19th century. In this early phase, the main carriers of the idea were representatives of Romanticism. In Croatia that was the Illyrian movement, while in Serbia the idea was promoted by intellectuals gathered in various Pro-Slav and Pan-Slav societies. In this period the Yugoslav idea wasn't been clearly formulated. Until the beginning of the 20 century, none of protagonists nor in Serbia or

¹ Ph.D. Research Associate, Institute of History (Belgrade, Serbia); E-mail: biljana.stojic@iib.ac.rs.

Croatia didn't have a clear idea how to conduct unification or which South Slavs should be included in such union. For example, some versions mention Bulgaria as a part of future Yugoslavia.²

International recognition of the Yugoslav idea took place in the first decade of the 20 century. The turning event was Annex Crisis 1908–1909. Under the crisis influence for the first time in a diplomatic vocabulary, we're finding a reference of Yugo-Slavism, described as a movement within the Austria-Hungary wishing to reorganize the state as trilateral (Germans, Hungarians and Slavs as equal constructional elements).

The outbreak of the First World War changed the meaning of the term and accelerated maturing of the idea. In the War's beginning, Serbia had just one war goal – to survive ferocious Austro-Hungarian attacks. But, after two victories gained in August and December, Serbian policymakers started to contemplate other war goals. The idea of unification of Serbs with Austro-Hungarian's South Slavs appeared for the first time in the Niš Declaration voted on 7th December 1914 by National assembly. This was the first official document mentioning Yugoslavia. The unification was stated as an ultimate war goal, but the idea itself wasn't been thoroughly explained. What is interesting regarding Niš Declaration was the fact that first version didn't mention Slovenes as part of future Yugoslavia, only after interference of Slovenian intellectuals living in exile Slovenia been added into the final document. Much clearer and more elaborate the Yugoslav idea was presented in the Corfu declaration adopted in July 1917 at Greek island Corfu where Serbian government been in exile from January 1916. This declaration has been signed by Serbian Prime minister Nikola Pašić and Ante Trumbić, Croatian exile and President of the Yugoslav Committee.³ The declaration dealt with many questions: official name and alphabet(s), difference in religions, minorities, etc., but the main issue left unsettled – ruling system. After the War, the Corfu declaration was considered a main theoretical base for Yugoslavia's creation. Proclamation of the Kingdom of Serbs, Croats and Slovenes was announced on 1st December 1918, the only month after the victory

² Jaroslav Šidak, *Hrvatski narodni preporod – ilirski pokret*, (Zagreb: Školska knjiga, 1990), 112-78; Slavenko Terzić, «O istočnom i zapadnom panslavizmu (u 19. i početkom 20. veka)». *Istorijski časopis* 53 (2006): 317-32.

³ Yugoslav Committee was founded in 1915 in London and financially supported by Serbia's government.

gained at Thessaloniki front and liberation of Serbia.⁴ Regardless all propaganda work conducted during the War unification of South Slavs was done in a haste, without further discussion.⁵ Opponents never missed the opportunity to underline that such unification was the main stumbling stone for first Yugoslavia to become a prosperous state. In 1929 the State SHS changed the name into the Kingdom of Yugoslavia.⁶

In 1921 the State SHS stretched to 248.666 km² while after 1924 and Rome's agreement its territory been reduced to 247.542 km². It was a multinational country of 13,934.038 citizens (1931) but only three nations were considered constitutional: Serbs (including Montenegrins, Macedonians, and Muslims), Croats and Slovenes. Accordingly, Serbian, Croatian and Slovenian were official languages and all documents were issued in all three. Other nations and ethnic groups (over 20 of them, 17% of total population been non-Slavic) were recognized only in linguistic terms, while previous regional or historical particularities been neglected.⁷

The foundation of the new state was predominantly Serbian since Serbia along with Montenegro contributed the most to the final victory in the Great War and accordingly to the international acknowledgement of Yugoslavia.⁸ USA was the first great power which in February 1919 recognized the legitimacy of the State SHS. After many dilemmas and discussions, other Great powers have done it during summer. Despite the fact it was considered the main Serbia's war ally, especially after Bolshevik revolution and disappearance of Tsarist Russia, France opposed to South Slavs unification harshly. In order to keep a balance of power in Central Europe, Georges Clemenceau was enduring, until

⁴ Petar Opačić, *Srbija, Solunski front i ujedinjenje 1918* (Novi Sad and Beograd: Prometej and Radio-televizija Srbije, 2018), 552-64; Luj Franše D'Epere, *Memoari: Solunski front, Srbija, Balkan, Centralna Evropa 1918–1919* (Novi Sad: Prometej, 2018), 82-147.

⁵ Djordje Stanković, *Nikola Pašić i jugoslovensko pitanje*, II (Beograd: BIGZ, 1985), 11-199; Branislav Gligorijević, *Kralj Aleksandar Karađorđević: srpsko-hrvatski spor* (Beograd: Zavod za udžbenike, 2002), 7.

⁶ *Résultats définitifs du Recensement de la population du 31 Janvier 1921* (Sarajevo: Imprimerie National, 1932), V–VI; *Résultats définitifs du Recensement de la population du 31 mars 1931, livre I, Population de fait, nombre de maisons et de ménages* (Beograd: Imprimerie National, 1937), V–VII.

⁷ Stanislav Sretenović, *Francuska i Kraljevina Srba, Hrvata i Slovenaca 1918–1929* (Beograd: Institut za savremenu istoriju, 2008), 102.

⁸ Branislav Gligorijević, «Srpski politički faktor u stvaranju Jugoslavije 1918. Godine», *Istorijski časopis* 7 (1989): 197-203.

the last moment, in the idea to preserve smaller Austria-Hungary. But, after Habsburg Empire collapsed from inside Clemenceau accepted the creation of Yugoslavia and other Austro-Hungarian successors-states as fait accompli.⁹

Almost the entire state's organization was fashioned by Serbia's pre-war model. At the state's head was Serbian dynasty Karadjordjević, the adopted currency was Serbian dinar, the capital was Belgrade, Yugoslav army was organized by Serbia's standards, etc.¹⁰ In the debate regarding polity the king Alexandre I and Serbian officials gave an advantage to Unitarianism over the federal or co-federal system because they believed in the idea that Serbs, Croats and Slovenes are parts of same larger people only having three different names. The King and first Yugoslav Prime minister Nikola Pašić anticipated that firm centralization will enhance unison among people in order to merge constitutional nations and all minority groups into one coherent nation – Yugoslavs.¹¹

Not for long, this idea turned into utopia and disappointment for some of the most prominent Yugoslavia's policymakers. That was the case with Ante Trumbić, first Yugoslav Minister for foreign affairs. In 1932 he gave an interview for the British public in which he stressed different historic heritage of Serbia and Croatia as a main division point: «South Slavs settled at the Balkan Peninsula 13 centuries ago, throughout that entire time Serbia and Croatia didn't live together, didn't share same legislative system or ever been in some kind union. Serbia lived under the patronage of the Byzantium Empire, after it within Ottoman Empire; while Croatia been influenced by the West, lived independently, then in union with other Slavic, German, Hungarian and Latin people under the supremacy of Habsburg Dynasty.» Trumbić emphasized that in making Yugoslavia Serbian policymakers neglected many differences, instead tried to find the middle ground between people imposed its hegemony.¹² In period 1929–1935 hatred toward

⁹ Rémy Porte, *Chronologie commentée de la Première Guerre mondiale* (Paris: Perrin, 2011), 589; Pierre Vallaud, *14–18 La première guerre mondiale* (Paris: Acropole, 2011), 454.

¹⁰ Stanković, *Nikola Pašić i jugoslovensko pitanje*, II, 202-33.

¹¹ Gligorijević, *Kralj Aleksandar Karađorđević: srpsko-hrvatski spor*, 243-60.

¹² Dragan Aleksić, *Država i privreda u Kraljevini SHS: nacrt privrednog plana sa investicionim programom Kraljevine Jugoslavije* (Beograd: Institut za noviju istoriju Srbije, 2010), 25.

state reached the highest level, especially in Croatia where been called «Great Serbian hegemony».¹³ Other Yugoslavia's opponents, such as Stjepan Radić, republican and leader of Croatian Peasant Party, were less subtle. For Radić the fundamental difference between Serbs and Croats was their religion. Radić was tying Croatian political and national identity to Catholicism, and on the opposite Serbian identity identified with the Orthodox Church. For Radić Catholicism was a symbol for modernity and civilization while Orthodoxy for him was equal to primitivism and backwardness of every sort.¹⁴

At the state's beginning, Radić was in the minority, by the time these and similar criticism aggravated due to political and crisis in economy. One of the biggest problems was huge inequality among regions. During the First World War Serbia and Montenegro been completely devastated equally in agriculture and industry sectors, while Austro-Hungarian's parts get out of the war with almost intact infrastructure and economy. For example, in 1919 Serbia had only 70 factories mostly demolished while at the same time Slovenia had 960, most of them were very lucrative working for various army sectors during the War.¹⁵ Another fact, as victorious states Serbia and Montenegro had rights on war reparations, while Vojvodina, Croatia, Dalmatia, Slovenia, Bosnia and Herzegovina as parts of defeated Austria-Hungary took a share of its war debt. Once united Yugoslavia become at the same time victorious and defeated country. In order to overcome huge differences, the Government tried to balance development mainly with a redistribution of agricultural funds and livestock from Croatia and Slovenia to Serbia, Macedonia, Kosovo and Montenegro.¹⁶ But, Croats and Slovenes saw those measures not as support but as a punishment and collecting war debt from its own people. Long term these inequalities increased mistrust among people. For the entire period, Macedonia and Kosovo remained the most undeveloped parts of the state while Croatia and Slovenia were the most industrialized. The same applied for qualified workers or for the level of

¹³ Ivana Dobrivojević, *Državna represija u doba diktature kralja Aleksandra 1929–1935* (Beograd: Institut za savremenu istoriju, 2006), 10.

¹⁴ Ivan Mužić, *Stjepan Radić u Kraljevini Srba, Hrvata i Slovenaca* (Zagreb: Hrvatsko književno društvo Ćirilija i Metoda, 1987), 13.

¹⁵ Dobrivojević, *Državna represija u doba diktature kralja Aleksandra 1929–1935*, 36.

¹⁶ Dobrivojević, *Državna represija u doba diktature kralja Aleksandra 1929–1935*, 36.

education. For example, in Slovenia over 90% of the population were literate, while in Serbia that percentage never went over 50% and that applies for the 1930s.¹⁷

Hand by hand with feeble economy went political instability. Just in the first decade, 25 governments have been changed. Besides economy main reason for instability were relations among nationalities. The situation aggravated with the rise of three irredentist movements: IMRO (Internal Macedonian Revolutionary Organization), Communist Party of Yugoslavia (KPY) and Ustashi movement. IMRO was the oldest organization, founded on 1893 in Ottoman Empire. At the start, IMRO fought for Macedonia's autonomy within the Ottoman Empire, later on tied up closely with Bulgaria. After 1918 the main cause for IMRO was to change borders and make Macedonia whole again i.e. to unite Vardar (Yugoslavia), Aegean (Greece) and Pirin (Bulgaria) Macedonia, preferably with Bulgaria. The State SHS signed in 1923 the agreement in Niš with Bulgaria in which Bulgarian Prime minister Alexander Stamboliyski promised to suppress all IMRO's terrorist activities. Niš Agreement only pushed IMRO into exile where they found mutual interests with Ustashi.¹⁸ Ustashi movement started as anti-state movement preaching for independent Croatia. The movement became stronger with Dictatorship in 1929 and the rise of Nazism in Germany in the early 1930s. Been active mostly in exile, with support of Italy and Hungary been organized training camps for its members and planning actions. KPY of Yugoslavia was founded in 1919, but been forbidden already in 1921. King Alexandre personally considered Communists as Yugoslavia's the most dangerous enemy and enforced ferocious repression against members of even just sympathizers of KPY.¹⁹

Ideologically all three organizations were completely opposite but they shared one mutual interest – from all of them Yugoslavia was artificial creation fashioned in Versailles and as such must be

¹⁷ Mari-Žanin Čalić, *Socijalna istorija Srbije 1815–1941: Upporedni napredak u industrijalizaciji* (Beograd: Clio, 2004), 282, 289.

¹⁸ Aleksandar Hristov, «Vnešno-političeskiye otnošeniya VMRO (1893–1912)», *Annuaire de la faculté de droit de Skopje* XIV, no. 70 (1969): 25-43.

¹⁹ Kosta Nikolić, *Komunisti u Kraljevini Jugoslaviji. Od socijal-demokratije do staljinizma 1919–1941* (Gornji Milanovac: LIO, 2000), 135-152; Branislav Gligorićević, «Jugoslavenski nacionalizam I komunizam (boljševizam) kao dezintegracioni faktori», in *Evropa i Srbi*, ed. Slavenko Terzić (Beograd: Istorijski institut, 1996), 501-10.

destroyed.²⁰ Planting bombs in institutions, obstruction of railway lines and assassination of officials were dominant activities of all three. Until 1929 the authorities were managing to suppress their activities since didn't been very influential among masses. Imposed dictatorship was a turning point which added fuel into irredentist movements and placed them out of state's control.

The pretext for dictatorship was the assassination in the National Assembly on 20 June 1928 when one member of the Radical party leadership shot five members of Croatian Peasant party, among them Stjepan Radić who died of wounds a month later. To calm upset spirits, on 6 January 1929, the King suspended Constitution.²¹ The act was accompanying with his memorable statement: «We created Yugoslavia, now is the time to create Yugoslavs».²² The dictatorship was accompanied with various repression measures: National assembly was dismissed; all political parties been forbidden; severe censorship of the press, retribution to all state's enemies.²³ Dictatorship period overlapped with a global economic crisis, which affected severely Yugoslavia and its predominantly agricultural economy. People were sinking into deeper poverty and directed its grown anger toward central power. Confronting enemies the state banned prominent leaders of IMRO, Communist party and Ustashi into the exile where cooperation among them was facilitated. Before Marseilles, all three movements had several failed attempts to kill the King.²⁴ Announced visit to France in autumn 1934 gave the opportunity to Ustashi and IMRO to plan together. The assassination of Alexandre I in Marseilles on 9 October 1934 was the beginning of the end for Yugoslavia since the King was the key symbolic figure and crucial cohesive factor of diverse country.²⁵

The ruling was transferred to Alexander's eldest son Peter but since he was minor it was set up a regency under his father's cousin Prince Paul. Inexperienced in governing, Paul had too many problems to deal

²⁰ Bogdan Krizman, *Ante Pavelić i ustaše* (Zagreb: Globus, 1983), 53-41; Nikolić, *Komunisti u Kraljevini Jugoslaviji. Od socijal-demokratije do staljinizma 1919–1941*, 155.

²¹ Dobrivojević, *Državna represija u doba diktature kralja Aleksandra 1929–1935*, 10, 36, 46, 228-235.

²² Gligorijević, *Kralj Aleksandar Karađorđević : srpsko-hrvatski spor*, 315-328.

²³ Ibid, 10.

²⁴ Gligorijević, *Kralj Aleksandar Karađorđević u evropskoj politici*, 290.

²⁵ Ibid, 289-309.

with: Croats, strong Ustashi movement and difficult position in foreign affairs. His main task was to protect Yugoslavia not to fall into another world war. Cvetković-Maček Agreement concluded in 1939 gave Croatia very broad autonomy. In foreign policy, Paul tried to balance between Great Britain and France on one side and Axis powers on the other. He was personally more inclined toward West countries but been restless not getting reassurance against aggressive Italian policy. On 25th March 1941, he joined Yugoslavia to the Berlin Pact believing that is a crucial move which will save Yugoslavia's neutrality. Just two days later under the organization of army and British in Belgrade was conducted the coup d'état which abolished the agreement with Nazi Germany. Mutineers forced Prince Paul to the exile and brought young Peter to power as a king Peter II of Yugoslavia.²⁶ Germany's retribution started on 6th April. After only 11 days Yugoslavia signed the capitulation while the king and Government fled the country. Yugoslavia was dismembered into occupation zones, while additionally in autumn started a civil war. The war was ended with the defeat of royalists and on 29 November 1945 proclamation of the Federal People's Republic of Yugoslavia at the head with Communist leader Josip Broz Tito.

Bibliography

Aleksić, Dragan. *Država i privreda u Kraljevini SHS: nacrt privrednog plana sa investicionim programom Kraljevine Jugoslavije*. Beograd: Institut za noviju istoriju Srbije, 2010. [State and economy in Kingdom SHS: draft of economic plan with investment program of Kingdom Yugoslavia. Belgrade: Institute for Recent History of Serbia, 2010.]

²⁶ Branislav Gligorijević, *Kralj Petar II Karađorđević u vrtlogu britanske politike ili kako je ukinuta monarhija u Jugoslaviji*, (Beograd: Zavod za udženike i nastavna sredstva, 2002), 10-14.

- Čalić, Mari-Žanin. *Socijalna istorija Srbije 1815–1941: Uporedni napredak u industrijalizaciji*. Beograd: Clio, 2004. [Serbia's Social history 1815–1941. Comparative analysis of progress in industrialization.]
- Dobrivojević, Ivana. *Državna represija u doba diktature kralja Aleksandra 1929–1935*. Beograd: Institut za savremenu istoriju 2006. [Repression of the State during the King Alexandre's Dictatorship 1929–1935. Institute for Contemporary History, 2006.]
- D'Epere, Luj Franše. *Memoari: Solunski front, Srbija, Balkan, Centralna Evropa 1918–1919*. Novi Sad: Prometej, 2018. [Memoires: Thessaloniki front, Serbia, Balkans, Central Europe 1918–1919.]
- Gligorijević, Branislav. *Kralj Aleksandar Karađorđević: srpsko-hrvatski spor*. Beograd: Zavod za udžbenike, 2002. [King Alexandre Karadjordjevic: Dispute between Serbs and Croats.]
- Gligorijević, Branislav. *Kralj Aleksandar Karađorđević u evropskoj politici*. Beograd: Zavod za udžbenike i nastavna sredstva, 2002. [King Alexandre Karadjordjevic in the European politics.]
- Gligorijević, Branislav. *Kralj Petar II Karađorđević u vrtlogu britnske politike ili kako je ukinuta monarhija u Jugoslaviji*. Beograd: Zavod za udžbenike i nastavna sredstva, 2002. [King Peter II Karadjordjević in whirlpool of British policy or how is abolished Monarchy in Yugoslavia.]
- Gligorijević, Branislav. «Srpski politički faktor u stvaranju Jugoslavije 1918. Godine». *Istorijski časopis* 7 (1989): 197-203. [«Serbian political factor in Yugoslavia's making 1918». *Historical Review* 7 (1989): 197-203.]
- Gligorijević, Branislav. «Jugoslovenski nacionalizam I komunizam (boljševizam) kao dezintegracioni faktori». in *Evropa i Srbi*, ed. Slavenko Terzić, 501-10. Beograd: Istorijski institut, 1996. [«Yugoslav nationalism and communism (bolshevism) as disintegration factors». in *Europe and Serbs*. ed. Slavenko Terzić, 501-10. Belgrade: Institute for History, 1996.]

- Hristov, Aleksandar, «Vnešno-političkiye otnošeníya VMRO (1893–1912)», *Annuaire de la faculté de droit de Skopje XIV*, no 70 (1969): 25-43. [Relations inside VMRO (1893–1913).]
- Isić, Momčilo. *Seljaštvo u Srbiji: 1918–1941. Socijalno-ekonomski položaj seljaštva*, knj. I. Beograd: Institut za noviju istoriju Srbije, 2010. [Peasantry in Serbia: 1918-1941. Socio-economic position of peasantry, t. I. Belgrade: Institute for Recent History of Serbia, 2010.].
- Krizman, Bogdan. *Ante Pavelić i ustaše*. Zagreb: Globus, 1983. [Ante Pavelic and Ustashi.]
- Mužić, Ivan. *Stjepan Radić u Kraljevini Srba, Hrvata i Slovenaca*. Zagreb: Hrvatsko književno društvo Ćirilija i Metoda. 1987. [Stjepan Radic in the Kingdom of Serbs, Croats and Slovenes.]
- Nikolić, Kosta. *Komunisti u Kraljevini Jugoslaviji. Od socijal-demokratije do staljinizma 1919–1941*. Gornji Milanovac: LIO, 2000. [Communists in Kingdom Yugoslavia. From social-democracy until Stalinism 1919–1941.]
- Porte, Rémy. *Chronologie commentée de la Première Guerre mondiale*. Paris: Perrin 2011.
- Résultats définitifs du Recensement de la population du 31 Janvier 1921. Sarajevo: Imprimerie National, 1932.
- Résultats définitifs du Recensement de la population du 31 mars 1931, livre 1. Population de fait, nombre de maisons et de ménages. Belgrade: Imprimerie National, 1937.
- Šidak, Jaroslav. *Hrvatski narodni preporod Ilirski pokret*. Zagreb: Školska knjiga, 1990. [Croatian people's renaissance in Illyrian movement.]
- Sretenović, Stanislav. *Francuska i Kraljevina Srba, Hrvata i Slovenaca 1918–1929*. Beograd: Institut za savremenu istoriju, 2008. [France and Kingdom of Serbs, Croats and Slovenes 1918–1929. Belgrade: Institute for Contemporary History 2008.]
- Stanković, Djordje. *Nikola Pašić i jugoslovensko pitanje. I–II*. Beograd: BIGZ 1985. [Nikola Pasic and Yugoslav Question.]

- Terzić, Slavenko. «O istočnom I zapadnom panslavizmu (u 19. I početkom 20. veka)». Istorijski časopis 53 (2006): 317-32. [«About Eastern and Western Pan Slavism (in the XIX and the Beginning of the XX Century)», Historical Review 53 (2006): 317-332.]
- Vallaud, Pierre. 14–18 La première guerre mondiale. Paris: Acropole, 2011

MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA CONTRA OPRESSÕES DE CLASSE, GÊNERO E RAÇA: ENTRE O ANARQUISMO E A FORMALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

RAFAELA CYRINO¹

Resumo:

Este paper investiga as maneiras pelas quais os movimentos sociais de diversos segmentos têm enfrentado as opressões de gênero, raça e classe a partir do relacionamento que estes estabelecem com o Estado. Para a elaboração do estudo, realizou-se uma pesquisa de campo, na cidade de Uberlândia (Brasil), baseada em entrevistas aprofundadas com as principais lideranças de diversos segmentos de luta social: movimento estudantil, movimento feminista, movimento negro, movimento de luta pela terra, movimento de luta pela moradia. Levando-se em conta que os movimentos sociais estabelecem, com o Estado, uma relação permeada por contradições, optou-se por comparar os chamados «coletivos sociais» com os movimentos sociais mais estruturados, do ponto de vista institucional. Por um lado, movimentos sociais mais institucionalizados, na busca de financiamentos para as suas ações, estabelecem relações com o Estado em que este normatiza, em maior ou menor grau, os seus ordenamentos, ações e estratégias, o que leva muitas vezes a situações de extrema dependência do poder estatal, com prejuízo do trabalho de formação política. Por outro lado, os coletivos sociais, de inspiração anarquista, os quais

¹ Professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (Brasil).

procuram, através da experiência da autogestão, conquistar uma relativa autonomia em relação ao Estado, demonstraram maior capacidade de investir em ações de formação política, as quais projetam o movimento para «fora» dos limites normativos do poder estatal.

Palavras-chave: movimentos sociais; Estado; anarquismo.

Esta pesquisa, que tem como objetivo central investigar, a partir da categoria da contradição, a relação que os movimentos sociais estabelecem com o Estado, foi realizada na cidade de Uberlândia, situada no Estado de Minas Gerais (Brasil). Uberlândia, segunda maior cidade do Estado, possui uma história fortemente vinculada à luta pela terra na região, fortemente marcada pela presença de grandes latifundiários e do poder econômico de seus proprietários rurais que, tradicionalmente, ocupam espaços de poder político municipal, estadual e nacional. A importância da luta pela terra na região explica, entre outros, porque o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), principal interlocutor com o poder estatal nesta luta, exerce, sobretudo nos anos 80 e 90, uma influência importante na conformação dos movimentos sociais da região.

De fato, a pesquisa revelou que o MST exerce, ainda hoje, uma influência, conceitual, programática e metodológica, nos movimentos sociais pesquisados. A pesquisa comprovou, por exemplo, que a mística, originária do MST, é praticada por outros segmentos de movimentos sociais de luta urbana, como o caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e do Levante Popular da Juventude (segmento do movimento estudantil). De acordo com Fabiano Coelho (2010),² a metodologia da mística, originária do MST, foi desenvolvida inicialmente pelos agentes religiosos que prestavam assessoria ao movimento (o MST), tornando-se um elemento importante no processo de formação política da militância.

Um dos membros do MTST após afirmar que a Mística é uma noção fundamental nos movimentos sociais brasileiros, tendo um papel importante na conformação de suas identidades políticas, explica:

O que chamamos de mística é um processo de ritualização da política. A mística surge no MST, nas comunidades eclesiais de base,

² Fabiano Coelho, «A prática da mística e a luta pela terra no MST» (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, 2010).

tem origem na Igreja Católica, nas pastorais, era o espaço de representação e pedagogia, era como ilustrar para o sujeito subalternizado questões mais fundamentais como coletividade, identidade de grupo (Entrevista 2).

Há que se destacar ainda, nos movimentos sociais de Uberlândia, o papel e a influência dos setores de esquerda da Igreja Católica, a partir do trabalho das pastorais e das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base), as quais possuem uma função formativa e organizativa no processo de politização dos movimentos sociais e na conformação de projetos políticos populares, centrados nas necessidades e na condição de vida da população da periferia.

A influência da doutrina social da igreja pode ser observada, por exemplo, no caso do Levante Popular da Juventude, uma corrente do movimento estudantil que surgiu a partir de um acampamento do MST em 2006. Esta matriz referencial oriunda do MST conforma o coletivo de tal modo que o Levante, mesmo fazendo parte do movimento estudantil, organiza-se a partir de três campos de atuação: frente estudantil, frente territorial e frente camponesa. Há, portanto, na concepção do Coletivo Levante elementos norteadores e diretrizes que foram elaboradas a partir da construção de um projeto popular que lança o movimento para fora dos muros da universidade.

É importante ressaltar que, mesmo que a maior parte dos movimentos sociais dirija demandas ao Estado, esta relação «reivindicativa» não é obrigatória, pois alguns movimentos sociais, como certas correntes anarquistas, se recusam a estabelecer qualquer tipo de relação com o Estado e não demandam nem reconhecimento e nem direitos a serem «concedidos» pela esfera estatal. Rob Sparrow (2009),³ autor que faz parte do campo anarquista, esclarece, entretanto, que a atitude de negação de qualquer relação com o Estado, considerada muitas vezes como definidora do anarquismo, não é, de fato, consensual neste campo político. Posicionando-se a favor do anarquismo que chama de revolucionário, Sparrow critica o que chama de um setor anarquista e utópico que nada propõe para enfrentar as penúrias concretas e atuais da população e argumenta:

³ Rob Sparrow, *Política anarquista e ação direta* (São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2009), disponível em <https://www.anarquista.net/wpcontent/uploads/2013/08/Rob-Sparrow-politica-anarquista-e-a7c3%a7c3%a3o-direta.pdf>.

A tradicional hostilidade anarquista em relação ao Estado deve ser revista por meio do reconhecimento de que, enquanto ele continuar a existir, será um importante terreno para a luta de classes. Se rejeitarmos os esforços para pressionar o Estado, podemos estar sendo irrelevantes para as necessidades reais de grande parte da sociedade.⁴

Se o anarquismo não é sinônimo nem de espontaneísmo, nem de falta de organização,⁵ nem de rejeição da atuação política dirigida ao Estado, quais seriam as características essenciais que conformam o anarquismo? Ora, pode-se afirmar que o anarquismo, tendo como horizonte o «não-Estado», pressupõe uma ausência de hierarquia entre os membros, o que significa, concretamente, que as decisões, sem serem centralizadas em alguma cúpula detentora de poder, devem ser tomadas de baixo para cima. O anarquismo vai no sentido contrário, portanto, da centralização do poder, da hierarquia, da dominação, da autoridade.

Outra questão importante que conforma o movimento anarquista é a chamada ação direta, definida por Sparrow (2009)⁶ como o método próprio da ação anarquista militante. A ação direta significa a retomada do poder pelas próprias pessoas que participam do movimento, que se empenham em construir algo como um «poder popular», atuando como sujeito de sua própria emancipação.

Embora o anarquismo (e o conseqüente horizonte do «não-Estado») seja uma direção minoritária no campo político da esquerda, é possível considerar que muitos movimentos sociais se inspirem, de alguma forma, nas propostas anarquistas. Isto pode ser observado de várias maneiras: na tentativa do movimento de preservar a sua autonomia, na recusa da hierarquia e do princípio de autoridade, na descentralização das decisões, na opção preferencial pela ação direta e pela autogestão, entre outras.

A pesquisa realizada com os movimentos sociais de Uberlândia evidenciou que alguns movimentos sociais, em particular os chamados coletivos sociais, possuem uma maior proximidade com certas noções e princípios derivados do anarquismo. Na Carta de Princípios do Coletivo Nacional de Juventude Enegrecer, em que o coletivo se posiciona no

⁴ Sparrow, *Política anarquista*.

⁵ Felipe Córrea, *Questões organizativas do anarquismo, Espaço Livre* (2013), acessado 8 maio 2019. <https://bibliotecaanarquista.org/library/felipe-correa-questoes-organizativas-do-anarquismo>.

⁶ Sparrow, *Política anarquista e ação direta*.

campo da democracia socialista, observam-se, entre os princípios norteadores da ação política, algumas noções próprias do campo anarquista, como a luta pela liberdade, assim definida: «Compreendemos liberdade como o ato de governar a própria vida, sem o mando de outros.» Além da ênfase na autogestão, este coletivo também apresenta, entre os seus princípios norteadores, a noção de soberania popular, tão cara ao anarquismo. Na Carta de Princípios lê-se:⁷

O coletivo Nacional de Juventude Enegrecer se soma às forças progressistas no sentido de promover a luta pela efetivação da soberania popular, compreendendo-a como a ação combinada de princípios e formas para aprofundar e maximizar as dimensões práticas de autogoverno fruto das lutas históricas das classes populares e oprimidas com centralidade na população afrodescendente. (Carta de Princípios do Coletivo Nacional da Juventude Enegrecer, 2009)

No caso do Coletivo Enegrecer, a ênfase no autogoverno, na autogestão, na liberdade, na autonomia da juventude negra, na soberania popular, revela a proximidade do coletivo com certas noções anarquistas. Do ponto de vista estratégico, este coletivo se filia a perspectivas políticas que defendem a organização e combatem o que chama de espontaneísmo:

Para que nos constituamos enquanto uma frente de massas o espontaneísmo deve ser combatido, é fundamental que haja ação organizada e planejamento... É preciso ação consciente, planejada, com política e métodos adequados, com comportamento respeitoso e paciência histórica. (Carta de Princípios do Coletivo Nacional da Juventude Enegrecer, 2009)

Para combater o espontaneísmo, o coletivo investe fortemente em uma política de formação voltada para a militância. De fato, a partir das entrevistas realizadas com alguns militantes do Enegrecer e da análise dos documentos coletados na pesquisa de campo, constata-se que o coletivo se organiza a partir de três espaços articulados: o Encontro Nacional, voltado para a discussão da conjuntura e das tarefas a serem priorizadas; a Escola de Quadros, principal espaço de formação política e ideológica da militância; e o Acampamento Nacional, encontro

⁷ A Carta de Princípios do Coletivo Nacional de Juventude Enegrecer foi elaborada em setembro de 2009, tendo sido consultada no dia 15 de novembro de 2019 no seguinte endereço: <https://coletivoenegrecer.files.wordpress.com/2015/01/carta-de-principios-do-coletivo-nacional-de-juventude-enegrecer1.pdf>.

ampliado da militância realizado anualmente. O coletivo se debruça, portanto, para além das lutas sociais concretas, ao investir na formação política da sua militância. Isto exige, certamente, um elevado nível de organização e planejamento.

O coletivo que mais se aproximou do modelo anarquista foi um segmento do movimento estudantil: o Levante Popular da Juventude. De acordo com os militantes entrevistados, o Levante se define como um coletivo de natureza anarquista, baseado na autogestão e na recusa de qualquer tipo de hierarquia. Uma das entrevistadas explica: «O Levante não segue nenhuma organização política. Os objetivos são tirados no acampamento, somos um movimento autônomo, no acampamento tiramos as diretrizes. É a autonomia que gera todo o nosso campo.» Outra militante acrescenta: «Não temos hierarquização. O coletivo se autogere a partir das nossas necessidades.»

O senso de autonomia e independência aparece também, de forma expressiva, no discurso dos entrevistados: «Somos nós por nós. Não dependemos de ninguém. Fazemos tudo, construímos com as nossas próprias mãos, não tem divisão entre base e liderança. Também não esperamos a prefeitura, nos autos organizamos desta forma.»

Uma outra questão que indica uma aproximação do Levante com o anarquismo diz respeito à centralidade da noção de construção de um projeto político popular para o Brasil, elencado como uma pauta prioritária do coletivo. De acordo com uma entrevistada: «Nossa rebeldia é o povo no poder.» Ora, para fazer avançar este projeto entre as massas o coletivo lança mão de uma variedade de estratégias. Com o propósito de chamar a atenção da população, o Levante prioriza, por exemplo, a ação direta, herança do campo anarquista, através do método da agitação e da propaganda.

Um exemplo são os «escrachos», definidos como atos de repúdio social, uma «maneira de entrar em diálogo com a sociedade», dos quais o grupo destaca, nos últimos anos: o escracho aos torturadores da Ditadura Militar e o escracho ao deputado Jair Bolsonaro, em que os militantes associaram a imagem do deputado ao ditador nazista Adolf Hitler.

Além da utilização da ação direta, o Levante não descarta, entretanto, uma política de alianças com partidos políticos e sindicatos, que, em alguns casos, contribuem, inclusive, financeiramente com o movimento. Da mesma forma, não existe, por parte do coletivo, uma negação da ocupação de espaços políticos na estrutura formal do

sistema. Um exemplo trazido pela própria militância é o fato de o Levante ocupar hoje a vice-presidência da UNE (União Nacional dos Estudantes) e, a nível local, em Uberlândia, ter disputado as eleições do DCE (Diretório Central de Estudantes). Entretanto, pode-se extrair dos depoimentos da militância que esta decisão de ocupar um espaço institucional gerou bastante discussão e polêmica no campo político:

Há pouco tempo resolvemos disputar o DCE, não é o nosso objetivo central, mas decidimos fazer. Disputas eleitorais não são o nosso objetivo, como é o de outros movimentos estudantis. Não ficamos presos na universidade. (Entrevista 4)

Para os militantes do Levante, uma forma de não se perder na política eleitoral, de modo que essa se torne um fim em si mesmo é desenvolver um trabalho de base. Como define uma das militantes: «O trabalho primordial é o de base: fazer com que as pessoas tenham uma consciência.» De fato, a pesquisa revelou que o Levante Popular da Juventude pode ser considerado como um dos coletivos que mais demonstraram capacidade para realizar esta formação política. O coletivo, herdeiro de toda uma metodologia e estratégia política oriundos do MST, construiu espaços de formação com cursos formativos para a militância, voltados para os problemas da luta popular e da organização, desenvolvidos com vista a qualificar a ação do coletivo.

De acordo com uma das militantes, o coletivo compreende, entretanto, que, para fazer avançar o Projeto Popular, é «extremamente necessária a massificação desta luta, trazendo cada vez mais jovens para o nosso projeto, porque só a juventude tem a força necessária para transformar essa sociedade (Carta Compromisso do Levante)». As tentativas de massificação da luta, entretanto, não raro, recaem em dilemas e tensões inerentes à práxis do coletivo. É o caso da opção do Levante, no ano de 2016, de integrar a Frente Brasil Popular, composta por partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores), o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Uma das militantes do coletivo explica: «Entendemos que a deposição da presidenta Dilma Rousseff tratava-se de um golpe, outros movimentos falaram que não era golpe, por isto nos afastámos. Com isto, ficámos conhecidos como a ‘juventude do PT’, mas não é isto.» Isto demonstra que a tentativa de o coletivo preservar o seu senso de autonomia e, ao mesmo tempo, realizar alianças políticas não ocorre sem contradição e tensão. Parece que, em muitos casos, o questionamento central da

militância será este: até que ponto a participação na política institucionalizada não nos afasta dos nossos princípios norteadores e das nossas lutas centrais?

Tendo-se em vista os propósitos deste estudo, torna-se importante discutir, a partir das experiências encontradas na pesquisa de campo, as contradições que se colocam no relacionamento que os movimentos sociais mais institucionalizados estabelecem com o Estado. Além de uma relação de dependência com o poder público, que pode ser estabelecida quando o movimento concentra suas ações políticas apenas nas vias institucionais ou partidárias, há que se considerar que um forte vínculo do movimento social com o aparato institucional pode engendrar uma série de obrigações legais e jurídicas que acabam por conformá-lo às exigências de formalização determinadas pelo poder público. Isto pode ocasionar um prejuízo de ações mais estruturadas, planejadas, que contribuam para a ampliação da própria base de militância, como: investimento em formação política, definição periódica de diretrizes, metas, objetivos, táticas e estratégias de ação, entre outras.

Por outro lado, o movimento social que não for reconhecido pelo poder público e que não estiver em dia com as obrigações legais fica impedido de participar de várias instâncias públicas abertas à participação e ao controle social. Para aqueles movimentos, portanto, que possuem a intenção de influenciar as políticas públicas ou de angariar «recursos financeiros ou materiais» a serem convertidos para suas lutas sociais, a necessidade de formalização pode se tornar um imperativo incontornável. Como bem observa um militante do MTST: «Precisa de institucionalidade para apropriação de recursos.»

O reconhecimento oficial pelo Estado dos movimentos sociais, entretanto, exige que o movimento social se conforme a um tipo de organização pré-determinado, organização esta que exige um aporte financeiro que o movimento social muitas vezes não possui. Neste sentido, aprofunda-se uma situação de desigualdade social, pois os movimentos sociais mais desmunidos financeiramente são os que mais necessitam do Estado e são os que mais são afetados, do ponto de vista político, por estas exigências legais.

A pesquisa constatou, por exemplo, situações de endividamento de movimentos sociais, em particular nos movimentos negros, que parecem ser os mais afetados. Estes endividamentos surgiram e se aprofundaram a partir destas exigências legais necessárias para o reconhecimento do

movimento junto ao Estado. É o caso do GRUCON (Grupo de União e Consciência Negra) e do MONUVA (Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta). Uma das militantes do GRUCON desabafa: «As exigências legais custam caro, não temos como arcar com elas.»

Ora, estas dívidas impedem o movimento de participar dos editais públicos, os quais constituem a sua principal fonte de financiamento, o que impacta, de várias formas, na capacidade organizativa do movimento. Um exemplo deste círculo vicioso é que, diante de dívidas que se acumulam e de uma maior dificuldade em se arrecadar recursos para as lutas sociais, os movimentos ficam sem condições, por exemplo, de contar com uma sede para realização das reuniões e para organizar os seus arquivos e documentos. De acordo com uma militante: «Temos muitos materiais da história do movimento, mas sem sede, está tudo espalhado por aí. Até podermos arrumar outro lugar, vai ficando tudo amontoado. Desanima um pouco.» Uma outra entrevistada afirma: «Precisamos antes de qualquer coisa pagar as nossas dívidas, ter uma sede. Temos uma vontade de ir aos bairros, retomar o trabalho de base, ir até as pessoas. Mas é difícil.»

Os militantes afirmam que, para que as obrigações legais sejam cumpridas, como «manda a lei», é necessário a presença de profissionais especializados, como contadores, para organizar as finanças, e advogados, para orientar quanto aos trâmites jurídicos vigentes. Conforme explica uma militante: «Nós somos um grupo de pouca formação. Não temos formação para elaborar uma lei, elaborar um recurso.» Ora, mais uma vez, carências materiais, potencializadas por exigências estatais, consolidam e perpetuam as desigualdades sociais.

Estas contradições no relacionamento com o Estado colocam, sem dúvida, uma série de dilemas para os movimentos sociais. Uma militante do COM-UDI (Comitê das Mulheres em Movimento), ao responder à pergunta sobre se existia uma intenção do movimento em se formalizar, responde: «Somos um movimento, não queremos nos tornar uma entidade, queremos ficar em movimento, sem as burocracias.»

Como o COM-UDI pretende continuar «em movimento», a estratégia utilizada para fazer uso dos recursos públicos consistiu em desenvolver uma ação política plenamente articulada com as associações de bairro da cidade. Uma militante explica: «As membras do COM-UDI participam da pastoral operária, das Comunidades Eclesiais de Base, das associações de bairro, de diversos movimentos sociais. O trabalho é de base: discutimos aqui e as participantes levam

estas discussões para o seu movimento: discute, realiza, volta, avalia.» Trata-se de uma estratégia que tem permitido ao COM-UDI continuar como um movimento social atuante, mesmo na ausência de formalização legal.

Apesar das dificuldades concretas que se interpõem na práxis dos movimentos sociais para a realização de um trabalho de formação de consciência política, este é considerado importante para uma boa parte dos movimentos sociais pesquisados, embora a maioria não acredite estar «em condições» de realizar esta tarefa. Muitas vezes as atividades formativas e de ampliação dos quadros são realizadas de maneira pontual, a partir dos recursos obtidos através do governo, o que limita a possibilidade de um planejamento autônomo da parte do movimento social, que pode acabar atuando de forma reativa, agindo a partir das «ofertas» disponibilizadas pelo poder estatal.

Para concluir, a pesquisa evidenciou que a contradição é um elemento fundamental para a compreensão da relação que os movimentos sociais estabelecem com o Estado. Os resultados indicam que as experiências de autogestão, as quais projetam o movimento «para fora» dos limites da ação estatal, são facilitadas por fatores como: a capacidade organizativa do coletivo, a possibilidade da militância exercer efetivamente um trabalho de base, que inclua inclusive a formação política da militância, o perfil socioeconômico da militância, o processo de autocritica permanente e, por fim, a presença de um projeto político de natureza popular.

Bibliografia

- Coelho, Fabiano. «A prática da mística e a luta pela terra no MST». Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.
- Corrêa, Felipe. «Questões organizativas do anarquismo». Espaço Livre 8, n.º 15 (jan.-jun. 2013). <https://bibliotecaanarquista.org/library/felipe-correa-questoes-organizativas-do-anarquismo>.

Sparrow, Rob. Política anarquista e ação direta. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2009. <https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/08/Rob-Sparrow-politica-anarquista-e-a%c3%a7%c3%a3o-direta.pdf>

ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL (POPULAR) DE MORADORES NA PERIFERIA: DIMENSÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

RAQUEL GOMES VALADARES¹ E TOMÁS ANTONIO
MOREIRA²

Resumo:

O ordenamento jurídico brasileiro apresenta possibilidades de participação popular nas organizações político-administrativas. Dentre os entes desta esfera, o município é a instância imediata em que o cidadão está exposto; deste modo, ao falar de participação popular, inegavelmente, busca-se tratar das demandas que ocorrem nesse âmbito. Neste contexto, buscou-se entender a participação popular no município de Vitória da Conquista, analisando o Movimento Unificado das Associações Comunitárias, uma entidade que agrega movimentos populares desde 2005. A proposta é apresentar a trajetória do movimento na mobilização social, a luta por acesso a direitos e garantias normatizados, e alguns entraves políticos e sociais no desenvolvimento das organizações populares.

Palavras-chave: Participação popular; democracia; Vitória da Conquista; movimento social.

¹ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo – IAU, Universidade de São Paulo – USP (valadaresgr@gmail.com)

² Professor Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo – IAU, Universidade de São Paulo – USP

TODO PODER EMANA DO POVO...

Ao tratar da participação popular nas esferas administrativas busca-se compreendê-la a partir dos princípios constitucionais, dentre eles destacam-se o princípio da igualdade e da democracia. Tais princípios constam no preâmbulo constitucional,³ se inferindo que todas as demais normas infraconstitucionais devem obedecer a este ditame.

Segundo a categorização doutrinária, os direitos fundamentais são sistematizados em dimensões, ou seja, um conjunto de direitos gradualmente positivados e apropriados socialmente. Desse modo, a classificação elenca cinco dimensões. A primeira dimensão de direitos concerne à liberdade individual (de pensamento, expressão, religiosa, entre outras) e aos direitos políticos.⁴ A segunda dimensão de direitos, de acordo com Lenza (2013) trata sobre a igualdade, amparando os direitos sociais, econômicos e culturais. Um preceito complexo e caro à sociedade.⁵

José Gomes Canotilho questiona sobre a igualdade postulada pela norma:

«Ser igual perante a lei não significa apenas a aplicação igual da lei. A lei, ela própria, deve tratar por igual todos os cidadãos. O princípio da igualdade dirige-se ao próprio legislador, vinculando-o à criação de um direito igual para todos os cidadãos. Mas o que significa ‘criação de direito igual?’»⁶.

Segundo o referido autor, caberia ao Estado promover mecanismos de alcance da igualdade, por meio do seu poder diferenciado e suas competências. A alteração dos mecanismos e estruturas, consequentemente, resultaria na igualdade e no acesso democrático, ao menos no patamar mínimo, que assegure a todos os direitos fundamentais, um mínimo existencial. A proposta de uma sociedade

³ Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: março de 2019.

⁴ Pedro Lenza, *Direito Constitucional Esquematizado*, 17.^a edição (São Paulo: Saraiva, 2013).

⁵ Norberto Bobbio, *A era dos direitos*. (Rio de Janeiro: Elsevier, 2004).

⁶ José Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e teoria da Constituição*, 7.^a edição (Coimbra: Almedina, 2013), 426.

cuja igualdade seja verificável e aplicada com justiça, segundo Canotilho, «designa uma relação entre diversas pessoas e coisas».⁷

Nas lições de Bobbio,⁸ a terceira dimensão de direitos é heterogênea e imprecisa, uma vez que busca tutelar direitos fraternos ou da coletividade. Dentre os direitos reivindicados, o direito ao ambiente não poluído é o mais importante deles.

A quarta dimensão de direitos está circunscrita à manipulação do patrimônio genético de cada indivíduo.⁹ Os avanços tecnológicos permitem entender esse quarto âmbito de direitos como um dos mais amplos e permeáveis às demais dimensões. Além disso, na concepção de Lenza, na quarta dimensão de direitos caberia também a tutela da democracia direta, da informação e do pluralismo.

Os direitos fundamentais possuem características imanentes e relevantes. Eles são históricos, uma vez que resultam de uma construção social ao longo do tempo e não estão baseados no direito natural. São intransferíveis, irrenunciáveis e inalienáveis.¹⁰ Portanto, conforme assevera o texto constitucional, o poder emana do povo, isto é, uma construção social, irrenunciável, intransferível e inalienável. Embora seja irrenunciável, as concepções do princípio democrático asseguram que o poder de constituir normas pertence ao povo, que de forma direta ou representativa expressa seus anseios.

Ao referir-se ao povo, a construção linguística, nem sempre estavam se referindo ao mesmo grupo. De acordo com Chartier,¹¹ a mesma palavra poderia designar dois grupos distintos no latim: *populus* e *plebs*. O povo-*populus* designa todo e qualquer habitante, o povo-*plebs* define aquele que não pode ser considerado sujeito político, indivíduo não dotado de direitos. Desse modo, ao rigor da palavra, o que era referido como público poderia não ser tangível a todo o povo; emergindo um espaço próprio da política esvaziado do popular.

Canotilho afirma que povo não é uma classe socioeconômica, mas compreende um grupo de pessoas que manifestam ideias, interesses e

⁷ Canotilho, *Direito Constitucional*, 428.

⁸ Norberto Bobbio, *A era dos direitos*. (Rio de Janeiro: Elsevier, 2004).

⁹ Norberto Bobbio, *A era dos direitos*. (Rio de Janeiro: Elsevier, 2004).

¹⁰ José Afonso da Silva, *Curso de Direito Constitucional Positivo* (São Paulo: Malheiros, 2005).

¹¹ Roger Chartier, *A história cultural – entre práticas e representações* (Rio de Janeiro: DIFEL, 2002).

representações políticas; está além de uma formação momentânea. Na compreensão doutrinária do direito o povo a quem se refere a Constituição é o *populus*, mas entretanto, na prática, o que se vê é a limitação do aspecto participativo e a redução do *populus* ao *plebs*.

A democracia participativa possibilita que os cidadãos sejam representados por seus eleitos, bem como sejam consultados sobre as decisões do poder legislativo; é possível o controle popular através do referendo, plebiscito, iniciativa popular e ação popular.

Possibilidades de participação popular no Brasil

O direito de participação popular pode ser compreendido de duas maneiras: a participação política decisória e a participação orgânica.¹² A participação nos processos decisórios, amparada pela Constituição nos artigos 14, 29 e 61, possibilita que a população escolha os seus representantes e seja consultada quanto às pautas legislativas.¹³ A participação orgânica incide nas esferas social, organizacional e coletiva, conforme os artigos 10, 11, 194 e 198 da Constituição, resguardando a possibilidade corporativa. Incide na participação orgânica a capacidade associativa na defesa de direitos coletivos e difusos.

Silva ainda menciona que se enquadra como participação orgânica o direito de fiscalização popular das ações do poder público. Neste mesmo sentido, Menezes¹⁴ (2005) afirma que a fiscalização das ações da administração pública reforça o princípio da transparência. Ressalta-se a proposta de Menezes em que o poder público possa ouvir e levar em consideração as críticas e sugestões da população.

Avelar e Cintra¹⁵ classificam a participação popular por canais de atuação: eleitoral, corporativa e organizacional. O canal eleitoral abrange as atividades partidárias, com regras do pleito definidas por lei, atrelando a sociedade ao Estado. Além disso, o canal eleitoral é antecedido do sistema democrático de governo e da pluralidade partidária. O canal corporativo são instituições intermediárias,

¹² Silva, *Curso de Direito Constitucional Positivo*.

¹³ Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

¹⁴ Joyceane Bezerra de Menezes, «A participação popular como fonte de legitimidade democrática da administração pública», in *Congresso Internacional del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Anais* (Santiago: CLAD, 2005), 1-8.

¹⁵ Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra, org., *Sistema político brasileiro: uma introdução* (São Paulo: Fundação Unesp, 2004).

associações de classe que representam interesses de um grupo frente ao sistema estatal; estas instituições intermediárias dependem da aprovação, ou até mesmo da criação, do Estado, conferindo-lhe legitimidade de representar determinada categoria. Como está atrelada a uma categoria profissional ou empresarial, a representação no canal corporativo é seletiva, abrangendo somente os seus pares.

Já o canal organizacional abrange as formas não institucionalizadas de organização, através dos movimentos sociais, associações populares e subculturas políticas. Ainda conforme Avelar e Cintra, «a eficácia dos movimentos depende da densidade da rede social produzida, o que depende do esforço de cooperação dos seus membros e da identificação com os interesses comuns».¹⁶

Resguardados pela possibilidade de participação orgânica e anteriores à previsão constitucional em 1988, os movimentos sociais constituem formas de mobilização e participação social que tangenciam as decisões públicas. Segundo Gohn, os movimentos sociais são «ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas».¹⁷

Os movimentos sociais trazem a possibilidade de consciência da desigualdade e explicitam as necessidades da comunidade em que estão inseridos, é a coletividade organizada em torno da solidariedade de uma causa.

Ainda conforme Gohn, existem diferentes tipos de níveis organizacionais do movimento social; podem representar demandas locais, nacionais e até mesmo globais, com objetivos e estratégias de enfrentamento que produziram resultados relevantes. É possível dizer também que os movimentos sociais são temáticos, orbitando em torno de causas específicas, como questões de gênero, educação, cultura, religião, tradição, trabalhista, entre outros. Pode ainda haver movimentos sociais que almejam as transformações sociais de caráter emancipatório, bem como movimentos sectaristas.

Nesta análise, em específico, busca-se destacar os movimentos de articulação popular que vislumbram a supremacia do interesse coletivo e o bem-estar comum. Sendo assim, os movimentos emancipatórios

¹⁶ Avelar e Cintra, *Sistema político brasileiro*, 226.

¹⁷ Maria da Glória Gohn, *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*, 5.^a edição (Petrópolis, RJ: Vozes, 2011), 13.

serão destacados como possibilidade de articulação da população no projeto político. Mobilizações sociais com finalidade de transformação sociopolítica são noticiadas no Brasil ao longo de toda a sua história. Todavia, com a finalidade de destacar a mobilização e participação popular no âmbito municipal, buscou-se a compreensão a partir da ascensão desta temática no Brasil.

O período antecedente à Constituição de 1988 foi um momento difícil e conturbado da história nacional; no tocante à participação popular, verificou-se uma interessante experiência, a partir dos anos 1960, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A CEB foi um movimento social nascido na Igreja Católica, com a finalidade de alcançar as pequenas comunidades. Desta prática, leigos eram inseridos na participação das atividades da Igreja, emergindo líderes locais com voz ativa.

As insatisfações e inquietudes debatidas em comunidade, em um espaço contínuo de encontros, buscavam formar a consciência de cidadania atrelada ao exercício de fé. Um processo de discussões que culminaria em medidas de transformações na dimensão local, pois as questões suscitadas envolviam o cotidiano, com assuntos comuns, que versavam sobre o saneamento básico, a moradia, a educação básica e a segurança pública.

As CEB surgiram no período de enrijecimento da liberdade política e o governo militar autoritário, situação que limitava a participação popular e o debate político. As reuniões tornaram-se também locais de discussão sobre reabertura política, direitos trabalhistas, e até mesmo preservação da vida dos presos políticos.

No final dos anos 1980, foi institucionalizada a participação popular e foram criados instrumentos desta atuação; surgiram, então, os conselhos em quase todas as práticas de políticas sociais. A inserção deste mecanismo de participação visa a proteção de direitos sociais, contra os prováveis riscos de desaparecimento e vulnerabilidades quanto à sua implementação.¹⁸ Os conselhos são canais de participação popular, assegurando a presença de múltiplos atores nas diretrizes das políticas sociais.

¹⁸ Frederico Barbosa da Silva, Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin, «Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias», in *Questões sociais e políticas sociais no Brasil contemporâneo*, org. Luciana Jaccoud (Brasília: IPEA, 2005).

A possibilidade de diversos atores sociais discutirem, por intermédio dos conselhos, vislumbra a transparência das ações estatais na gestão, implementação e controle das políticas sociais. Com fulcro na promoção da igualdade, equidade e eficiência das políticas públicas. Nesta convergência de distintas esferas e perspectivas de representação, as tensões internas e externas eram, e ainda são, inevitáveis.

Após a institucionalização da atuação popular, a implementação dos conselhos transcorreu pelas crises estatais e pela ambiguidade de acesso da população às políticas sociais. Os desníveis socioeconômicos eram (e ainda são) gritantes, e a discussão da desigualdade social e ampliação da cidadania encontravam entraves. Nos anos 1990 a interpretação da participação popular de cunho menos politizado e com ativismo mais voltado para a solidariedade social foi ganhando vigor.¹⁹

É inegável que a partir da Constituição de 1988, com a inclusão da participação popular, nova perspectiva de atuação política foi possibilitada, entretanto, entraves políticos e econômicos impedem maior destaque e relevância na articulação política da sociedade civil.

O interesse econômico sobrepuja o social e igualitário interesse comum e, como é dito por Maranhão,²⁰ escamoteia a consciência política. A inclusão da participação popular no texto da lei passa a ser mera formalidade para garantir uma aparência de que as normas e as decisões coincidem com a vontade de toda a população.

A inserção da participação popular nos textos normativos não tem sido resultado de uma mobilização da própria população, mas uma maneira de legitimar reformas econômicas de natureza liberal.

PARTICIPAÇÃO POPULAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA

O Movimento Unificado das Associações de Moradores de Vitória da Conquista foi fundado em fevereiro de 2005. Trata-se da agregação dos movimentos populares que defendem pautas sociais no município, compreendendo área urbana e rural. O movimento unificado foi criado com o propósito de mobilização e fortalecimento das ações populares.

¹⁹ Silva, Jacoud e Beghin, «Políticas sociais no Brasil».

²⁰ Tatiana de Amorim Maranhão, «Amartya Sen e a responsabilização dos pobres na agenda internacional». *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* 6, n.º 1 (jan.-jun. 2016): 13-26.

Vitória da Conquista é o terceiro maior município da Bahia, com histórico de atuação popular contundente e emblemática. O Movimento Unificado das Associações de Moradores (MUAM) agrega os movimentos alocados em comunidades ou bairros, cujas pautas propõem melhorias nas questões sociais, econômicas e políticas. Funciona também como fomentadora de movimentos populares orientando quanto às questões burocráticas para a organização de uma associação, segundo os ditames normativos. Pleiteiam pela segurança pública, pelos direitos dos consumidores, pela implementação de infraestrutura básica nos bairros periféricos e aparelhamento das áreas públicas com os equipamentos que correspondam às necessidades da comunidade.

O MUAM reúne em média 145 associações urbanas e rurais; cada associação é constituída por moradores de localidades circunscritas ao município; nem sempre correspondente a um bairro, distrito ou povoado rural, especificamente. Com isso, busca-se afirmar que em um bairro pode haver duas ou mais associações de moradores. Cada associação tem um *modus operandi* específico; algumas se restringem a eventos culturais; outras apresentam alternativas para o uso de vazios urbanos, com a criação de hortas comunitárias. Quanto à periodicidade dos encontros e reuniões, algumas associações se reúnem mensalmente, enquanto outras se reúnem duas ou mais vezes ao mês. Não há um aspeto uniforme do funcionamento, entretanto cada associação atende à demanda da comunidade.

De acordo com o MUAM, as associações, em grande parte, são compostas de dissidentes ou antigas lideranças de CEB, do município ou da região sudoeste. Segundo relatos, as comunidades de base, rurais e urbanas, estavam mais próximas das questões sociais e, atualmente, não é possível identificar o mesmo engajamento de outrora. Incontestavelmente, as CEB estimulavam o surgimento de lideranças locais, que tratavam do dia a dia em comunidade e próximos dos desníveis socioeconômicos. Entretanto, as novas tendências eclesiais promoveram o afastamento dos temas sociais mais latentes, e diante do não-fazer das CEB, grande parte dos integrantes buscaram outras vias de participação sociopolítica.

O MUAM se autodenomina movimento popular, uma vez que pleiteia causas da comunidade. Na compreensão do movimento, existem diversas entidades sociais que são organizadas por causas profissionais, políticas ou religiosas, mas não militam em causas populares. Sendo

assim, a ênfase no aspecto comunitário e popular é para que não haja margem de dúvida quanto à vocação do movimento.

As dificuldades apresentadas pelo MUAM estão no embate com os poderes executivo e legislativo, que, apesar da exigibilidade e existência dos conselhos municipais, ainda oferecem dificuldades no diálogo com a população. Entre os gestores públicos e a comunidade, são perceptíveis conflitos de interesse e o afastamento da supremacia da vontade pública. Por vezes, o MUAM tem suas ações sucumbidas pelas relações de mercado.

Ademais, o sistema político coopta as lideranças para comporem cargos e empregos públicos. Uma maneira cada vez mais frequente de desarticular as ações dos movimentos populares é a captação dos integrantes mais articulados para cargos e empregos públicos, sob a alegação de articulação popular. Quando, na verdade, o cargo ou emprego torna-se uma moeda de troca para que as mobilizações sociais não tenham o mesmo peso e não recaia sob o mandato do gestor; é perceptível um jogo de interesses.

As indisposições políticas são sufocadas, pois a presença de uma liderança comunitária faz crer que a população está sendo ouvida. Esta tem sido a experiência municipal do MUAM nos anos de atuação, o engajamento e a mobilização desarticulados por gestores públicos municipais com a cooptação de lideranças; os líderes comunitários tornam-se políticos nos mesmos moldes da política conservadora. A política partidária tem sido um entrave nas questões sociais; não se buscam políticas públicas que refletem as questões comunitárias, o espaço de disputa evoca questões personalíssimas.

A crise financeira também constitui um entrave na realidade das associações comunitárias. As associações não conseguem agir por não terem financiamento próprio e, conseqüentemente, o MUAM tem ações cada vez mais limitadas.

Uma expectativa de articulação e mobilização que o MUAM tem são as mídias sociais e alternativas na comunicação para engajamento da população. Apesar da banalização de mídias sociais, com conteúdo falsos e que até mesmo distorcem as reais motivações dos movimentos populares, acredita-se que a comunicação digital será uma plataforma de articulação cada vez mais usual nas discussões das demandas coletivas. Contudo, não tem sido uma plataforma utilizada pelo MUAM no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir a participação popular vai além da postulação normativa; é necessário que a população seja mobilizada e, para isso, são necessários instrumentos e mecanismos que sejam viáveis. A participação popular é um tema-chave para a construção social inclusiva e democrática; não pode ser vista como proposta estática, mas essas são diretrizes que precisam de ser feitas, refeitas e aperfeiçoadas.

É necessário arquitetar estratégias populares de enfrentamento das limitações da voz ativa da população, uma vez que a esfera política impede o alcance e a formação da consciência política. Pois as crises do sistema econômico têm ocorrido em intervalos cada vez menores e as dimensões da desigualdade socioeconômica se ampliam de modo cada mais célere. Possibilitar que as associações comunitárias ou movimentos sociais constituam voz ativa na participação política é um ato político efetivo.

Bibliografia

- Avelar, Lúcia, e António Octávio Cintra, org. Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Fundação Unesp, 2004.
- Bobbio, Norberto . A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: março de 2019.
- Canotilho, José Gomes (2003). Direito Constitucional e teoria da Constituição. 7.^a edição. Coimbra: Almedina, 2013.
- Chartier, Roger. A história cultural – entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- Gohn, Maria da Glória. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais, 5^a edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

- Lenza, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*, 17.^a edição. São Paulo: Saraiva, 2013.
- Maranhão, Tatiana de Amorim. «Amartya Sen e a responsabilização dos pobres na agenda internacional». *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* 6, n.º 1 (jan.-jun. 2016): 13-26.
- Menezes, Joyceane Bezerra de. «A participação popular como fonte de legitimidade democrática da administração pública». In *Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Anais. Santiago: CLAD, 2005.
- Silva, Frederico Barbosa da Silva, Luciana Jaccoud, e Nathalie Beghin. «Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias». In *Questões sociais e políticas sociais no Brasil contemporâneo*, organizado por Luciana Jaccoud. Brasília: IPEA, 2005.
- Silva, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2000

TERRITÓRIO, CLASSE SOCIAL E ETNIA: POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO E RESISTÊNCIA POLÍTICA MIZRAHI NO ESTADO DE ISRAEL

BRUNO ALEXANDRE REIS COSTA¹

Resumo:

Este trabalho explora o impacto produzido pelo processo de colonização da Palestina num grupo social em particular, os judeus mizrahim oriundos do Magrebe e do Médio Oriente. Defendo aqui que o processo de colonização israelita criou uma rutura neste grupo étnico – que é parte integrante da população de colonos, ao mesmo tempo que é projetado pelos colonos dominantes europeus (judeus ashkenazim) como uma ameaça interna ao projeto colonial sionista. A partir da posição social e económica que os judeus mizrahim ocupam na sociedade israelita, procuro compreender as intersecções entre classe social e etnia num contexto de «colonialismo de povoamento» e quais as possibilidades/potencialidades de criação de uma nova subjetividade popular que conteste a ordem hegemónica sionista.

Palavras-chave: etnia, judeus mizrahim, luta de classes, Panteras Negras de Israel.

¹ Bolseiro FCT a realizar doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Nas colónias, a infraestrutura económica é também a superestrutura. A causa é efeito: é-se rico porque se é branco, é-se branco porque se é rico. Daí que as análises marxistas devam ser sempre ligeiramente distendidas de cada vez que se aborda o problema colonial.²

A afirmação de Frantz Fanon, em *Os Condenados da Terra* destaca a importância da interseção entre classe social e etnia no contexto colonial e, a meu ver, remete para a ideia de «linha abissal» proposta por Boaventura de Sousa Santos.³ Segundo o autor, esta linha marca uma divisão ontológica/epistemológica entre um lado metropolitano/moderno/ocidental – onde as exclusões e tensões não põem em causa uma equivalência básica entre um «nós» – e um lado colonial/pré-moderno/oriental – onde existe um «outro» não-humano, que é invisibilizado para que um «nós» se torne visível.

No contexto específico deste trabalho, os judeus mizrahim ocupam um lugar híbrido, entre o lado metropolitano da linha e o seu lado colonial. Se, por um lado, são considerados um «outro» pré-moderno, essa alteridade coloca-os apenas como objeto captado pelo olhar do colonizador, mas nunca os desumaniza a ponto de os excluir totalmente da comunidade nacional israelita – o facto de serem judeus não permite essa exclusão abissal. O movimento sionista pretende trazê-los, de forma violenta, para o lado metropolitano/ocidental/moderno da linha, garantindo que do lado colonial ficam apenas os palestinianos, a quem é negada uma subjetividade política e histórica.

Essa posição híbrida dos judeus mizrahim irá limitar a articulação entre lutas políticas mizrahim e palestinianas. A «linha abissal» que impõe uma divisão entre colonizador e colonizado dificulta a gestação de projetos políticos e solidariedades entre eles, mesmo que partilhem, até certo ponto, um passado e um presente de opressão, violência e exclusão.

O conceito de «colonialismo de povoamento»⁴ é aqui usado como modelo central para analisar a estrutura socioeconómica do Estado de

² Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra* (Lisboa: Letra Livre, 2015), 44.

³ Boaventura de Sousa Santos, «Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes». In *Epistemologias do Sul*, ed. Boaventura de Sousa Santos, e Maria Paula Meneses (Coimbra: Edições Almedina, 2009), 23-71.

⁴ Patrick Wolfe, *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology* (Nova Iorque: Cassell, 1999); Patrick Wolfe, «Settler colonialism and the elimination of the native», *Journal of Genocide Research* 8, n.º 4 (2006): 3; Baruch Kimmerling, *Zionism and Territory: The*

Israel. Segundo este modelo,⁵ as relações sociais são contaminadas pelo projeto colonial – definido pela população de colonos imigrantes. Segundo Arie Bober,⁶ o caráter colonial do Estado de Israel dificulta solidariedades desconectadas do projeto de construção nacional. Assim, a classe trabalhadora explorada pelo projeto socioeconómico hegemónico nasce de um processo de colonização e não se identifica como uma classe social estável, com interesses próprios e antagónicos aos inscritos na ordem social existente. O conflito entre a sociedade israelita e a população palestina acaba por moldar a estrutura social, política e económica do Estado de Israel. O confronto com o inimigo palestino é a principal fonte de coesão interna para as elites sionistas e funciona como ferramenta de mobilização de recursos materiais e humanos.

Para que o projeto colonial na Palestina se tenha materializado, foi necessária uma base ideológica que o legitimasse. O Sionismo – nacionalismo judaico –, ideia que vê os judeus como sujeito político e territorial, permitiu a uma corrente intelectual judaica estabelecer uma relação orgânica e teleológica com a Palestina, reinterpretada como Eretz Israel. Uri Ram⁷ localiza esta corrente ideológica/política europeia no final do século XIX, como descendente histórica do nacionalismo moderno, dos debates sobre a natureza do judaísmo, da identidade judaica e do futuro dos judeus no mundo. Segundo o autor, estes debates impõem-se com o despontar do Iluminismo e dos processos de secularização, que abalaram o denominador religioso e as comunidades sociais judaicas tal como estas existiam. Yehouda Shenhav⁸ (2007)

Socio-Territorial Dimension of Zionist Politics (Berkeley: University of California Press, 1983) Gershon Shafir, *Land, Labour and the Origins of the Israeli-Palestinian Conflict, 1882-1914* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989).

⁵ Sociedade caracterizada pela presença contínua e massiva de colonos, que se tornam politicamente dominantes sobre as populações autóctones. Existe um processo de eliminação da sociedade existente e o estabelecimento de uma nova sociedade sobre a base territorial ocupada. Este processo pode dar lugar a diferentes formas de genocídio: da memória, da história, da sociedade (Wolfe, 1999; 2006).

⁶ Arie Bober, *The Other Israel: The Radical Case Against Zionism* (Nova Iorque: Anchor Books, 1972).

⁷ Uri Ram, *Israeli Nationalism: Social conflicts and the politics of knowledge* (Londres: Routledge, 2011).

⁸ Yehouda Shenhav, «Modernity and the Hybridization of Nationalism and Religion: Zionism and the Jews of the Middle East as a Heuristic Case», *Theory and Society* 36, n.º 1 (2007): 1-30.

refere que é o caráter híbrido do Sionismo – emerge de um contexto teológico e procura superá-lo ao secularizar a religião, transformando-a em nacionalismo moderno, ao mesmo tempo que retém dela várias premissas⁹ – que lhe permite legitimar o projeto colonial e definir uma identidade nacional, uma vez que, tanto a ligação à Palestina, como a ligação entre as diferentes comunidades judaicas espalhadas pelo mundo, eram estabelecidas através da religião e suas práticas.

«The Jewish State would serve as a portion of a rampart of Europe against Asia, an outpost of civilization as opposed to barbarism.»¹⁰

A materialização da ideia sionista tem o seu momento definitivo em 1948, ano do estabelecimento do Estado de Israel. Esse acontecimento é apresentado pelo movimento sionista de duas formas: 1) a partir de uma conceção teológica de redenção da terra prometida, pelo povo escolhido; 2) a partir de uma conceção colonial, onde apenas os colonos ocidentais poderiam executar um processo de modernização do território e de quem nele habita.¹¹ A destruição de uma sociedade existente e a sua substituição por uma nova sociedade sobre a base territorial ocupada é conseguida com a expulsão de cerca de 750 000 palestinos do seu território (Nakba) e com a entrada de 1 213 555 imigrantes judeus entre 1948 e 1964.¹² Este processo de substituição populacional garantiu a viabilidade do Estado de Israel em termos socioeconómicos, políticos, demográficos e militares.

Destes 1 213 555 imigrantes, 647 656 (53%) chegaram do Magrebe e do Médio Oriente. Joseph Massad¹³ salienta que apenas após o genocídio de seis milhões de judeus europeus durante a Segunda Guerra

⁹ Shlomo Sand (2011) refere, por exemplo, a banalização e secularização de termos teológicos, como *galut* (que pode ser traduzido como exílio) e *aliyah* (que pode ser traduzido como ascensão), e da língua hebraica (língua litúrgica). Ao naturalizarem *galut* como exílio forçado e *aliyah* como retorno, estão também a naturalizar uma ligação ao território, uma vez que um judeu, segundo a lógica sionista, nunca é um imigrante, é sempre alguém forçosamente exilado da sua origem que retorna a casa.

¹⁰ Theodor Herzl, *The Jewish State* (Kansas: Digireads.com Publishing, 2001), 46.

¹¹ Gabriel Piterberg, «Erasures», *New Left Review* 10 (2001): 31-46.

¹² Sammy Smooha, «The mass immigration to Israel: A comparison of the failure of the Mizrahi immigrants of the 1950s with the success of the Russian immigrants of the 1990s», *The Journal of Israeli History* 27, n.º 1 (2008): 1-27.

¹³ Joseph Massad, *The Persistence of the Palestinian Question: Essays on Zionism and the Palestinians* (Londres: Routledge, 2006).

Mundial (Holocausto), do bloqueio soviético à emigração e da relutância dos judeus ocidentais em emigrarem para o Estado de Israel é que a liderança sionista decidiu recrutar massivamente judeus do Magrebe e do Médio Oriente, de modo a salvar o projeto colonial do colapso.

A sua integração na sociedade israelita foi feita através de processos violentos de rasura cultural, exploração laboral e isolamento territorial. Amnon Raz-Krakotzkin¹⁴ e Ella Shohat¹⁵ apresentam os processos de rasura cultural como parte da visão sionista do «novo judeu». O estabelecimento do Estado de Israel significava que os judeus deixavam de ser um povo localizado «fora da história», através da sua integração no Ocidente e nas suas narrativas de progresso e modernidade. A nova identidade nacional era moderna, «branca» e europeia e o processo de integração dos novos imigrantes, vindos do Magrebe e do Médio Oriente, era feito a partir de um modelo de homogeneização (melting pot), segundo o qual eles tinham de ser ressocializados (em instituições como a escola e o exército) e tinham de se integrar na dinâmica social existente, abandonando as suas tradições e o seu modo de vida – apresentado de forma preconceituosa como a representação de um Oriente primitivo, subdesenvolvido e pré-moderno.

Quanto aos processos de integração material, Deborah Bernstein e Shlomo Swirski¹⁶ explicam que a exploração laboral deste grupo garantiu a ascensão social de grande parte da comunidade ashkenazi, ou seja, a incorporação dos judeus mizrahim como mão de obra mal remunerada, em trabalhos essencialmente manuais, permitiu a incorporação dos judeus de origem europeia em cargos ligados à crescente administração burocrática do Estado. Para além da exploração material, as populações foram espalhadas pelo território e recebidas em condições miseráveis, ocupando zonas fronteiriças – como primeira linha de defesa civil do território –, áreas deixadas vazias pelos refugiados palestinianos e regiões periféricas desertas.

¹⁴ Amnon Raz-Krakotzkin, «The Zionist Return to the West and the Mizrahi Jewish Perspective», in *Orientalism and the Jews*, ed. Ivan Davidson Kalmar e Derek J. Penslar (Hanover: University Press of New England, 2005), 162-81.

¹⁵ Ella Shohat, «The Narrative of the Nation and the Discourse of Modernization: the Case of the Mizrahim», *Critique: Critical Middle Eastern Studies* 6, n.º 10 (1997): 3-18.

¹⁶ Deborah Bernstein e Shlomo Swirski, «The Rapid Economic Development of Israel and the Emergence of the Ethnic Division of Labour», *The British Journal of Sociology* 33, n.º 1 (1982): 64-85.

Apesar da segregação socioeconómica e cultural institucionalizada pelo Estado de Israel através das políticas de integração, as primeiras gerações de imigrantes mizrahim levaram a cabo uma luta por igualdade, justiça social e direitos civis. Bryan K. Roby¹⁷ apresenta as primeiras décadas de ação política deste grupo como uma luta centrada nos bairros de lata dos centros urbanos e nos campos de acolhimento temporário (ma'abarot) e direcionada contra os representantes do Estado de Israel e contra a Agência Judaica, responsável pelo acolhimento dos novos imigrantes. Segundo o autor, as reivindicações centravam-se em pão, trabalho, habitação digna, educação, representação política autónoma e na oposição aos processos de secularização e assimilação cultural forçadas, levados a cabo pelo Estado e seus representantes.

Na dinâmica de revolta apresentada por Roby é possível compreender que a realidade de emergência vivida e a fragmentação social das diferentes comunidades mizrahim resultam numa falta de organização e na desarticulação entre as diferentes comunidades de judeus oriundas do Magrebe e do Médio Oriente. Mas esta desorganização política é também fruto de uma ação concertada por parte do governo central e das administrações locais, que impediam, de forma sistemática, a organização das comunidades e a formação de representações políticas independentes. A situação precária e de extrema dependência em relação aos poderes e serviços públicos facilitavam a instrumentalização da comunidade mizrahim através da chantagem, compra de votos, ou mesmo pela criação de lideranças artificiais que prestavam contas ao Mapai – partido da ala trabalhista do sionismo que funcionava como núcleo aglutinador de toda a política institucional e que esteve no poder entre 1948 e 1977.

The uprooting of the community from an established pattern of life brought with it, for some sections of this ethnic group, a deterioration of values and social frameworks [...] An additional factor which enhanced the difficulty of integration of these immigrants was the large size of the families which increased the problems of integration, housing and income [...]. They built their future, not on constructive work for the improvement of the social,

¹⁷ Bryan K. Roby, *The Mizrahi era of rebellion: Israel's forgotten civil rights struggle, 1948-1966* (Nova Iorque: Syracuse University Press, 2015).

economic and cultural standards of the community, but on the cultivation of the feeling of deprivation.¹⁸

Quando, em 1959, a comunidade marroquina que vivia no bairro de Wadi Salib, em Haifa, consegue iniciar uma luta que rompe as fronteiras do bairro e da cidade, o governo, pela voz da Comissão Etzioni (estabelecida para compreender as causas da revolta), responsabiliza a comunidade pela sua situação de exploração e de abandono, dizendo que os padrões de vida e os valores trazidos do país de origem são as causas da sua inadaptação e estagnação social. A resposta do governo é assim dirigida aos porta-vozes do problema e não ao problema em si.

Apenas em 1971 se inicia uma luta política que reflete a unidade entre várias comunidades de judeus mizrahim, ou seja, apenas nesse ano se assiste à construção de uma subjetividade política mizrahim, um movimento de massas a nível nacional e com repercussão internacional. A «crise orgânica»¹⁹ ou crise representativa do trabalhismo sionista – aprofundada pela «Guerra dos Seis Dias», travada em 1967, e pelo acordo de cessar-fogo assinado com o Egito, em 1970 – está na origem de profundas alterações socioeconómicas e simbólicas na sociedade israelita. Massad refere que, por um lado, a ocupação de territórios com profundo significado religioso (Judeia e Samaria/Cisjordânia) despertou sentimentos messiânicos que potenciavam a redefinição do nacionalismo judaico e introduziu alterações no projeto económico colonial e, por outro lado, a assinatura do acordo de cessar-fogo fez com que, pela primeira vez desde 1948, os israelitas não se vissem confrontados com uma ameaça externa eminente.

Numa entrevista concedida em 2017 à Jewish Voice for Peace,²⁰ Reuven Abergel – um dos líderes dos Panteras Negras de Israel – explica

¹⁸ Relatório da Comissão Etzioni *apud* Massad, 2006: 67

¹⁹ «[...] the crisis of the ruling class's hegemony, which occurs either because the ruling class has failed in some major political undertaking for which it has requested, or forcibly extracted, the consent of the broad masses (war, for example), or because huge masses (especially of peasants and petit-bourgeois intellectuals) have passed suddenly from a state of political passivity to a certain activity, and put forward demands which taken together, albeit not organically formulated, add up to a revolution. A 'crisis of authority' is spoken of: this is precisely the crisis of hegemony, or general crisis of the State.» Antonio Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks* (Nova Iorque: International Publishers, 1992), 210.

²⁰ «No Man's Land», vídeo do YouTube, 13:40, Jewish Voice for Peace, 6 de junho, 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=I0uSQA1TMbw&t=1s>.

a importância do Musrara – bairro da zona ocidental de Jerusalém, localizado até 1967 na fronteira de Israel com a Jordânia – como centro de todas as contradições da sociedade israelita e do conflito com os países limítrofes. Deste bairro, a comunidade mizrahi – que vivia em condições miseráveis, em casas que pertenceram antes de 1948 a famílias palestinianas e que haviam sido compartimentadas e divididas por várias famílias – viu, a partir de 1967, a expansão do território e o crescimento da economia, sem tirar qualquer proveito dessas transformações.

«DEMONSTRATING FOR OUR RIGHT TO BE LIKE ALL OTHER
CITIZENS IN THIS STATE.» (PANTERAS NEGRAS DE
ISRAEL)²¹

É a partir deste lugar que os Panteras Negras de Israel iniciam uma luta pela inclusão social e económica da comunidade mizrahim. Nas primeiras manifestações organizadas pelo movimento social, em 1971, é denunciada apenas a fronteira interna entre os representantes do poder político (judeus ashkenazim) e as comunidades mizrahim desfavorecidas. Era reivindicada uma total integração dos últimos na sociedade israelita, uma «fatia do bolo», um papel ativo no projeto de construção nacional.

«We have reached the conclusion that the problem of ethnic inequality between Sephardi and Ashkenazi Jews will only be solved together with the Palestinian problem [...] The Israeli bourgeoisie have found the territories full of workers who can be milked for profits [...] Thus any identification between Jewish and Arab workers will help ease the tension between the two peoples and push them towards a common struggle against Israel's rulers. The Sephardim realize that the Arabs are worse off than they are in this country and that could lead to a joint struggle.»²²

²¹ Apud Alex Lubin, *Geographies of Liberation: The Making of an Afro-Arab Political Imaginary* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014), 134.

²² Kochavi Shemesh apud Shalom Cohen e Kochavi Shemesh, «The Origin and Development of the Israeli Black Panther Movement». *MERIP Reports* 49 (1976): 19-22.

Essa posição negocial e conciliatória muda de rumo por três fatores:²³ 1) contaminação ideológica de grupos da new left israelita, como o Matzpen; 2) contacto, através dos media, com a luta anticolonial, anti-imperialista e anticapitalista global;²⁴ 3) mas sobretudo como consequência da ação política levada a cabo contra o Estado de Israel e os seus representantes, que não mostravam disponibilidade para dialogar e contribuir para que a comunidade mizrahi tivesse representação política independente e que viam o movimento social como uma ameaça ao projeto hegemónico sionista.

Este processo de consciencialização política permitiu aos Panteras Negras de Israel estender um conjunto de exigências conciliatórias a uma proposta de rutura com o projeto sionista. Como refere Kochavi Shemesh,²⁵ outro dos líderes do movimento, a leitura da hierarquia socioeconómica e da posição de classe dos judeus mizrahim permitiu à liderança do movimento social compreender que a discriminação étnica e cultural estava na base da sua exploração material, naturalizando-a. Ao mesmo tempo, possibilitou articular a sua discriminação e exploração com um panorama mais abrangente, que lia a situação da comunidade mizrahi como interdependente da situação da comunidade palestiniana. Ao verem o projeto sionista como um projeto colonial e burguês, os Panteras Negras de Israel compreenderam a conexão entre os diferentes tipos de desumanização e exploração presentes no centro da ocupação e da construção identitária e territorial do Estado de Israel. Nesse sentido, o movimento social procurou liderar uma mudança em comum entre a comunidade que se propunha representar (judeus mizrahim) e todas as vítimas da violência simbólica e estrutural do projeto hegemónico sionista.

«Si el sionismo es una solución al problema judío, entonces debe creerse que nosotros no formamos parte de ese pueblo judío, que es

²³ Mony Elkaïm, *Panteras Negras de Israel* (Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1973).

²⁴ Identifico aqui a importância da memória (transmitida em contexto comunitário e familiar), das experiências de luta locais e da integração em redes de luta transnacionais. A memória do trauma sofrido na sequência do processo de emigração do Magrebe e do Médio Oriente para Israel é transmitida dentro da comunidade como experiência de sofrimento, do mesmo modo que o seu impacto na condição socioeconómica da comunidade mizrahim no início dos anos 70 implica uma solidariedade com movimentos transnacionais de luta anticolonial, anti-imperialista e anticapitalista (Elkaïm, *Panteras Negras de Israel*).

²⁵ Cohen e Shemesh, «The Origin and Development».

una solución solamente para una parte del pueblo judío. [Es tiempo de proponer] una nueva senda, una nueva estructura social. Ahora bien, sólo con una proposición semejante entre manos podemos decirles: ‘¡Vengan con nosotros!’»²⁶.

Neste trabalho procurei compreender a posição ocupada pelos judeus mizrahim como iminentemente contextual e contestar leituras²⁷ (Ohayon, 2015) que veem no seu passado e na sua cultura de origem as causas para a sua estagnação social e para a sua adesão a movimentos políticos conservadores e reacionários. Muitas análises²⁸ foram conduzidas sobre a importância da comunidade mizrahim na eleição de Menachem Begin em 1977 e sobre a adesão da comunidade ao Shas, um partido da direita religiosa. Essas análises viam no Likud (direita do revisionismo sionista) uma resposta à privação de direitos a que o Mapai (representante do trabalhismo sionista) sujeitou os judeus mizrahim, e veem no Shas a recuperação de uma ligação ao judaísmo tal como era praticado nas comunidades de origem deste grupo.

A ação política dos Panteras Negras de Israel permite compreender que o insucesso deste movimento social – como partido não elegeu nenhum deputado nas eleições de 1973 – e o sucesso de movimentos da direita política têm uma relação de causa-efeito com a resposta dada pelo Estado de Israel e pelos seus representantes a propostas de signo oposto ao projeto sionista. Projetos políticos como o Likud ou o Shas não põem em causa a centralidade que o exclusivismo judaico tem para o projeto colonial sionista. Estes partidos questionaram a estrutura económica, as políticas de defesa ou a pluralidade cultural impedida pelo Mapai, mas nunca questionaram o projeto colonial que relega os palestinianos a uma categoria de sub-humanidade. Ao fazerem-no, ao se solidarizarem e ao proporem uma luta em conjunto com os palestinianos, os Panteras Negras de Israel rasgaram o contrato social em que todos os judeus eram

²⁶ Kochavi Shemesh *apud* Elkaïm, *Panteras Negras de Israel*, 62-112.

²⁷ Leeor Ohayon, «Stop blaming Mizrahim for everything wrong in Israel», *+972 Magazine*, 26 de março, 2015.

²⁸ Eva Illouz, «Begin’s Legacy / Enough of Ethnicity», *Haaretz*, 22 de fevereiro, 2012.

parte do Estado fundado em 1948, ao mesmo tempo que os palestinos eram o inimigo, apenas incluído a partir da sua exclusão.²⁹

Os Panteras Negras de Israel compreenderam a existência de uma «linha abissal»³⁰ (Santos, 2009) e denunciaram-na, propondo a reformulação do projeto ideológico e político que está na origem do Estado de Israel. Compreenderam que a luta teria de combater um paradigma de apropriação/violência a partir do momento em que os representantes do Estado de Israel recusaram o diálogo e a negociação. Essa mesma «linha abissal» foi o que esteve na origem de um projeto político falhado. Ao se encontrar do «lado de cá da linha», a comunidade mizrahi optou pela incorporação no projeto hegemónico, adotando uma posição de mimetismo em relação ao grupo social dominante (judeus ashkenazim). Como diz Franz Fanon em *Pele Negra, Máscaras Brancas*,³¹ a colonização não deixa apenas um rastro de violência material, ela tem um carácter ontológico também ao nível da autopercepção por parte do colonizado. Este acaba por se ver a si mesmo como estando «fora da história» e procura entrar na história aproximando-se da imagem do colonizador. Se a experiência de integração dos judeus mizrahim em Israel for pensada como um processo de colonização cultural e económica interna, é possível dizer que, da mesma forma que os judeus procuraram «entrar na história» através da sua ocidentalização e da sua integração numa tradição judaico-cristã imaginada, os judeus mizrahim procuraram «entrar na história» através da rejeição do palestino, afastando-se do «outro» com quem partilhavam um passado cultural/linguístico e um presente de opressão e aproximando-se de um «nós» com quem partilhavam uma fé, um Estado e uma possibilidade de se reconstruírem como modernos por oposição a uma alteridade orientalizada e desumanizada.

«Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo ‘tal como ele foi’. Significa apoderarmo-nos de uma recordação (Erinnerung) quando ela surge como um clarão num momento de perigo [...] Pois o Messias não vem apenas como redentor, mas

²⁹ A meu ver a existência do palestino e a sua negação é central para a construção de uma subjetividade israelita, ou seja, a coerência interna da sociedade israelita apenas é conseguida por se construir em relação com esse inimigo.

³⁰ Santos, «Para além do Pensamento Abissal».

³¹ Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas* (Lisboa: Letra Livre, 2017).

como aquele que superará o Anticristo. Só terá o dom de atizar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer.»³²

Os Panteras Negras de Israel representam esta «fenda» de esperança de que Walter Benjamin fala nas suas teses sobre a história e sobre o conceito de temporalidade. Este movimento social permitiu imaginar um presente alternativo, onde uma linguagem em comum entre israelitas e palestinianos existe. A partir de uma releitura alternativa da história da diáspora judaica e de um presente (em 1971/72) de desumanização partilhado, até certo ponto, com os palestinianos, foi possível pensar um Estado plurinacional, pluriétnico e plurirreligioso. A recuperação de histórias silenciadas e invisibilizadas pelo Estado de Israel – uma memória de sofrimento conectada com o processo de migração/rutura com a comunidade de origem e a chegada a um país que vê a cultura das comunidades mizrahim como irrelevante, porque pré-moderna – pode ser lida como uma «sociologia das ausências» (Santos, 2002),³³ assim como a construção de uma ideia alternativa de Estado pelos Panteras Negras de Israel pode ser lida como uma «sociologia das emergências» (Santos, 2002) que, ao recuperar essas histórias de violência simbólica e material, põe em causa uma construção ideológica moderna e ocidental que ignorou e ocultou formas de ser e conhecer alternativas.

Não me parece produtivo apelar a categorias-essência para pensar uma política revolucionária, mas estrategicamente estas podem ser úteis. A leitura da realidade a partir da sua posição de classe permitiu aos Panteras Negras de Israel compreender as origens burguesas e coloniais do Estado de Israel e foi a partir dessa leitura que este movimento social procurou, de forma pioneira, construir um projeto político antissionista em conjunto com todos os «condenados» do Sionismo.

³² Walter Benjamin, *O Anjo da História* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2017), 11.

³³ Boaventura de Sousa Santos, «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 63 (2002): 237-80.

Bibliografia

- Benjamin, Walter. *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2017.
- Bernstein, Deborah, e Shlomo Swirski. «The Rapid Economic Development of Israel and the Emergence of the Ethnic Division of Labour». *The British Journal of Sociology* 33, n.º 1 (1982): 64-85.
- Bober, Arie. *The Other Israel: The Radical Case Against Zionism*. Nova Iorque: Anchor Books, 1972.
- Cohen, Shalom, e Kochavi Shemesh. «The Origin and Development of the Israeli Black Panther Movement». *MERIP Reports* 49 (1976): 19-22.
- Elkaïm, Mony. *Panteras Negras de Israel*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1973.
- Fanon, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Letra Livre, 2015.
- Fanon, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Lisboa: Letra Livre, 2017.
- Gramsci, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. Traduzido e editado por Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith. Nova Iorque: International Publishers, 1992.
- Grinberg, Lev Luis. *Mo(ve)ments of Resistance: Politics, Economy and Society in Israel/Palestine, 1931-2013*. Boston: Academic Studies Press, 2014.
- Herzl, Theodor. *The Jewish State*. Kansas: Digireads.com Publishing, 2001.
- Illouz, Eva. «Begin's Legacy / Enough of Ethnicity». *Haaretz*, 22 de fevereiro, 2012.
- Kimmerling, Baruch. *Zionism and Territory: The Socio-Territorial Dimension of Zionist Politics*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- Lubin, Alex. *Geographies of Liberation: The Making of an Afro-Arab Political Imaginary*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.

- «No Man's Land», video do YouTube, 13:40, Jewish Voice for Peace, 6 de junho, 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=I0uSQA1TMbw&t=1s>.
- Massad, Joseph. *The Persistence of the Palestinian Question: Essays on Zionism and the Palestinians*. Londres: Routledge, 2006.
- Ohayon, Leeor. «Stop blaming Mizrahim for everything wrong in Israel». +972 Magazine, 26 de março, 2015.
- Piterberg, Gabriel. «Erasures». *New Left Review* 10 (2001): 31-46.
- Ram, Uri. *Israeli Nationalism: Social conflicts and the politics of knowledge*. Londres: Routledge, 2011.
- Raz-Krakotzkin, Amnon. «The Zionist Return to the West and the Mizrahi Jewish Perspective». In *Orientalism and the Jews*, editado por Ivan Davidson Kalmar e Derek J. Penslar, 162-81. Hanover: University Press of New England, 2005.
- Roby, Bryan K. *The Mizrahi era of rebellion: Israel's forgotten civil rights struggle, 1948-1966*. Nova Iorque: Syracuse University Press, 2015.
- Sand, Shlomo. *The Words and the Land: Israeli Intellectuals and the Nationalist Myth*. Nova Iorque: Autonomedia, 2011.
- Santos, Boaventura de Sousa. «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 63 (2002): 237-80.
- Santos, Boaventura de Sousa. «Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes». In *Epistemologias do Sul*, editado por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, 23-71. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- Shafir, Gershon. *Land, Labour and the Origins of the Israeli-Palestinian Conflict, 1882-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- Smootha, Sammy. «The mass immigration to Israel: A comparison of the failure of the Mizrahi immigrants of the 1950s with the success of the Russian immigrants of the 1990s». *The Journal of Israeli History* 27, n.º 1 (2008): 1-27.

- Shenhav, Yehouda. «Modernity and the Hibridization of Nationalism and Religion: Zionism and the Jews of the Middle East as a Heuristic Case». *Theory and Society* 36, n.º 1 (2007): 1-30.
- Shohat, Ella. «The Narrative of the Nation and the Discourse of Modernization: the Case of the Mizrahim». *Critique: Critical Middle Eastern Studies* 6, n.º 10 (1997): 3-18.
- Wolfe, Patrick. *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology*. Nova Iorque: Cassell, 1999.
- Wolfe, Patrick. «Settler colonialism and the elimination of the native». *Journal of Genocide Research* 8, n.º 4 (2006): 3

RECONSTRUIRE UN ÉTAT FORT PAR L'UNITÉ ET LA SOLIDARITÉ EN AFRIQUE DU SUD

CHARLY NDIAPI FOPA¹

Résumé:

Sortir vainqueur de la lutte contre l'apartheid et se retrouver, après une éclipse de quarante ans, dans une Afrique du Sud démocratique, multiraciale et unie. Telle est la préoccupation ayant motivée cette réflexion articulée autour de deux principaux axes. Une revue du processus de régénération de la violence qui contribue à fragiliser la communauté nationale et une étude des perspectives de reconstruction d'un État fort en Afrique du Sud. Face à cet état de crise imminente, il est important d'envisager des mécanismes innovants de reconstruction sociale. D'où l'urgente nécessité de mutualiser les ambitions politiques (unity-of-life) et communier les intérêts et ressources (unity-of-means-and-ends) pour la justice sociale et économique.

Mots-clés: État fort: pauvreté: unity-of-life: unity-of-means-and-ends.

¹ Université Protestante d'Afrique Centrale (UPAC), Yaoundé-Cameroun.

INTRODUCTION

L’Afrique du Sud post-apartheid est une société multiraciale édifée sur un héritage particulier. Celui de l’existence d’un cadre sociopolitique composé de nombreux éléments qui définissent un État fort. Sur le plan politique, le choix du modèle one-man-one-vote ou un-homme-une-voix,² expérimenté dans un État unitaire a contribué à sauver ce pays de la fragmentation identitaire, la sécession entre les communautés, l’édification de nouvelles frontières exclusives et un système fédéraliste basé sur la filiation raciale. Cette approche démocratique a été envisagée et adoptée pour compléter la perspective du power sharing,³ initié pour s’assurer la participation de toutes les communautés à la gestion du pouvoir. Sur le plan socioéconomique, l’Afrique du sud est un pays doté d’un potentiel assez considérable pour promouvoir l’industrialisation.

La richesse humaine est aussi un atout de relance de la croissance (avec près de 55.653.654 d’habitants) Pourtant, malgré sa puissance régionale, ce pays est quotidiennement décrit comme «un géant en proie au doute».⁴ Cette dernière observation suscite une interrogation majeure qui donne lieu à la problématique suivante: qu’est-ce qu’un État fort et quels en sont les caractéristiques au regard du potentiel répertorié en Afrique du Sud? Quels sont les principaux indicateurs de crise imminente et des perspectives d’effondrement de l’appareil étatique du pays? Quelles sont les stratégies d’unité et de solidarité requises pour reconstruire cette Nation? Empruntant à l’école de paix développée par Johan Galtung,⁵ il est important de répondre à cette série de questions en s’alignant sur les prévisions théoriques qui caractérisent l’approche de la paix positive. Une variable de coexistence pacifique et de cohésion sociale qui interpelle sur l’impérieuse nécessité de mettre fin aux violences structurelles, institutionnelles et environnementales,⁶ pour consolider la nation réconciliée ou l’État Fort en Afrique du Sud.

² Niël Barnard, *Secret revolution. Memoirs of a spy boss* (Cape Town: Tafelberg, 2015), 157.

³ Aziz Pahad, *Insurgent diplomat. Civil talks or civil war?* (South Africa: Penguin Books; 2014), 158.

⁴ Xavier. Orly, «Afrique du Sud, Le géant en proie au doute», *Economia* 19 (2002): 62-67.

⁵ Johan Galtung, *Essays in Peace Research* (Copenhagen: Christian Ejlertsen, 1975), 25.

⁶ David Pierre Barash, *Introduction to peace studies* (Belmont, CA: Wadsworth Publishing Company, 1991), 9.

CARACTÉRISTIQUES D'UN ÉTAT FORT

Généralement, un État est classé dans cette catégorie lorsqu'il rassemble en son sein un ensemble d'indicateurs de démocratie qui lui permettent de se démarquer et se distinguer politiquement dans la sous-région et sur la scène internationale. Aussi nombreux, divers, variés et complémentaires qu'ils soient, les critères de souveraineté qui permettent de cataloguer un pays dans cette famille d'État-fort sont: une croissance économique forte; une politique de sécurité sociale satisfaisante ou respectueuse des exigences des personnes nécessiteuses; le développement des institutions qui concourent à l'amélioration du standard de vie de tous ceux qui y vivent.⁷ Deux principaux secteurs sont identifiés dans cette analyse comme espaces fondamentaux à la relance de la croissance, d'une économie forte et d'un système politique respectueux des structures souveraines en place. Il s'agit principalement du domaine de l'éducation et du cadre institutionnel.

Le cadre éducatif est un champ qui permet de situer un pays ou une nation dans la catégorie des États qui ne ménagent aucun effort à la promotion de la recherche et l'innovation scientifique, autre particularité d'un État fort. Malgré le clivage historique développé à travers le Bantu Education Act of 1953 interdisant l'accès des ressortissants des communautés opprimées à certaines écoles et universités du pays,⁸ la fin de l'apartheid n'a pas donné lieu à une dégradation complète des institutions en charge de promouvoir l'éducation, la recherche et l'innovation scientifique. Selon un classement du Center for World University Ranking (CWUR), cinq universités localisées en Afrique du Sud figurent parmi les 500 meilleurs établissements d'enseignement supérieur du monde, sur un total de près de 18.000 universités répertoriées. Il s'agit principalement des universités de: Cape Town (223e), Witwatersrand (230e), KwaZulu-Natal (402e), Pretoria (438e) et Stellenboch (448e). Malgré la fracture identitaire appliquée dans ce domaine pendant les années d'apartheid, il est important de noter que la levée des barrières raciales sert de levier à la promotion d'une éducation orientée vers la professionnalisation et l'amélioration de la qualité de vie de tous les citoyens. Le but étant d'arrimer ce secteur aux exigences

⁷ Willie Esterhuysen, *Endgame Secret talks and the end of apartheid* (Cape Town: Tafelberg, 2012).

⁸ Nelson Mandela, *L'apartheid* (Paris: Les Editions de minuit, 1985), 16-18.

nationales et, surtout internationales, promotrices d'une éducation équitable et de qualité accessible à tous.⁹

Consolider et renforcer les institutions souveraines est une autre étape indispensable à la reconstruction d'un État Fort. Modèle étatique qui se démarque par la transcendance et la transformation des crises institutionnelles ou de souveraineté pour promouvoir des institutions inclusives. Ces dernières étant des structures qui valorisent la participation de tous à la croissance et l'amélioration des conditions de vie dans la communauté nationale constituée. Les institutions inclusives sont donc un ensemble d'infrastructures souveraines qui «préservent les droits de propriété et le respect des contrats, minimisent les restrictions à la liberté et à l'opportunité de créer et d'innover, ce qui stimule l'épargne, l'investissement et les progrès techniques, donc la croissance à long terme d'un pays».¹⁰ Toutefois, la promotion des institutions inclusives dans une société donnée est conséquente au développement d'un élan de solidarité qui permet de dépasser les frontières intercommunautaires qui existent au sein du pays.

PRÉMICES D'UNE CRISE INSTITUTIONNELLE

La fin l'apartheid a laissé place à de nombreux espoirs de paix, de croissance et de développement. Espérances qui s'illustraient aussi bien dans les différents champs économique, socioculturel et surtout politique. Dans ce dernier domaine, force est de constater que cet espoir était fondé sur l'ambition d'édifier une nouvelle Afrique du Sud inscrite dans le cercle de puissance à même d'intervenir sur les différents plans militaire, politique et économique partout dans le monde.¹¹ Cependant, cette vision de grandeur politique est au centre de nombreuses controverses animées par la mise en place des intuitions extractives. Celles-ci sont décrites comme étant des institutions qui «concentrent le pouvoir dans les mains d'un ou de quelques individus qui freinent l'innovation parce qu'ils cherchent avant tout à maintenir leur pouvoir

⁹ Programme des Nations Unies pour le Développement, *Rapport sur le développement humain 2016: le développement humain pour tous* (New York: PNUD, 2016).

¹⁰ Daron Acemoglu, et James A. Robinson, *La faillite des nations. Les origines de la puissance, de la prospérité et de la pauvreté* (Genève: Markus haller, 2015), 13.

¹¹ Marcel Merle, *Sociologie des relations internationales*, 3e édition (Paris: Dalloz, 1982), 311.

et craignent que ce pouvoir ne soit remis en cause par l'émergence de nouvelles activités, de nouvelles entreprises, de nouvelles technologies». ¹² Ces types d'institutions sont marquées par la prolifération des violences structurelles qui se déploient, depuis l'abolition des normes de ségrégation raciale et d'apartheid, sous des formes diverses et variées. Nous pouvons identifier, dans le cadre de ce travail, les indicateurs de violences structurelles et institutionnelles qui suivent: la guerre civile, l'exclusion politique et la pauvreté, l'injustice économique et le chômage. Il importe également de mentionner la rupture de l'idéologie véhiculée à travers la philosophie de l'ubuntu et expérimentée tout au long du processus de libération des communautés opprimées en Afrique du Sud.

La violence observée en Afrique du Sud depuis l'abolition des normes de ségrégation raciale et d'apartheid contribue au dysfonctionnement des institutions et à la faillite de l'entité étatique multiraciale naissante. Elle est la conséquence d'une stratégie de domination intracommunautaire qualifiée d'impérialisme structurel ou Structural Imperialism, facteur d'exclusion politique et de promotion de la pauvreté. Cette nouvelle forme de domination est définie par Johan Galtung en ces termes: «Briefly state, imperialism is a system that splits up collectivities and relates some of the parts to each other in relations of harmony of interest, and other parts in relations of disharmony of interest, or conflict of interest.» ¹³ Ainsi, toute société édifée en tenant compte de ce modèle exclusif de cohabitation fait l'objet de fragmentation et de reconfiguration suivant les pôles sociaux édifés au sein de la communauté nationale constituée. Le centre est le pôle cardinal détenant la force du capital nécessaire au développement de la société. Contre le centre s'oppose la périphérie, zone décentrique (ou celle dans laquelle est localisée) de la force du travail, numériquement supérieure au pôle central. C'est en périphérie que sont localisées les ressources humaines et matérielles indispensables à tout processus d'industrialisation, de croissance, de développement, d'amélioration des conditions de vie, de reconstruction et de consolidation d'un État Fort ou d'une puissance mondiale. Cette forme de cohabitation basée sur la fragmentation sociale a été la principale source de prolifération des actes

¹² Acemoglu et Robinson, *La faillite des nations*, 13.

¹³ Johan Galtung, «A structural theory of imperialism», *Journal of Peace Research* 8, n.° 2 (1971): 81.

d'oppression structurelle dont les plus connus sont: la marginalisation des personnes âgées, l'exclusion des personnes juvéniles en quête du premier ou du second emploi, la désocialisation des mères célibataires avec des enfants à charge et celles qui sont involontairement sans-emploi.¹⁴ Cette forme expérimentale d'oppression structurelle a également jeté les bases de la propagation des violences intracommunautaires dont la conséquence est un taux de criminalité revu à la hausse, avec près de 22.000 meurtres/an.¹⁵

MUTUALISATION DES EFFORTS, COMMUNION DES RESSOURCES ET RECONSTRUCTION D'UN ÉTAT FORT

Une observation faite par Marie-Claude Blais nous interpelle et sert aussi de boussole au développement de cette partie de l'analyse axée sur l'examen des différentes stratégies de reconstruction d'un État Fort en Afrique du Sud. Elle affirme: «Dans les sociétés humaines elles-mêmes, la guerre est aussi constante que l'aspiration à la paix et à la concorde, et quand les hommes se regroupent pour s'entraider, ils le font le plus souvent pour faire front contre des ennemis communs, selon l'adage bien connu: 'l'union fait la force'.»¹⁶ À la connaissance de cette pensée et prenant en compte l'observation qui a été développé en première partie de ce travail, il est important de constater un changement fondamental dans la nature de la crise qui tend à fragiliser les institutions souveraines et démocratiques en Afrique du Sud.

Mutualisation des idéaux politiques

Créer la proximité au lieu de la distance sociale, la séparation et la confrontation violente entre les différents acteurs politiques, tel est le principal objectif recherché à travers le recours de la stratégie de reconstruction sociale qui vise la mutualisation des idéaux politiques. Pour ce faire, l'unité politique recherchée à travers la stratégie de

¹⁴ Iris Marion Young, *Justice and the politics of difference* (New Jersey: Princeton University Press, 2011), 41-60.

¹⁵ Paul Coquerel, *L'Afrique du Sud: une histoire séparée une nation à réinventer* (Paris: Gallimard, 1992), 123.

¹⁶ Marie Claude Blais, *La solidarité. Histoire d'une idée* (Paris: Gallimard, 2007), 34.

consolidation du modèle démocratique one-man-one-vote passe par le rapprochement manifeste entre les principaux acteurs politiques, notamment: le peuple, l'élite et les structures politiques concurrentes. Pour y parvenir, c'est en faisant une étude rétrospective du processus de libération antiapartheid qu'il a été possible d'identifier les différentes méthodes de stabilité politique qui permettent d'atteindre les objectifs recherchés. Parmi les diverses stratégies pacifiques et non-violentes répertoriées tout au long de la lutte de libération, celles qui restent d'actualité dans le cadre de cette analyse sont la tolérance et la coopération intracommunautaire. Afin de stopper l'effervescence de la brutalité, consolider la stabilité politique et participer à la reconstruction d'un modèle de cohésion nationale dénué de toutes formes de violence, faire preuve de respect de la vie humaine de tous les citoyens, de tolérance et de coopération intracommunautaire reste l'instrument indispensable à l'édification et la consolidation d'un État fort. Par le recours à ce mécanisme non-conventionnel de sortie de crise et de gestion des violences structurelles et institutionnelles qui gangrènent l'environnement sociopolitique, il est question de jeter les bases à l'édification d'un modèle de cohésion nationale qui offre la possibilité aux citoyens de se réinvestir, s'identifier et participer à la reconstruction de l'architecture étatique, promouvoir les valeurs patriotiques d'unité et du sentiment manifeste de former un peuple.

COMMUNION DES MOYENS ET RESSOURCES ÉCONOMIQUES

Dans le cadre de cette analyse, le motif de la communion des moyens et des ressources économiques disponibles repose sur la volonté de barrer la voie à la pauvreté grandissante qui n'épargne aucune classe sociale. Ce handicap socioéconomique construit et entretenu au sein d'une communauté n'ayant pas de couleur raciale transcende la filiation identitaire et se présente comme un indice de fragilité considérable de l'appareil étatique. Mener une lutte efficace contre la pauvreté nécessite de recourir à la stratégie de la communion des moyens et des ressources économiques pour améliorer le standard de vie des communautés. Ceci passe par l'établissement d'une relation de cause à effet entre ces deux principaux indicateurs (les moyens et les ressources) de croissance et de développement. Toutefois, pour y parvenir, la technique de la reprioritisation est celle qui est proposée pour rétablir la corrélation entre

ces différents indices de justice économique. Rendre de nouveau prioritaire les projets qui visent l'amélioration des conditions élémentaires de vie des populations au sein d'une communauté, dans un État ou au sein d'une Nation, tel est le principal objectif qui nécessite une mobilisation considérable des moyens divers et disponibles.

Cette technique est basée sur un instrument de reprioritisation qualifié de multiplicateur des investissements ou Classical Multiplier Effect.¹⁷ De manière générale, le multiplicateur des investissements est un outil de croissance qui permet de reconsidérer le budget prévu pour la réalisation de certains projets titanesques, moins rentables à l'immédiat ou dans le futur et les réinvestir dans les secteurs de l'éducation, la santé et l'agro-industrie. C'est une technique qui permet de booster la productivité dans la mesure où elle prédispose à l'innovation sociale et la réinvention des secteurs économiques prioritaires. A titre d'exemple, il faut noter qu'une personne bien éduquée est assez outillée pour proposer des solutions nouvelles et améliorées aux problèmes du quotidien. Elle est également prédisposée à mener une observation productrice et innovante pour la communauté, respectueuse des besoins fondamentaux de tous et du peuple. A l'échelle méso-sociale, multiplier les investissements consiste à réinvestir les profits accumulés dans un secteur quotidien de travail vers d'autres espaces vitaux tels que: l'éducation, la santé et l'assainissement du cadre familial. Ils sont des secteurs essentiels à la formation d'une main d'œuvre de qualité et vitale à tous projets ou programmes de croissance économique. À ce stade, une relecture du processus de réinvestissement des profits consiste spécialement à ne ménager aucun effort, comme obligation majeure d'un(e) chef de famille, pour offrir des possibilités d'instruction, une meilleure éducation et une possibilité de professionnalisation à la génération future. La technique du multiplicateur des investissements ou Classical Multiplier Effect est également un dispositif permettant de satisfaire les différents besoins physiologiques, sanitaires, d'estime de soi et d'autres encore au sein d'une communauté ou d'un État Fort.

¹⁷ Robert I. Rotberg, *When states fail. Causes and consequences* (New Jersey: Princetown Universty Press, 2004), 34.

CONCLUSIONS

Au terme de notre analyse, force est de constater que l’Afrique du Sud dispose de nombreux avantages indispensables à la réduction de la pauvreté et une meilleure gestion des menaces qui contribuent à la fragilisation de l’appareil étatique. Reconstruire un État-fort en Afrique du Sud repose sur un besoin urgent d’unité, de collaboration et solidarité intracommunautaire, de coopération et d’une compétition politique pacifique. Cette unité se décline sous deux principales formes: les stratégies de mutualisation des visions politiques et communion des moyens ou des ressources économiques. Ces instruments sont indispensables à la promotion des institutions inclusives qui prédisposent à la créativité et l’innovation sociale, à la croissance économique et l’amélioration des conditions de vie.

C’est dans cette optique qu’on peut situer les nombreuses distinctions qui ont caractérisé l’année 2019, marquée par la contribution de plusieurs sud-africains à la reconquête du leadership international de ce pays. Une matérialisation de cet esprit de solidarité, d’unité et d’union des efforts. On peut citer: l’invincibilité de l’équipe de rugby à la coupe du monde 2019 sous le leadership de Siya Kolisi; le prix Louis Vuitton Moët Hennessy (LVMH) décerné à Thebe Magugu, créateur et styliste sud-africain pour la promotion de la technique de la prosopographie dans la création de ses modèles; Zozibini Tunzi (Miss Univers 2019), dont la distinction mondiale permet de questionner les paradigmes de beauté qui prévalaient jusque-là en Afrique.

Bibliographie

- Acemoglu, Daron et Robinson James A. La faillite des nations. Les origines de la puissance, de la prospérité et de la pauvreté. Genève: Markus Haller, 2015.
- Barash, David Pierre. Introduction to peace studies. Belmont, CA: Wadsworth Publishing Company, 1991.
- Barnard, Niël. Secret revolution. Memoirs of a spy boss. Cape Town: Tafelberg, 2015.

- Blais, Marie Claude. *La solidarité. Histoire d'une idée*. Paris: Gallimard, 2007.
- Coquerel, Paul. *L'Afrique du Sud: une histoire séparée, une nation à réinventer*. Paris: Gallimard, 1992.
- Esterhuysen, Willie. *Endgame. Secret talks and the end of apartheid*. Cape Town: Tafelberg, 2012.
- Galtung, Johan. «A structural theory of imperialism». *Journal of Peace Research* 8, n.º2 (1971).
- Galtung, Johan. *Essays in Peace Research*. Copenhagen: Christian Ejlers, 1975.
- Mandela, Nelson. *L'apartheid*. Paris: Les Editions de minuit, 1985.
- Merle, Marcel. *Sociologie des relations internationales*, 3e édition. Paris: Dalloz, 1982.
- Orly, Xavier. «Afrique du Sud, Le géant en proie au doute». *Economia* 19 (2002).
- Pahad, Aziz. *Insurgent diplomat. Civil talks or civil war?* Cape Town: Penguin Books; 2014.
- Programme des Nations Unies pour le Développement. *Rapport sur le développement humain 2016: le développement humain pour tous*. New York: PNUD, 2016.
- Rotberg, Robert I. *When states fail. Causes and consequences*. New Jersey: Princetown Universty Press, 2004.
- Young, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. New Jersey: Princeton University Press, 2011

INFORMATION ET CONTRÔLE: ÉTUDE DES MUTATIONS DU POUVOIR CONTEMPORAIN

JULIEN CHANDELIER¹

Résumé:

Mon intervention va consister à présenter une réflexion que je mène au sein de mon travail doctoral sur les transformations des rapports de pouvoir entre individus et sociétés dans notre âge contemporain, comme la confrontation de deux cadres de pouvoir entre discipline et contrôle et leur traduction au sein de deux espaces-temps, l'espace-temps étatique et l'espace-temps numérique.

Mots-clés: pouvoir; discipline; contrôle; information.

Mon intervention va consister à présenter une réflexion que je mène au sein de mon travail doctoral sur les transformations des rapports de pouvoir entre individus et sociétés dans notre âge contemporain, comme la confrontation de deux cadres de pouvoir entre discipline et contrôle et leur traduction au sein de deux espaces-temps, l'espace-temps étatique et l'espace-temps numérique.

¹ Doctorant contractuel en sociologie à l'Université Paris Descartes, sous la direction d'Anastassia Tsoukala et Yves Charles Zarka, au sein du laboratoire Philépol.

Pour comprendre l'histoire de la construction de l'Etat, Michel Foucault² nous dit qu'il faut s'intéresser à la discipline sociale en tant qu'élément de transition entre les sociétés médiévales et les sociétés modernes. Dans l'histoire occidentale, on passe d'un pouvoir qui donne la mort à un pouvoir qui organise la vie, d'un pouvoir de prélèvement discontinu à un pouvoir permanent et étendu.

Foucault va utiliser deux concepts: l'anatomo-politique (en tant que processus d'investissement des corps, dans le but de produire des conduites normées) et la biopolitique (en tant que constitution d'un corps social, d'une population qu'il s'agit de réguler et d'encadrer par des techniques de pouvoir spécifiques).

Il va ainsi s'intéresser à l'étude du corps comme le lieu d'une production sociale façonnée par une contrainte de plus en plus forte et mettre au jour ce qu'il a appelé les sociétés disciplinaires.³

Celles-ci naissent en même-temps que le capitalisme et l'apparition des milieux d'enfermements, elles connaîtront leurs apogées dans la première moitié du XXe siècle, ce type de pouvoir particulier est caractérisé par :

La clôture de l'espace : on passe de lieux d'enfermements en lieux d'enfermements, comme l'usine, l'école, la prison.

La spatialisation du temps : on est face à un temps productif maîtrisé spécifiquement par les espaces dans lesquels il s'incarne.

Une surveillance hétéronome : organisée à travers une structure hiérarchique et autoritaire présente dans chaque lieu, nécessitant un espace privé de repli.

Le règne des interdits : qui passe par l'identification permanente de la règle, la certitude de la sanction et l'imposition de normes coercitives.

Ce que Foucault met à jour ici c'est un type particulier de socialisation et de régulation des rapports de pouvoir qui permet le dressage et la correction permanente des comportements.

Or ce modèle d'organisation sociale sera progressivement remis en cause, dans une charge contre les institutions, l'autorité, les espaces d'enfermements, dans une rébellion face aux disciplines et à leur fonctionnement.

² Michel Foucault, *Surveiller et Punir* (Paris : Gallimard, 1993).

³ Foucault, *Surveiller et Punir*.

Dans les années 1960 de nombreux pays occidentaux sont touchés par une crise des institutions qui est en fait, selon Gilles Deleuze,⁴ une installation progressive d'un nouveau régime de domination, qu'il nomme les sociétés de contrôle.

Il considère que l'expansion des réseaux d'échanges et des technologies de communication nécessaire à la croissance du capitalisme à affaiblit le pouvoir politique et son autorité en engendrant une diminution de la capacité des Etats Nations à contrôler leur territoire et leur population.

Ce qui est à l'œuvre dans la seconde moitié du XXe siècle c'est une transformation dans le capitalisme, d'un état compressif à un état dispersif. Le premier basé sur l'accumulation et les stocks, est matérialisé par le travail productif humain. Le second, celui des flux financiers, relègue le travail humain et le processus d'accumulation comme un sous-facteur de richesse. Ce qui est nécessaire, dès lors, c'est la fluidité de la circulation des capitaux et non la stricte délimitation d'une production territoriale.

Alors que les sociétés disciplinaires reposaient sur la capacité à organiser et à faire fonctionner les territoires dans le cadre de la nation, les sociétés de contrôle se présentent comme des résidus territoriaux et individuels, qui entrent en fonctionnement par-delà les Etats.

Ce pouvoir du contrôle est caractérisé par :

L'ouverture de l'espace : en organisant la circulation entre espaces génériques, dans un modèle entrepreneurial plutôt qu'industriel.

Un temps maximisé : à travers la circulation automatisée de l'information, la forme mouvante du marché et la maximisation du flux d'échange.

Une surveillance autonome : avec la disparition de l'autorité formelle et l'apparition de l'individu en tant que coproducteur des normes. Des systèmes de surveillance décentralisés et la rétraction de l'espace privé.

Le principe d'incitation : dans un réinvestissement de la logique de jouissance et une coproduction de la norme incitative.

⁴ Gilles Deleuze, «Post-Scriptum sur les sociétés de contrôle», dans *Pourparlers (1972-1990)* (Paris : Editions de Minuit, 2003).

Alors que Deleuze théorise le passage des sociétés disciplinaires aux sociétés de contrôle,⁵ avec du recul nous pensons aujourd'hui que cette transition ne s'est pas pleinement opérée.

Nous vivons aujourd'hui dans une réalité marquée par la coexistence de deux cadres de régulation des rapports de pouvoir entre discipline et contrôle.

En effet, en mettant face à face les caractéristiques de ces deux dispositifs de pouvoir, il apparaît tout d'abord que le second découle du premier. C'est parce que la discipline a constitué et organisé la société comme un ensemble de corps productifs à fonctionnaliser que le contrôle a pu émerger, par la répétition et le marquage de la structure psychique des individus, à travers l'emprise sur les corps qu'elle a exercé, par l'intériorisation de son système punitif.

Deuxièmement, on ne peut que constater que les principes sur lesquels repose le contrôle ne sont pas encore pleinement réalisés ou du moins débarrassés de ceux de la discipline.

En effet, si l'on peut percevoir une réelle modification de l'espace dans notre monde contemporain son étirement, son principe de libre circulation, son adéquation avec le modèle entrepreneurial technologique mondialisé. Il n'en demeure pas moins que le cadre de nos existences continue à être marqué par l'espace des Etats-Nations, leurs institutions, l'industrie, ne serait-ce que par son déplacement dans les différentes zones de productivité mondiale.

Mais encore, nous ne pouvons que constater la recrudescence des lieux d'enfermement qui se multiplient pour circonscrire l'autonomie et les déplacements de certaines populations (migrants, criminels, militants ...).

Il en va de même pour les systèmes de surveillance, s'il est indéniable qu'une modification profonde est à l'œuvre, à travers les nouvelles technologies de l'information et de la communication, par le développement du principe de sousveillance où chacun devient un élément contrôlé et contrôlant. On constate que les systèmes descendants, hiérarchiques, étatiques sont loin d'avoir disparu, notamment dans un contexte de lutte contre le terrorisme. Il n'y a qu'à regarder le développement de l'exceptionnalité du droit de la surveillance dans les sociétés contemporaines pour comprendre que ce

⁵ Deleuze, «Post-Scriptum».

sont deux systèmes qui cohabitent plutôt que la transformation de l'un en l'autre.

Enfin, l'interdit et l'incitation fonctionnent là encore de pair, dans un processus combiné qui continue à pointer la règle et l'imposer, assurer son respect et sa vigilance tout en se dissimulant dans des logiques de séduction, de captation et de rétention qui n'appartiennent plus seulement au marché.

Ainsi nous commençons à percevoir l'ambiguïté de notre situation contemporaine comme l'expression d'un entrechoquement de deux cadres de régulation qui s'opposent tout en s'appuyant l'un sur l'autre.

Nous faisons l'hypothèse qu'une partie significative de notre vécu de crise peut être appréhender à l'aune de cette reconfiguration des rapports de pouvoir, comme un phénomène de reconstruction permanent de la forme de nos sociétés tiraillées entre deux régimes d'existence.

Or nous postulons que pour comprendre cette mutation à l'œuvre il faut s'intéresser à ce qui est au cœur de ces deux régimes de pouvoir : la place donnée à l'information et à son contrôle.

Tentons ici de définir brièvement ce terme complexe. L'information est une transcription discontinue d'un phénomène dans un langage approprié,⁶ il peut s'agir de l'information juridique, médiatique, numérique ou même génétique.

L'information est fondamentalement une trace, elle donne accès aux phénomènes, à la matière, elle rend visible les modifications qui ont eues lieux dans le temps et l'espace.

Elle donne ainsi accès à une connaissance à travers sa capacité à traduire les phénomènes du vivant dans un langage accessible à l'analyse.

En reliant une connaissance objectivable à l'état de la chose, elle permet une reconfiguration, un alignement constant avec ses évolutions.

Au lendemain de la seconde guerre mondiale plusieurs théories mathématiques⁷ font de l'information une fin en soi par sa capacité à lutter contre l'entropie, c'est-à-dire, le chaos naturel.

Fondée sur la seconde loi de la thermodynamique, qui veut que tout système autonome produise tendanciellement du désordre, l'intuition de

⁶ Manuel Castells, *L'ère de l'information : Tome 1 La société en réseaux* (Paris : Fayard, 2001).

⁷ Claude Shannon et Warren Weaver, *Théorie mathématique de la communication* (Paris : Cassini, 2018); Norbert Weiner, *Cybernétique et société. L'usage humain des êtres humains* (Paris : Denoël, 1954).

ces théoriciens est de corriger cette inclinaison en maximisant la communication et à travers elle la régulation par l'information.

Tout doit devenir message, information et circuler librement. La coopération par la communication est ce qui peut permettre à un écosystème complexe de devenir néguentropie, or la forme du pouvoir disciplinaire dans les années 1950 ne permet pas le développement nécessaire de la communication.

On parle de système fermé, fractionné, hiérarchisé et de la forme frontière comme les limites à dépasser pour permettre à nos sociétés de mieux fonctionner. Ces systèmes lourds de régulation freinent et étouffent l'information en la maintenant dans des espaces clos et diversifiés.

Ces théoriciens préconisent la levée de ces infrastructures de limitation et l'investissement de la vitesse comme forme de régulation du social.

Appuyé sur la capacité des machines, ils proposent un système ouvert, dynamique, auto-apprenant et transparent.

Ils imaginent la création d'une infrastructure de stockage et de circulation de l'information.

Selon eux, l'information est un processus à l'œuvre entre un être vivant ou machinique et son environnement. Ce processus est en mouvement perpétuel par les multiples ajustements qu'il provoque.

Ainsi, l'impératif social est de démultiplier les capacités de faire circuler l'information pour que chacun ait accès à l'information adéquate capable de faire évoluer au mieux son existence.

Dans un système fermé, l'information est géocontrôlée, elle est statique, elle ne sert qu'à un nombre extrêmement limité d'individus. Dans un système ouvert, l'information est mouvante, mondialisée et dévolue à tous.

Ils opposent rigidité et capacité d'apprentissage.

Dans un système fermé, les structures communicationnelles n'étant pas pleinement reliées les unes aux autres, elles ne permettent pas la circulation optimale de l'information.

Or c'est précisément par l'accès à l'information que la correction est possible par un mécanisme régulé d'apprentissage, c'est-à-dire, d'adaptation.

Ils opposent enfin la transparence au secret.

Dans un système fermé, l'information est maintenue dans un cercle restreint, elle ne revêt qu'une dimension stratégique qui exclut son usage

par le plus grand nombre. Elle sert des intérêts particuliers et empêche sa libre circulation. Cette politique du secret est perçue comme le symptôme d'une maladie qu'il convient de traiter par le remède le plus radical, la transparence. Le contrôle, en s'étendant à l'ensemble du corps social, protège la société des dérives, du secret et de la barbarie.

C'est au cœur de ces théories mathématiques de la communication que se trouve une nouvelle conceptualisation du pouvoir, celle des sociétés de contrôle. A partir des années 1950 la mise en place progressive d'un système technologique informatisé va permettre l'avènement de ce nouveau régime de régulation des rapports entre individus.

Nous pensons donc que notre période contemporaine est caractérisée par la coexistence de deux systèmes de pouvoir au cœur de deux espaces-temps, à la fois étatique et numérique. Une telle cohabitation n'est en rien figée, les rapports de pouvoir entre ces deux systèmes de régulation évoluent constamment. Alors qu'il y a encore quelques années l'espace numérique était peu régulé, on voit se multiplier les tentatives des Etats pour le faire coïncider avec leur droit national. De l'autre côté, la gouvernementalité algorithmique s'étend toujours davantage jusqu'à imposer sa logique au cœur du fonctionnement de l'Etat.

La gouvernance de nos vies passe dorénavant dans ces deux cadres d'existence, à travers des formes divergentes.

En effet, notre rapport à nos sociétés se fait de plus en plus mouvant, là où dans les sociétés traditionnelles l'individu est ancré dans un système de valeurs et dans un rapport de pouvoir unique qui s'incarne dans un au-delà physique, dans les sociétés contemporaines l'individu se trouve pris entre deux systèmes de références qui sont tout autant deux formes de pouvoir et d'expériences du monde entremêlés. Cette hybridation en cours pourrait à terme déboucher sur une réunification de ces deux espaces dans un quadrillage de contrôle total.

Schéma Traditionnel	Schéma Contemporain
Schéma Autoritaire	

Nous voyons depuis peu apparaître de nouvelles frontières géopolitiques entre ces espace-temps, en exemple l'Intranet Chinois ou Russe et l'apparition de modèle étatique souverain d'espace numérique.

Ce qui se joue actuellement dans ce rapport de force incertain et permanent entre ces sphères d'existence c'est la reconfiguration de la relation entre individus et sociétés. Si celle-ci est liée au devenir des

états nations et de l'espace numérique, elle s'incarne également dans l'agentivité des individus par leurs capacités à opérer des choix dans ces deux espaces-temps de manière combiné.

Nous assistons depuis plusieurs années à la reconfiguration des mobilisations subjectives et des luttes collectives dans un hyperespace renouvelé, qui porte en elles des potentialités émancipatrices mais également la reproduction de formes de domination et d'inégalités.

On voit des mobilisations sociales comme celle des Gilets Jaunes en France ou encore celle d'Hong Kong qui sont, actuellement, le fruit de cette double structuration en puisant autant dans les formes d'organisation horizontales et décentralisées offertes par l'espace numérique que dans des répertoires d'actions traditionnels comme la manifestation et l'occupation. Reconstruisant un système de valeurs qui s'oppose à la fois à la façon dont la politique se pratique au sein de l'Etat Nation mais également à la surveillance informatique généralisée de la société.

Il semble ainsi que se joue dans les interstices de cette confrontation entre systèmes de régulation la reconstruction potentielle de pratiques communicationnelles, organisationnelles, identitaires qui visent à bâtir de nouveaux horizons communs en redéfinissant la notion même de société et d'agir public.

Le rejet massif de la structuration politique du monde étatique et l'adoption en miroir des moyens mis à disposition par le numérique pour s'organiser sans institutions et de manière décentralisé problématise l'abandon d'une forme de pouvoir pour l'adhésion à une autre. Passer de la discipline au contrôle n'évacue en rien la question de la domination et de sa reproduction.

De plus, l'abandon stratégique d'une dimension de l'espace vécu doit nous questionner sur les débouchés politiques nationaux possibles pour de telles mobilisations ?

Ce premier élément pose problème car notre double espace d'expérience est pénétré d'un côté comme de l'autre de formes de pouvoir instituants qui portent en eux des contraintes, des normes, un imaginaire ...

En effet, les capacités communicationnelles et organisationnelles du numérique charrient en partie l'idée du dépassement de la politique par la communication généralisée des êtres entre eux. La capacité de synchroniser son expérience du monde avec celle des autres en temps réel ne garantit pas l'égalité des pouvoirs et des positions.

Il est étonnant également de considérer qu'on retrouve, en partie, des éléments communs à la fois au monde des Start up et de l'économie néo-libérale à l'intérieur de ces mouvements: la glorification des réseaux, de l'autonomie, l'organisation par projet, le refus des idéologies et des structures préexistantes, l'éloge du faire, du concret, du travail, de la production d'une réalité loin de coïncider avec le temps long de la politique ... Sommes-nous là face à une reproduction consciente des logiques économiques structurantes ?

D'une certaine manière, l'organisation décentralisée du numérique peut-elle renforcer l'individualisation de l'agir au sein même de ces mobilisations ?

La complexité de notre espace d'existence, sa dimension changeante, renforce potentiellement l'attrait d'une technologie qui individualise et personnalise le contenu en fonction des attentes et des préférences de chacun. Ainsi, nous nous retrouvons à la tête d'un espace personnel que nous déployons par nos choix et auquel nous donnons un sens. Cette forme de centralité conférée aux individus se retrouve en partie au cœur de ces mobilisations qui mettent en avant la parole de tous, le rejet des idéologies préconçues et l'horizontalité absolue. Or le risque est de faire de ces mouvements à la fois le moyen et la fin de la mobilisation, par le caractère performatif et préfiguratif, en les enfermant ainsi en eux-mêmes.

Cet égo-géographie qui émerge recèle autant de potentiels que de limites, car elle permet à la fois à chacun d'être le logisticien de ses connexions au monde, à soi et aux autres mais elle individualise aussi fortement cette médiation qui fait apparaître un monde à sa mesure, sans aspérités ni conflictualités.

On voit bien ici comment la reconfiguration de ces formes d'agir, à la fois individuelles et collectives, questionnent les continuités et les discontinuités entre espace-temps.

C'est pourquoi je pense qu'il est fondamental de s'interroger sur le rôle que peuvent jouer ces mobilisations dans le renouveau du rapport entre individus et sociétés

MURS, SÉGRÉGATIONS ET PROCESSUS D'ÉTAT. FICTION JURIDIQUE, DISSENSUS, BOURDIEU

ÉRIC LUCY¹

Avec la construction des murs, les processus de banalisations idéologiques produisent de nouvelles structures cognitives. Un ordre s'impose comme évident et le mur devient la règle qu'il faut maintenir car il fonde le rapport d'État du citoyen au territoire. Il est l'officiel malgré les exclusions, les discriminations, les dominations et les victimes entamant les idéaux de la libre circulation. Des différentes expressions des murs, nous proposons de distinguer trois catégories de légitimations : d'une part celle de ses justifications juridiques du rapport citoyen au territoire, d'autre part au regard des tonalités des dissensus que de telles légitimations supposent, enfin selon leurs rhétoriques de l'officiel.

Le mouvement de la libre circulation s'amplifie mais les murs et les frontières prolifèrent, les accès aux autres se développent et les socialisations se referment sur un entre soi, plus on construit de murs, plus ils sont dénoncés, sanctifiés ou banalisés. Le « paradigme du mur » vu ici en tant que catégorie étatique se présente comme un phénomène fondamental plus que total. Il vise plusieurs choses, nourrit des contraires et suppose un État capable de soulever la balance en son milieu. « On recense des murs-frontières à la surface du globe comme dans les mentalités : ce « paradigme du Mur » semble même représenter une donnée constante de l'histoire contemporaine des relations internationales. Souvent virtuels et de dimension métaphorique, mais

¹ Docteur en sciences de l'éducation IRTS Nouvelle-Aquitaine/Sciences de l'éducation Bordeaux 2.

également concrets dans leur dimension géographique et spatiale ».² Différentes expressions de murs indiquent les antagonismes que les démocraties libérales sont en demeure de tenir face à leurs propres sociétés civiles, territoires, systèmes d'assistance aux démunis, médias, etc. Longtemps étudiés sous le prisme de la production des ségrégations spatiales,³ les murs sont à la fois un phénomène d'État comme champ et appareil bureaucratique de gestion puis comme autorité qui exerce cet appareil dans ce champ. Si dans la tradition marxiste la notion d'appareil permet de définir le mur comme une organisation mécaniste qui prête à l'État un pouvoir de production, le « champ en tant que jeu structuré de manière souple et peu formalisé [...] n'est pas un appareil obéissant à la logique quasi mécanique d'une discipline capable de convertir toute action en simple exécution » (Bourdieu 1990, 88).⁴ Le paradigme du mur est envisagé en référence à la théorie de Pierre Bourdieu à partir d'une perspective considérant l'État comme principe de production de différenciations du monde social dans un champ autonome où les murs conduisent le théâtre de son autorité et ce qui compte c'est la fiction juridique du territoire qu'ils supposent, laquelle, en retour, légitime l'État. Avec le vote démocratique, les commissions, les espaces de concertations, le mur devient une des solutions officielles et partagées des problèmes sociaux, économiques, identitaires ou religieux. Il est « le point de vue des points de vue » qui va rassembler en un seul mouvement les antagonismes.⁵ Il opère de manière symbolique et réelle en officialisant le fait que l'État bureaucratique est perçu comme une autorité qui fait fonctionner les territoires. Il matérialise et instruit une vision officielle qui trouve sa logique dans une chaîne de légitimations en rassemblant les événements dans des unités signifiantes. Aujourd'hui, les formes matérielles du mur d'État sont diverses. Elles peuvent se classer en grandes catégories. Les situations de blindage de

² Hélène Yèche, « Le paradigme du Mur dans le monde contemporain : évolution et perspectives 1989-2009 », *Les Cahiers du MIMMOC* 5 (2009), <http://journals.openedition.org/mimmoc/381>.

³ Yves Grafmeyer, « La ségrégation spatiale : une approche conceptuelle et méthodologique », in *L'Exclusion. L'État des savoirs*, ed. Serge Paugam (Paris : Editions La Découverte, 1996), 209-17.

⁴ Pierre Bourdieu, « Droit et passe-droit [Le champ des pouvoirs territoriaux et la mise en œuvre des règlements] », *Actes de la recherche en sciences sociales* 81-82 (mars 1990): 86-96.

⁵ Pierre Bourdieu, *Sur l'État* (Paris : Editions du Seuil, 2012), 53.

frontières issues de la forme sécuritaire civile et militaire des États, le mur est alors construit sur le territoire d'un État dans un contexte de rapport de forces. Certains relèvent exclusivement d'une production militaire, il peut s'agir par exemple de lignes de cessez-le-feu dont le tracé est contesté. Il existe aussi des murs de séparation entre communautés dans des contextes de guerre civile ainsi que des murs à caractère sécuritaire et social qui attestent d'une logique de séparations urbaines fortifiées comme les barrios privados d'Amérique latine.⁶ Ainsi, dans les villes divisées, la discrimination ethnique et la ségrégation spatiale sont souvent légitimées par des prophéties de violence et des perspectives inconciliables qui font du mur une solution.⁷ Avec les frontières des démarches administratives comme l'espace de Schengen, les espaces maritimes et aériens de défense, ces multiples formes de murs indiquent comment l'État, au sens de ses administrations et de ses institutions, se fait au nom de la protection d'un territoire physique mais aussi administratif et virtuel comme cela fut le cas avec l'acceptation par l'Organisation du Traité de l'Atlantique nord, en novembre 2010, du projet américain d'une défense antimissile.⁸ Les processus tant matériels que symboliques du mur d'État profite donc de la production, de la condensation comme du déplacement de problèmes publics et privés. Il fonctionne dans un rapport officiel au territoire qui doit aussi être reconnu jusque dans la contestation car c'est ce qui fait sa force puisqu'il constitue l'officiel des dissensus. L'essence des légitimations, au sens de la justification dans la société de l'ordre établi, réside dans ce que la construction du mur peut faire croire comme possibilités de rapport au territoire. Ainsi, le fictif de l'invasion identitaire ou les dangers réels d'attentats conduisent pour des raisons différentes des discours de justifications, dont la force vient de ce qu'ils contribuent à diverses opérations. Ce mouvement fonde l'État et légitime un rapport de force des relations du citoyen au territoire en les inscrivant dans des pratiques sociales qui sont elles-mêmes une construction sociale naturalisée dans des fictions juridiques.

⁶ Evelyne Ritaine, « La barrière et le checkpoint : mise en politique de l'asymétrie. », *Cultures & Conflits* (2009), <http://conflits.revues.org/17500>.

⁷ Calame, Jon. « La ville divisée : les minorités hors les murs », *Politique étrangère, Les murs : séparation et traits d'union* 4 (2010): 783-97.

⁸ Franck Neisse, et Alexandra Novosselof, « L'expansion des murs : le reflet d'un monde fragmenté ? », *Politique étrangère, Les murs : séparation et traits d'union* 4 (2010): 731-42.

FICTIONS JURIDIQUES

Comprendre le mur comme processus d'État consiste alors à situer le champ juridique à la fois comme indépendant et partie prenante de la phénoménologie des actes officiels de consécration réglant les dissensus des rapports au territoire. Avec l'État, le paradigme du mur produit « du fiduciaire organisé, de la confiance organisée, de la croyance organisée, de la fiction collective reconnue comme réelle par la croyance ».⁹ La fiction juridique du mur tient de l'effet de l'illusion.¹⁰ Elle oblige à entrer dans un jeu collectivement validé par un consensus selon une double naturalisation à la fois dans les corps et les choses et, à ce titre, le mur peut être considéré comme un des principaux promoteurs de l'ordre dogmatique propre aux processus d'État. Bien avant les remugles contemporains des murs, l'enceinte de l'utopie asilaire visait une construction juridique nouvelle de la folie. La loi de 1838 qui demanda à chaque département la réalisation d'un asile a, comme l'avait perçu Michel Foucault, annexé à la médecine un domaine qui lui était étranger. Le mur asilaire envisagea un territoire juridique avec comme argumentation l'observation de la véritable nature de la maladie. Plus proche de nous, le mur de Berlin comme justification de la scission du territoire, consista à l'invention d'un rapport de force Est-Ouest pour masquer l'exode vers l'Ouest. D'un côté le mur fut mis en œuvre pour se protéger efficacement de la propagande dite « impérialiste », de l'autre, l'abandon de l'objectif d'unité nationale par le chancelier Konrad Adenauer avait comme objectif une plus grande intégration dans le camp européen et américain (Goepper, 2010).¹¹ La fiction juridique allemande du concept de nation s'exprimant dans l'État par le droit du sang (*jus sanguinis*) indiquait au final la possibilité de la réunification et l'on peut comprendre ensuite la générosité relative de l'Allemagne européenne dans l'accueil des migrants que l'on autorise à passer le mur de la fiction juridique que constitue l'espace de Schengen. Certes, il ne s'agit pas d'ouvrir vers un droit du sol (*jus soli*) comme en France, où il n'y a pas d'autre projet que celui de l'assimilation, cela implique cependant une force culturelle universalisante suffisante que les

⁹ Bourdieu, *Sur l'État*, 67.

¹⁰ Bourdieu 1997, 261

¹¹ Sibylle Goepper, « Du 'mur dans les œuvres' au 'mur dans les têtes' », *Les Cahiers du MIMMOC* (2009). <http://mimmoc.revues.org/391>.

conservateurs refusent aujourd'hui dans une sorte de nostalgie de la nostalgie de la grandeur de la culture. Entre la volonté de la liberté de circulation et d'agrandissement, puis la justification d'une frontière administrative, le paradoxe du projet européen s'est cristallisé sur la question de la migration avec « la création de Frontex, [laquelle] s'inscrit dans une large panoplie d'instruments européens de renforcement des contrôles aux frontières extérieures ». ¹² Le pouvoir symbolique du mur administratif est maintenant de faire faire, faire voir et de faire agir. Il opère comme un rituel vers ceux à qui il est adressé et ces derniers, s'ils ne meurent pas, principalement en mers, avant d'avoir passé ce mur, doivent présenter les dispositions pour reconnaître et obéir aux règles du jeu du rapport citoyen au territoire dans un but d'intégration, d'assimilation ou, au mieux, d'adoption, malgré les hypocrisies, les dominations, les inégalités et les exclusions qu'il conditionne.

TONALITÉS DU DISSENSUS

Le mur comme l'être et le faire de ce que l'on nomme État « est le fondement n'ont pas nécessairement d'un consensus mais de l'existence même des échanges conduisant à un dissensus ». ¹³ Comme la règle parlementaire, il sert à la construction d'un espace politique socialement et juridiquement reconnu avec la naissance du citoyen qui a des devoirs envers l'État mais qui est aussi capable juridiquement de demander des comptes. ¹⁴ Si le mur donne une existence juridique de la citoyenneté sur le territoire, il le fait souvent selon une certaine asymétrie des obligations, des droits et des devoirs. Ainsi, le mur de la Cisjordanie, comme d'autres dans le monde pour d'autres États, permet d'occuper de plus en plus de terre en légitimant le rapport de domination par l'impossibilité finalement d'une solution à deux États et, dans l'usage du mur, les pratiques du checkpoint sont une mise en politique de l'asymétrie des citoyens sur le territoire. La tonalité du dissensus y est alors marquée du sceau des cérémonies de l'humiliation qui alimentent

¹² Catherine Wihtol de Wenden, « Le tournant de 2004 : l'élargissement de l'Union européenne et la création de Frontex », *Migrations Société* 158 (2015): 125-30.

¹³ Bourdieu, *Sur l'État*, 16.

¹⁴ Bourdieu, *Sur l'État*, 552-55.

en retour le problème du rapport citoyen au territoire (Ritaine 2009).¹⁵ Ces pratiques procèdent d'une « domestication des dominés » qu'il faut faire entrer dans les règles de l'hégémonie.¹⁶ Quand le mur conduit la production d'un ordre commun, il est toujours au regard d'un champ de forces. Il impose des formes symboliques d'une pensée commune de classification et de schèmes d'action. Par exemple, le mur peut s'appeler une « ligne verte » comme dans le traité de Rhodes de 1949 qui désignait la ligne d'armistice entre les pays arabes et Israël, puis devenir une « barrière de séparation » pour finalement se métamorphoser en « barrière de sécurité ».¹⁷

Dans la passion nationaliste le mur impose de la même manière ses perceptions du territoire. L'exemple du mur de la langue en Belgique indique comment l'État s'est fait en donnant à croire à l'existence d'un problème naturel. Jusqu'en 1878 il n'y avait pas de difficulté avec la double langue ; « Dans les quatre provinces du nord (Anvers, Flandre orientale, Flandre occidentale et Limbourg) et les arrondissements de Louvain et de Bruxelles (province de Brabant), les avis et communications au public [devaient] être rédigés en néerlandais ou dans les deux langues » (Rillaerts 2010, 14).¹⁸ C'est la loi du 22 mai 1878 qui, créant trois régions linguistiques, suscita de fait des anomalies administratives et le pays s'est divisé en deux régions linguistiques ouvrant sur d'interminables controverses. Selon une autre perspective et puisque « toute règle a sa porte »,¹⁹ le mur exprime aussi la duplicité du dissensus qu'il propose de tenir. Par exemple, en 1986, l'Inde voulait mettre fin à l'immigration musulmane très pauvre du Bangladesh, trois mille cinq cents kilomètres de mur furent édifiés mais cette frontière qui sépare les habitants de leur territoire de vie est traversée quotidiennement notamment pour cultiver les champs et le flux migratoire ne s'est pas tari. Le mur exprime alors une manière de ne rien faire, tout en donnant l'air d'avoir apporté une solution. Dans un autre contexte, le mur entre les États-unis et le Mexique suit aussi une logique

¹⁵ Ritaine, « La barrière et le checkpoint ».

¹⁶ Bourdieu, *Sur l'État*, 566.

¹⁷ Cédric Parizot, « Après le mur : les représentations israéliennes de la séparation avec les Palestiniens », *Cultures & Conflit, Frontières, marquages et disputes* 73 (2009): 53-72.

¹⁸ Stéphane Rillaerts, « La frontière linguistique, 1878-1963 », *Courrier hebdomadaire du CRISP* 2069-2070 (2010): 7-106.

¹⁹ Bourdieu, « Droit et passe-droit », 88.

de dissimulation des dissensions dans les rapports sociaux si on considère qu'il est le plus traversé au monde avec ses quarante-deux points de passages et une moyenne de 250 millions de traversées par an.²⁰ Enfin, les murs servent aussi l'ambiguïté du dissensus. L'expression de cette ambiguïté peut trouver une destinée têtue dans les mots d'ordres politiques. Ainsi, en France, dans un contexte de campagne électorale très focalisée sur les questions d'immigration, le premier ministre Michel Rocard prononça, le 3 décembre 1989, une formule qui servira toutes les équivoques. Invité dans une émission de télévision, il précisa la nouvelle position de la France en matière d'immigration selon une formule langagière qui fera florès grâce à la qualité de ces ambiguïtés au grès des positions politiques : « Nous ne pouvons pas héberger toute la misère du monde. La France doit rester ce qu'elle est, une terre d'asile politique [...] mais pas plus ». Les prémisses du mur administratif de Schengen étaient posés. L'entretien provoqua de nombreuses réactions et depuis cet acte de langage ouvre sur le jeu sans fin des paradoxes de la politique de la France.

RHÉTORIQUES DE L'OFFICIEL

Si le mur est une fiction du monopole d'État sur le territoire visant un intérêt universel, ce monopole est constitué d'un réseau et d'une chaîne d'interdépendance de puissance et de forces différentes (économiques, religieuses, privées, publiques, associatives et collectives) concernant l'usage du territoire. Les intérêts particuliers recouvrent de nombreux acteurs désirant faire avancer leurs intérêts autour d'un intérêt universel, il est par exemple possible de penser que ce fut l'objectif du mur du candidat Donald Trump. La rhétorique liée à ce mur était la solution pour répondre aux demandes identitaires, elle constituait ainsi une des multiples expressions du slogan *America first*, de même, elle permettait de fédérer les intérêts des multinationales tout en proposant une perspective à ce qui s'annonçait comme une nouvelle politique internationale. Les demandes particulières pouvaient être entendues comme des demandes officielles que le candidat promettait d'universaliser en intérêts communs. Généralement, le mur, comme en

²⁰ Emmanuelle Le Texier, « Mexique/États-Unis: de la frontière intelligente au mur intérieur », *Politique étrangère, Les murs : séparation et traits d'union* (2010): 757-66.

France dans l'ancien régime, est une supplication, c'est-à-dire, une procédure hors du pouvoir des juges autorisant de soumettre à l'exécutif toutes les demandes des diverses juridictions.²¹ Le futur président avait donc un avantage à incarner l'unification des requêtes vers un intérêt universel pour constituer la souveraineté d'un État non pas centralisé qui va garantir le commun, mais un État qui peut défendre des intérêts privés. Enfin, avec la supplication et les procédures d'universalisation, en tant qu'obsequium, le mur apparaît comme la nécessité première d'une rhétorique de l'officiel qui enserme un respect à l'ordre symbolique par lequel l'État nous façonne à son usage, de la sorte, il comprend toujours des bouc-émissaires qui doivent payer un hommage à cet officiel.²² Les figures du « migrant », du « réfugié », du « travailleur étranger » sont donc ces héros qui sauvent la face des officiels du territoire. Ainsi, en vertu des règles dites de « Dublin III », chaque réfugié devait demander l'asile dans le pays où ses empreintes avaient été enregistrées. Peu importe si de nombreux migrants échappaient à ce contrôle pourvu qu'existait l'expression d'une stratégie de « police à distance ».²³ Ce qui importe, c'est l'officiel, le principe, plus que la réalité et les bouc-émissaires témoignent de ces effets. L'euphémisme de la « rétention », banalisant l'enfermement, devient une salle d'attente dans laquelle « la manipulation des aspirations et des espérances subjectives doit, pour être efficace, pouvoir compter avec une véritable incertitude objective, inscrite dans la structure même du jeu ».²⁴ La « domestication » peut aussi fonctionner selon une rhétorique philanthropique. L'argumentation du hotspot est édifiante quant un État, non sans un certain cynisme, parle d'intégration. Le 27 août 2017, lors d'une rencontre à l'Élysée avec des représentants des pays du Sahel, le président Français déclarait : ces « nouveaux guichets » de pré-examen au Niger et au Tchad « ne constitueront pas un outil de contrôle des flux migratoires », ils permettront de « faire de la pédagogie » puisque, « in fine », ces critères de distinction entre migrants économiques et réfugiés politiques sont « opérants » pour la délivrance d'un titre de séjour en Europe tout en conduisant les « missions de protection en vue de la

²¹ Bourdieu, *Sur l'État*, 333.

²² Bourdieu, *Sur l'État*, 63-66.

²³ Didier Bigo, et Elspeth Guild, « Schengen: la politique des visas », *Cultures & Conflits, La Mise à l'écart des étrangers. La logique du visa Schengen* 49 (2003): 22-37.

²⁴ Bourdieu 1987, 270.

réinstallation de réfugiés en Europe ». ²⁵ Décrits comme des dispositifs d'accueil, les hotspots apparaissent surtout comme les nouveaux camps d'internements des agences européennes. Dans le glossaire de la Commission européenne, le terme « d'accueil » était pourtant explicite dans une section intitulée « Save Lives and secure the External Borders », mais aujourd'hui ce dispositif d'accueil est une frontière pour mieux renvoyer ²⁶ et c'est bien la logique de dissuasion et non celle de secours qui prédomine. Avec les oxymores de l'officiel, cet exemple exprime aussi toute la difficulté à penser le paradigme du mur dans le champ de l'État sans esquiver la question de la production des agents qui participent aux usages du mur, puisque un champ ne peut fonctionner que s'il trouve des individus socialement prédisposés à poursuivre les enjeux et obtenir les profits qu'il propose.

En conclusion, le paradigme du mur œuvre comme rite d'institution d'un transcendantal historique commun qui propose ses nomenclatures de classification des personnes sur un territoire. Dans sa forme État, ils conditionnent des programmes d'action politique visant à imposer une vision particulière de l'État conforme aux intérêts et aux valeurs associées à la position occupée par ceux qui les produisent. Les murs instituent des usages du territoire, des représentations de l'État associées à ceux qui les font vivre en s'instaurant comme incarnation statutairement mandatée de l'officiel. Les rapports de forces qu'ils établissent sont des plus asymétriques, ils assujettissent ou excluent de manière brutale les dominés qui se retrouvent régulièrement assignés à des places de victimes émissaires des processus d'État, conjointement, ils produisent des rapports symboliques qui mettent en œuvre des structures cognitives. Ces dernières deviennent des formes constituées, arbitraires et conventionnelles, elles fonctionnent comme des évidences qui fondent les relations de soumission doxiques au territoire. Enfin, la construction des murs permet à l'État de ne pas être uniquement une fiction juridique mais un ordre autonome capable de monopoliser la violence physique et symbolique au bénéfice d'agents qui sont chargés de transcender l'intérêt particulier dans un intérêt général par le recours à une rhétorique de l'officiel.

²⁵ *Libération*, 28/08/2017.

²⁶ Louise Tassin, « Le mirage des hotspots. Nouveaux concepts et vieilles recettes à Lesbos et Lampedusa », *Savoir/Agir, Accueillir les migrants* 36 (2016): 39-45.

Bibliographie

- Bourdieu, Pierre. *Sur l'État*. Paris : Editions du Seuil, 2012.
- Bourdieu, Pierre. « Droit et passe-droit [Le champ des pouvoirs territoriaux et la mise en œuvre des règlements] ». *Actes de la recherche en sciences sociales* 81-82 (mars 1990): 86-96.
- Bourdieu, Pierre. « La dernière instance. Le siècle de Kafka ». In *Choses dites*. Paris_ Les Éditions de Minuit (1984): 268-70.
- Bourdieu, Pierre. « La force du droit. Éléments pour une sociologie du champ juridique ». *Actes de la recherche en sciences sociales* 64 (1986): 3-19.
- Bourdieu, Pierre. *Ce que parler veut dire*. Paris: Éditions Fayard, 1982.
- Calame, Jon. « La ville divisée : les minorités hors les murs ». *Politique étrangère, Les murs : séparation et traits d'union* 4 (2010): 783-97.
- Goepper, Sibylle. « Du 'mur dans les œuvres' au 'mur dans les têtes' ». *Les Cahiers du MIMMOC* (2009). <http://mimmoc.revues.org/391>.
- Grafmeyer, Yves. « La ségrégation spatiale : une approche conceptuelle et méthodologique ». In *L'Exclusion. L'État des savoirs*, édité par Serge Paugam, 209-17. Paris : Editions La Découverte, 1996.
- Bigo, Didier, et Elspeth Guild. « Schengen – la politique des visas ». *Cultures & Conflits, La Mise à l'écart des étrangers. La logique du visa Schengen* 49 (2003): 22-37.
- Khoojiniam, Mazyar. « La Police des Étrangers face à l'immigration de travail dans la Belgique des Golden Sixties : gouvernementalité sécuritaire et gestion différentielle du séjour illégal (1962-1967) ». *Cahiers Bruxellois* 48 (2016): 223-325.
- Le Texier, Emmanuelle. « Mexique/États-Unis: de la frontière intelligente au mur intérieur ». *Politique étrangère, Les murs : séparation et traits d'union* (2010): 757-66.

- Neisse, Franck et Alexandra Novosselof. « L'expansion des murs : le reflet d'un monde fragmenté ? » *Politique étrangère, Les murs : séparation et traits d'union* 4 (2010): 731-42.
- Parizot, Cédric. «Après le mur : les représentations israéliennes de la séparation avec les Palestiniens ». *Cultures & Conflit, Frontières, marquages et disputes* 73 (2009): 53-72.
- Rillaerts, Stéphane. « La frontière linguistique, 1878-1963 ». *Courrier hebdomadaire du CRISP* 2069-2070 (2010): 7-106.
- Ritaine, Evelyne. « La barrière et le checkpoint : mise en politique de l'asymétrie ». *Cultures & Conflits* (2009). <http://conflits.revues.org/17500>.
- Tassin, Louise. « Le mirage des hotspots. Nouveaux concepts et vieilles recettes à Lesbos et Lampedusa ». *Savoir/Agir. Accueillir les migrants* 36 (2016): 39-45.
- Yèche, Hélène. « Le paradigme du Mur dans le monde contemporain : évolution et perspectives 1989-2009 ». *Les Cahiers du MIMMOC* 5 (2009). <http://journals.openedition.org/mimmoc/381>.
- Vaillant, Jérôme. « Essai d'introduction sur un sujet multiple et complexe ». *Allemagne d'aujourd'hui* 211 (2015): 7-9.
- Vianna, Pedro. «Vingt-cinq ans après la chute du mur de Berlin ». *Migrations Société* 158 (2015): 55-60.
- Wihtol de Wenden, Catherine. « Le tournant de 2004 : l'élargissement de l'Union européenne et la création de Frontex ». *Migrations Société* 158 (2015): 125-130.

Este livro reúne uma parte das comunicações apresentadas na Conferência Internacional “Construção do Estado, Movimentos Sociais e Economia Política”, realizada dezembro de 2019. Privilegiaram-se abordagens focando as conexões entre os processos de construção do Estado Contemporâneo e a sua articulação com os movimentos sociais e o desenvolvimento do capitalismo, com o intuito de dar a conhecer estudos recentes que ilustram os mecanismos de legitimação e os usos da violência nos diferentes regimes políticos, as formas de patrimonialização do poder, a evolução dos ordenamentos jurídicos, o impacto dos conflitos armados e as técnicas de governo empregues em distintos contextos temporais e espaciais. Uma boa parte das comunicações apresentadas centraram-se na natureza, dimensão e impacto dos movimentos sociais, nos diferentes repertórios de intervenção, protesto e conflitualidade social, nas formas de identidade coletiva (classe, género, etnia), nas ruturas e continuidades ao nível das relações de trabalho, e no recurso à ilegalidade e práticas de transgressão por diferentes grupos sociais.



INSTITUTO
DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA